

pellã, eſte nome com tudo não convém com as diſpoſições, e clauſulas da dita eſcritura, da qual ſõmente ſe moſtra querer a dita Marta Machada nomear Capellãõ pelo dito contrato para a Capella, que no dito tinha inſtituida, referindoſe ſempre ao dito teſtamento, porque conforme a Direi-to, não he de conſideração o dito nome, e titulo, que á dita eſcritura ſe deo, aſſim que não aparecendo o dito primeiro teſtamento, mas antes achandose revogado pelo ſegundo, ficou faltando a dita Capella, e conſequentemente a nomeação della, porque ainda que aquilla ſe fiſſe ao Reo por contrato, como eſte foſſe em conſequecia, e execução daquella ultima vontade, ficou ſendo revogavel, e ſortindo a meſma natureza, ainda dado que o tal contrato fora nomeado, quanto mais no caſo preſente, em que tal ſe não pôde conſiderar a nomeação, ou doação referida, pois não foy ſimples, mas ob cauſam, & contractu innominato, do ut facias, por quanto a doadora lhe não nomeou a Capella ſimplesmente, mas para que lhe diſſeſſe o referido annal de Miſſas, termos em que ſem duvida ſe podia revogar o dito contrato, como com effeito ſe revogou pela reclamação, e ſegundo teſtamento neſtes autos junto, pois conforme a Direi-to, nos contratos, que ſão innominados, ſe admite penitencia, achandose re intrega, e não o eſtando, aquelle que da ſua parte tem ſatisfeito ſe pôde arrepende todas as vezes que quizer, antes que o outro contrahente ſatisfaça: e como o implemento da parte do preſente donatario, foſſe o dizer logo o meyo annal em vida da doadora, e o annal inteiro depois da ſua morte aſſim foſſe ſucceſſivo o dito implemento ſempre a reſpeito dos dias, e annos futuros, ficava re intrega o dito contrato, e capaz de ſe revogar ainda no meyo annal, que logo em ſua vida quer ſe lhe diſſeſſe, ſem embargo do que tinha diſpoſto no primeiro teſtamento, por quanto a reſpeito do dito meyo annal tambem não revogou a dita diſpoſição teſtamentaria, mas anticipou ſõmente a execução della, por lhe ſer mais conveniente, que logo o dito meyo annal ſe lhe começaſſe a dizer em ſua vida: quanto mais que a doadora não doou o dito meyo annal ao R. independentemente do annal que no teſtamento tinha deixado, mas como parte delle, como ſe vê da eſcritura, ſe lhe diſſeſſe meyo annal de Miſſas, e que no teſtamento &c. e como a que de todo não appareça, e validamente ſe revogaſſe pelo ſegundo teſtamento, não podia permanecer a doação no meyo annal, pois he certo, conforme a Direi-to, não pôde ſubſiſtir contrato, ou outra qualquer diſpoſição em parte de todo, que não exiſte. Nem obſta dizer o R. que como a A. aſſinou tambem

a referida doação, não podia encontralla allegando o acima referido, e intentado a preſentação, por quanto elle não em ſeu nome, mas como herdeiro de ſua mãy, he que move eſta demanda: de mais, que como a A. do ſeu não fez doação alguma, a ſua ſubſcripção a meu arbitrio tão longe eſtã de fazer bem ao R. que antes contra elle faz preſumir cavilloſa a dita eſcritura, como com effeito a mãy da A. por tal a arguiu na revogação, que della fez: pelo que, e as mais circumſtancias, que a favor dos Authores neſtes autos ſe achãõ. Julgo por nulla a chamada doação, e que por ella não poſſa o R. pertender couſa alguma a quem deixou ſeu direi-to reſervado, para poder haver a ſatisfação daquellas Miſſas, que em vida da mãy da A. em contemplação do meyo annal referido, moſtrar tem dito antes da revogação do referido contrato. E pague o R. as cuſtas deſtes autos, em que outroſim o condeno. Lisboa 28 de Junho de 1681. Doutor Jeronymo Vas Vieira.

A qua ſententia fuit appellatum ad Menſæ Conſcientiæ Tribunal, ubi fuit lata ſententia ſequens. 173

Não foy bem julgado pelo Juiz Geral das Ordens em julgar a eſcritura, de que ſe trata, por nulla, revogando ſua ſentença, viſtos os autos, diſpoſição de Direi-to, e como conſta, que a teſtadora mãy da A. diſpoz em ſeu primeiro teſtamento, que ſe lhe diſſeſſe huma Capella de Miſſas pela ſua alma, continuando na meſma vontade até a ultima diſpoſição do teſtamento, com que faleceo, nos quaes termos, como pela dita eſcritura ſe não tratava, ſe não de nomeação de Capella a qual a dita teſtadora fez na peſſoa do Reo, e logo por acto entre vivos do meyo annal da dita Capella inſtituida, que conforme a Direi-to, ficou irrevogavel neſta parte, e perfeverando a teſtadora ſempre no legado da dita Capella, ſe não podia tirar ao Reo a nomeação, que já tinha adquirido, ſem embargo da reclamação, que ſe acha por outra eſcritura, e ultimo teſtamento, pois como a nomeação do Reo foſſe feita por contrato perfeito, não podia ter penitencia, e ſó a tivera, ſe a teſtadora revogara a dita Capella: e viſto outroſim, que ſe não prova o engano da parte do Reo fundamento da aução do A. antes por humas, e outras teſtimunhas conſta o contrario. Por tanto julgaõ a eſcritura, de que ſe trata, por boa. E mandaõ, que na fórma della continue o Reo no dizer das Miſſas do meyo annal da dita Capella. E pague o A. as cuſtas de ambas as inſtancias. Meſa 27. de Outubro de 1681. Cum quatuor rubricis.

No feito de Antonio Borges de Moraes 174
liii con-

contra o Syndico dos Religiosos Capuchos da Arrabida, Escrivaõ Manoel Soares Ribeyro se deo a sentença seguinte.

Vistos estes autos &c. Mostrase por parte do A. que o Sargento mór Joaõ Borges de Moraes, e sua mulher Dona Maria da Sylva, pays do A. se contratarão com o Provincial, Custodio, e Diffinidores dos Religiosos Capuchos da Arrabida, da Freguezia de nossa Senhora dos Olivares, que lhe largaraõ o sitio de huma quinta, que na dita Freguezia tinhaõ, para os ditos Religiosos fazerem huma convalescença capaz de cinco aposentos para cinco Religiosos, com sua cerca, e Ermida, com obrigaçãõ, que os ditos cinco Religiosos seriaõ obrigados a dizer por suas almas, de seus pays, avós, irmaõs, e parentes Missa quotidiana, declarando-se outrossim, que cada Religioso, que fosse convalescer á dita convalescença, antes que della se tornasse a mudar, seria obrigado a dizer huma Missa pela alma dos instituidores, e que por falecimento delles lhe diria cada Sacerdote de toda a Provincia huma Missa pelas suas almas, e os Coristas, e Leigos hum Officio, e que para o sustento dos Religiosos da dita convalescença se obrigavaõ por si, e seus successores a dar-lhe todo o sustento necessario, sendo o fundamento, e causa final de se celebrar o dito contrato a utilidade, que os contrahentes esperavaõ da celebraçãõ das Missas pelas suas almas, o que não tem, nem pôde ter effeito, por quanto aos ditos Religiosos lhe he prohibido pelos seus Estatutos, que como Leys os obrigaõ, a não poderem applicar as Missas que dizem, por pessoas particulares, com que ficou cessando o intento, e causa final do dito contrato, e assim se deve julgar por nullo, e que quando podesse ser valido o dito contrato, não podiaõ os ditos Religiosos possuir, nem lograr a cerca, que consta de muitas arvores de fructa, e olival, que dá muito azeite, que os Religiosos vendem, sendo-lhes prohibido pelos seus Estatutos lograrem bens, que tenhaõ rendimento, e que outrossim se declarou no dito contrato, que a quinta obrigada á convalescença, andaria sempre junta, e unida, sem se poder vender, nem alhear, e que o possuidor della seria administrador da dita convalescença, e que da dita quinta, e terças faziaõ morgado, o que não podia ter lugar, por ser a dita quinta prazo em vidas, que sem licença do direito senborio senão podia vincular: nem outrossim se podiaõ vincular as legitimas delle A. que posto consentisse no vinculo, foy por causa do respeito, que devia ao dito seu pay, e medo reverencial, e do que lhe coube a elle A. nas partilhas dos ditos seus pays, senão pôde commodamente susten-

tar, por lhe caber a dita legitima em huns prazos, que não tem rendimento, e que não pôde ser obrigado a dar aos ditos Religiosos cousa alguma de comedoria, e sustento, e que devem os RR. ser obrigados a que larguem a elle A. todo o dito sitio, de que estaõ de posse, com os fructos da indevida occupaçaõ, até real entrega, annullandose a escritura, de que se trata. Por parte do R. se mostra, que sendo vivo Joaõ Borges de Moraes, pay do A. fez o contrato inter vivos, de que se trata, em que o A. consentio, e que se vinculasse as suas legitimas pelo grande interesse que tinha dos suffragios, a que os Religiosos se obrigavaõ, e que não pôde encontrar o contrato, que seus pays fizeraõ, por haver sido seu herdeiro, como outrossim pelo haver approvado, e ter consentido, e que posto alguns bens dos vinculados fossem de prazo, que o dito seu pay comprara o foro, com o que ficaraõ livres, e sem vinculo algum, e que os ditos Religiosos satisfazem ás obrigaçoens, a que no dito contrato se obrigaõ, dizendo as Missas, e officios de sua obrigaçãõ na fórma do contrato, e que deve o A. ser condenado por reconvençaõ a que faça tombo dos bens do morgado, e ser privado da administraçãõ delle, por não pagar os encargos annuaes na fórma da escritura do dito contrato. O que tudo visto, e o mais dos autos, disposiçãõ de Direito neste caso, e como o A. celebrasse o contrato, de que se trata juntamente com seus pays, pela utilidade, que delle lhe resultava, consentindo no gravame, que em suas legitimas se lhe poz, e sendo contente, que não chegando as terças, se obrigassem as suas legitimas, termos em que ficou valido o dito gravame, e contrato, que nesta fórma se celebrou, por não se provar fosse constrangido para o dito effeito, nem ser bastante o medo reverencial allegado por não ser este bastante para annullar os contratos: sem que possa obstar o que por parte do A. se allega, dizendo, faltaõ os ditos Religiosos ao complemento do dito contrato, pois sendo a causa principal de se celebrar a utilidade, que os contrahentes esperavaõ delle, as Missas, e suffragios, não podiaõ os ditos Religiosos satisfazer a este implemento, por lhe ser prohibido pelos seus Estatutos o applicarem as Missas por tençoens particulares, por quanto não só esta foy a causa final, mas tambem a devoçãõ que á dita Religiaõ tinhaõ, como declarãõ os instituidores, e dotadores na dita escritura, e ainda que faltara huma, ficaria subsistindo a outra, além de que não se prova, que os ditos Religiosos não possaõ applicar as ditas Missas pelos seus bemfeitores, com o que ficaõ satisfazendo ás obrigaçoens do dito contrato, nem outros-

outrosim obsta. que os bens vinculados o não podiaõ ser. por serem foreiros. por quanto consta. que os instituidores, e dotadores compraraõ o foro, e encargo. com o que ficaraõ livres; além de que esta allegaçãõ só toca ao direito Senhoria. Por tanto absolvo ao R. do pedido pela A. como tambem ao A da reconvençãõ pedida, por se não provar E condeno ao A. em tres partes das custas dos autos. e ao R. na quarta parte. Lisboa 24 de Agosto de 1682. Joseph do Basto Pereira de Torres.

175 Ab hac sententia fuit gravamen interpositum ad Supplicationis Senatium, ubi fuit confirmata à Judicibus Basto. Vieira. Et fundata fuit in sequentibus deliberationibus.

176 Rei suæ, seu sibi obnoxia alienationi consentiens ad illam infringendam audiri non debet, ex *regul. text. in L. mater 3 Cod. de reivend Barbos* ibi plures citans *num. 4 cum aliquibus seqq* plane A. in præsentis contractu contentione per suum patrem gesto expressum adhibuit consensum, illiusque scripturæ sibi notæ, & explicatæ subscripsit, igiturque illam approbavit, ex his quæ *Menoeb de præsumpt. lib. 1 præsumpt. 66 à num. 7. Mantio dec. 321. à num. 4.* tenet cum pluribus de suo more *Barb. in collectan. text. in cap. si quis 6. de rebus Eccles. alienand. vel non num. 4.* nisi aliunde subscribens concludenter probet. se in scriptura contenta penitus ignorasse, ut limitat *num. 14.* quæ quidem ignorantia nec ab A. allegatur, immo ejus allegatio cum controversiæ contractus in eius præsentia celebratus proponatur, inadmissibilis permanere: frustra igitur intendit contra suum consensum, & factum venire; nec ad intentum excogitatæ nullitates ei planum facient aditum, non prima, si licet complementi defectus, seu potius impossibilitas ex parte mendicantium Religiosorum fratrum non inquam hujusmodi implementi defectus, dato quod sit, aliquid A. obligationi detrahit, quippe sibi imputet A. qui cum talibus contraxit, quorum conditionem non ignorabat, vel cognoscere debuerat *ex regul. text. in L. qui cum alio contrahit 19. ff. de regul. jur. conducit pupilli exemplum, quod dicta lex explicari solet, cum quo si quis contrahat, quamvis in jure errans eum obligare præsumat, contractus obligationi adstringitur, quin pupillum obliget. princip. inst. de auctorit. tutor. L. Julianus 17. §. antepen. ff. action. empt. cujus resolutionis ea est decidendi ratio, quia qui cum pupillo contrahit, cujus ætatem aspectus ipse indicat, suæ temeritati id imputare debeat, ut *ex d. L. qui cum alio 19* inquit *Venn. in d. princip. inst. de auctoritate tutorum,* ita similiter A. ejusque*

pater sibi imputent, si gravamina per eos inuncta per Reos specificè adimpleri non possunt, satisfieri que debent modo sua regula permisso, ultra illum quippe, nec RR. obligari poterant, nec A. cum illorum conditionis conscius esse debebat, aliud intendere præsumendus est, immo etiam si vellet fortius adstringere, non poterat: non officit etiam alia allegata nullitas, videlicet, quod metu compulsus in obsequium paternæ voluntatis scripturæ contentione subscripsisse; non inquam officit, immo cum de facto productum metum intervenisse non probetur, nihil mihi in hac parte de jure disputandum superest; non etiam obstat etiam alia querimonia, dum arguit se in tali contractu valde læsum fuisse. cum ejus legitima maxime gravata permaneret, consequenterque talia gravamina, utpote nulla, corrumpere, quatenus ejus attingunt legitimam, quin A. consensus, & approbatio prædictam evitet nullitatem, *ex regul. text. in L. si quando 35. §. illud etiam Cod. inofficios. testam. Valasc. de part. cap. 16 num. 35. cum seqq. Gom. 1. variar. cap. 11. num. 14. prope fin. Castilb. quotid. tom. 5. cap. 107. num. 75. vers. 2.* plures citat *Barb. in collectaru. text. in d. §. illud num. 7. 8 & 9.* non inquam officit prædicta regula, quia in præsentis locum non habet, loquitur quippe text. ille in casu, quo inter patrem, & filium pactum inesse apparet de non agendo querela inofficios. testam. vel de non petendo legitimæ supplemento, ut inquit *Castilb. sup. & ipsemet text.* innuit, nos vero sumus in diverso casu, nam A. non cum patre, sed cum RR. contraxit, illisque per suam legitimam obligari permisit, unde cum filiusfamilias in maiori constitutus ætate ex omnibus possit obligari contractibus *ex Caio in L. filiusfam. 39. ff. obligat. & actionib.* Cur in præsentis non teneatur? Certe non percipio, respectu quippe extraneorum deficit illa ratio, quæ inter filium, & patrem viget, qua nititur *d. §. illud,* in simulque personarum identitas, quæ inter illos titulis obligationis vinculum non admittit *ex regul. L. lis nulla ff. judiciis. text. in §. si quis 4. vers. ei vero inst. de inutilib.* ulterius quia cum dictis gravaminibus post mortem patris acquiesceret, modo illa impugnare non poterit, ex his quæ *Barb. in d. §. illud n. 11. juncto n. 10.* Non obstat tandem illa A. obiectio, quod Villa contentione, utpote emphyteutica saltem in parte prædicta gravamina respicere. Non obstat inquam, nam dato quod ita sit, tamen cum A. illa approbasset gravamina, si non tenetur ex natura rei gravamini suppositæ, tenebitur ex suamet approbatione, vulgare quippe est, quod licet in re em-

- phyteutica gravamen non sustineatur, illum tamen teneri emphyteutim cum tali onere acceptantem; ideo sententiam confirmo. Ulyssipone 18. Maii 1683. Vieira.
- 177 Piissimam parentum, ac sui ipsius dispositionem, qua & animarum saluti succurritur, & familiarum splendori, non bene consultus A. ad nihilum redigere sibi persuasum habet, plures ad id somniavit nullitates, quas nobis impræsentiarum proponit, ast tam fragiles in facto, quam infirmas in iure, prout ex laconice dicendis notum fiet, & notissimum jam redditur in præclara præcedentis domini præstantissimi deliberatione, ac in aureis perorationibus disertissimi, pariterque nobilissimi Reorum patroni impense, quem diligo, & insimul veneror.
- 178 Prima asserta nullitas in eo stat, scilicet, quod Rei contractus fidem frangunt, repugnat enim eorum Religiosissimis constitutionibus sacrificia Deo optimo maximo pro certæ, ac determinatæ animæ spirituali bono offerre, prout videre est à fol. 160. Sed quidquid sit de Reorum statutis, adhuc illis ad unguem observatis, contractus fides adimpleta censetur, non enim inficiatur Actor, & liquet à fol. 160. quod Rei in missarum solemnitatibus quotidie à Salvatore nostro expostulant, ut benefactorum animas è Purgatorii cruciatibus liberet, ac ad sublimissimam gloriam ascendere dignerur; quo posito cum Actor, ac ejus parentes insignes essent benefactores, utpote institutores, ac patroni, indubium sit Reos pro eorum animabus preces fundere, ac ita contractus implementum non denegant, & vulgare est, quod cum habemus finem, de mediis non curamus.
- 179 Quod quidem agnoverunt contrahentes in donationis instrumento à fol. 61. illis in verbis ibi: *Item mais, que os Religiosos, que na dita convalescença assistirem, quando disserem Missa, se ficarão dizendo por elles, pois se dizem pelos bemfeitores.* Ex quibus verbis non mediocriter comprobatur, institutorum mentem, ac voluntatem eam fuisse, scilicet, quod Religiosissimi Rei pro eis, utpote benefactoribus, in sacris peragendis orassent, & insimul ex iisdemmet verbis demonstratur, contrahentes statutis, de quibus agitur, se conformare voluisse, quid igitur amplius A. prætere potest? Nihil sane.
- 180 Secunda allegata nullitas in eo versatur, quod Rei immobilia bona possidere nequeunt juxta Seraphici statuta. & Pontificum notissimas dispositiones in *Trident sess. 25. de regular. cap. 3.* & in *Clem. exivi de verb. signif. ac in cap. exiit 3. de verb. signif. in 6.* ubi plura de more expendit *Aug. Barb.* qua de causa villani, qua deagitur, retinere nequeunt, eo quia regulæ observantiæ adversatur. Sed prædictam prohibitionem hoc in casu locum sibi vindicare non posse est in comperto, licet enim mendicantes bona stabilia sibi appropriare non possint, quocumque titulo eis condonata, prout late explicat *Castilh de aliment. cap. 5. per totum*, attamen licite fundum, aut domum sibi relictam petere possunt, & accipere ad Ecclesiam construendam, five amplioem reddendam, prout ex *Corduba in regul. D. Francisc. cap. 6. q. 11. punct. 2. dub. 11. ad fin. Sanch. & aliis tenet Castill. d. cap. 5. n. 23* judicatum refert *doctissimus Pegas forens. cap. 11. pag. 291 & 292* donum enim hoc non repugnat eorum paupertati, ut per se patet, unde cum in præsentia ita se res habeat, iuste Rei donatum prædium possident, quia jure permittente.
- Tertia nomine tenus nullitas in eo consideratur, quod Actor metu coactus, ac paternali reverentia adstrictus contractui consensum adhibuit, sed fragilis sane videtur allegatio hæc, nam præterquam quod metus improbatum extat, immo potius Actorem sponte ad contractus methodum accessisse sit planum, tam ex testibus, quam ex eadem scriptura à fol. 67. verissimum est in his terminis solam paternalem reverentiam per se non sufficere ad contractus rescissionem, prosequitur cum pluribus *Cabrer. in tract. de metu lib. 1. cap. 8. ex n. 73. cum seqq. Molin. de primogen. lib. 2. cap. 3. à n. 9.*
- Quarta appellata nullitas ex eo deducitur, quod Actor graviter læsus proponitur juxta doctrinam *Molin. de primogen. lib. 2. cap. 3. ex n. 18.* quin læsionem evincat ejus consensus, qui legitimam portionem minuire nequit ad *text. in L. si quando §. illud Cod. inoffic. testam.* quem bene explicat *Cancer. variar. 1. p. cap. 3. num. 23.* sed fragilis sane redditur in præsentia allegatio hæc. Primo, quia ad prædictam læsionem inducendam, tempus factæ renuntiationis considerandum est, nec ex eo quod postea parentum bona excreverint, five diminuta forent, læsio allegari potest, prout signanter advertit *Molin. de primogen. lib. 2. cap. 3. n. 29. Cov. in cap. quamvis pactum 3. p. §. 4. n. 7. in fin.* & plures relati à *Molin. sup.* plane respectu habito ad contractus tempus, nulla sane læsio nobis probata proponitur, ut ex processu liquide demonstratur, igitur &c.
- Secundo, quia etiam mortis tempore considerato legitime quoad me Actor læsionem non comprobatur, nam ad libitum suæ voluntatis nemine contradicente inventarium composuit,

posuit, in quo fas est dicere bona occultasse, quod suadetur ex testamenti serie à fol. 84.

83 Tertio, quia gravamen in legitima portione impositum ad maioratus institutionem tenet, quando filius exinde utilitatem percipit, late *Molin. de primogen. lib. 2. cap. 3. ex num. 28. usque ad num. 35. Castilb. tom. 5. contror. cap. 67. à num. 52. & cap. 107 ex n. 46.* ubi plures, plane Actor impræsentarium non modicam utilitatem consequitur, prout ipsemet fatetur in scriptura à fol. 67. igitur, &c.

184 Quarto, quia Actor post parentis obitum ratum habuit contractum, separationi namque bonorum, quæ ad Capellæ conservationem necessaria videbantur, expressum adhibuit consentum in partitionibus, quæ apparent in Appens. quibus in terminis formæ redditur maioratus institutio, expendit *Molin. d. lib. 2. cap. 3. n. 36.* ubi iura refert *Cancer. variar. 1 p. cap. 3. ex n. 23.*

185 Quinto, quia etiam si suprascripta deficerent, Actor non tantum contractui à parente celebrato consentiit, sed ipsemet ex propria persona ad contractum accessit, quo in casu subintrat juris regula à charissimo præcedenti solida apprimè exposita, & quod Actor expresse contraxisset, notum fit ex scriptura à fol. 67. ac ex testibus à fol. 131.

186 Quintam nullitatem adjicit Actor, eo quod in Villa, ut pote emphyteutica, gravamen constitui non poterat; sed præter quod ex instrumentis à fol. 138. liquet eam liberam extare, Actor allegationem hanc affirmare nequit, ex his, quæ *Surd. conf. 1. num. 85. & dec. 179. num. 12. Cancer. var. 3. cap. 2. à num. 226.* maxime præcedente ejus consensu circa gravaminis impositionem, *Cald. conf. 31. num. 6. & de potestate elig. cap. 16. num. 6. in fin. & num. 15. & 23. Fragos. de regim. reip. p. 3. lib. 6. disp. 9. §. 25. à n. 3.*

87 Ita nullitatibus explosis firma permanet Capellæ erectio, ac maioratus institutio, quæ ob rem judicatum laudare placet, & in reconventionem idem mihi est iudicium, sic enim Actor bona occultavit, alio remedio Rei juvantur. Ulyssipone 4. Junii 1683. Basso.

188 De qua re vide in terminis, *Luca tom. 14. de regular. discurs. 35. & discurs. 57. Ottobon. dec. Rot. 182. n. 24. & 25.* & licet non possit institutor revocare, nec alterare maioratus substantiam, potest tamen per viam declarationis declarare vocationes, in quibus potest dari dubitatio, & controversia, & facere maioratum regularem, licet fuisset factum irregularem ex facultate nominandi, ut consului in casu sequenti.

Antonia bonorum suorum maioratum instituit, & erexit anno 1633. & ad ejus successionem primum in locum Franciscam nepotem suam vocavit in scriptura foundationis, in qua inveniebantur verba sequentia: *E por ella foy dito, que faz morgado de seus bens, com todas as clausulas necessarias para sua erecção, e quer que andem unidos, e não se vendaõ, nem albeem, nem ainda por cousa de cativoiro, e chama para primeira administradora delles a sua neta Francisca, a quem concede poder, e facultade, para que até a hora de sua morte possa nomear de seus filhos machos hum, qual lhe for mais obediente.*

Facta hac institutione & acceptata à Francisca cum clausula de non revocando, postea anno 1664. quamdam scripturam publicam fecit institutrix, qua declaravit, se bonorum suorum maioratum instituisse primo loco vocantem ad ejus successionem dictam nepotem, & quod ut dubia evitarentur, volebat, ut post obitum dictæ neptis, filium maiornatum in dicto succedere maioratu, & quod hæc fuerat semper ejus voluntas, & constans intentio, & quod ita declarabat dictam scripturam, ut patet ex verbis, ibi: *Era sua vontade, que o dito vinculo viesse a Pedro, por ser o filho mais velho de sua neta, e que nesta parte ha por declarada a dita instituição, por esta ser a sua vontade, e tenção, sem embargo de que deo facultade de nomear, porque para isso foy persuadida, e assim o declara.*

Facta declaratione hac in scriptura, de illa habuit notitiam dicta Francisca ejus neptis, & non solum impugnationem non adhibuit, immo assensum præstitit, & in ejus executionem gravi morbo afflita filium primogenitum nominavit ex resolutione institutricis, cui interrogare misit, quem voluisset, eam nominare, & ipsa responsum dedit, ita jam declarasse in dicta scriptura, voluisse, dictum primogenitum in dicto maioratu succedere, & transacta infirmitate, aliam nominationem fecit in filio juniore, quæ tempore mortis inventa fuit, in qua sequentia verba inveniebantur. *Nomeio o morgado de minha avó em meu filho Paulo pela facultade, que tenbo de nomear, e peço a meu filho Pedro não encontre esta disposição.*

Hæc fuit nominationis forma, in qua non declaratur causa nominationis, nec obedientiæ qualitas, nec probari potest, quia filius senior semper obedientiam præstitit, & per multorum annorum spatium in omnibus matris laboribus, & afflictionibus eam, & familiam alimentando, comitavit, & sub eodem tecto detinebatur, & cum contraheret matri-

- monium, illud fecit cum ejus beneplacito.
- 193 E contrario vero filius junior nunquam cum matre sub eodem testamento vixit, sed separatim, & contra voluntatem patris expressam in testamento duxit uxorem, qua de causa per multum annorum spatium matrem oculis usurpare, ipsa ne utiquam consenserit, immo postea portas clausit, adaugendo, filium ipsum juniorem præcepto ejus patris contravenisse, sed ubi primum pater animam efflavit; illico de nubendo cogitavit, quin matrem certiore faceret, non obstante gravissimo morbo, quo affecta detinebatur.
- 194 In his terminis cum neptis non diceret in nominatione dictum filium juniorem obedientiorem fuisse, institutrixque declarasset, filium teniorem in vinculo succedere velle, & iste nunquam matri inobediens fuisset, nec ipsa mater in testamento aliquam inobedientiam expressisset; quæsitum mihi fuit, an institutrix potuisset hanc declarationem facere, licet erectio maioratus fuisset facta inter vivos irrevocabilis, & cui hæc successio pertineret; an vero filio seniori, utrum vero filio juniore virtute matris nominatione? Respondi pro validitate declarationis factæ ab institutrice, pro nullitate nominationis resolvi, & pro exclusionem junioris, & inclusionem senioris ex sequentibus fundamentis.
- 195 Nam licet maioratus factus inter vivos, & irrevocabiliter erectus non possit amplius à fundatore revocari, nec etiam in minimo alterari, addi, vel minui, ex *L. quoties Cod. de donationib. quæ sub modo, L. perfecta donatio Cod. de donat. & tenent alia jura, & DD. quos ego ipse refero forens. cap. 4. n. 128 & seqq. & in novissima impressione in additionib. pag. 332. Olea de cess. jur. & act. tit. 1. q. 6. n. 15. Castill. de usufr. cap. 40. n. 40. 41. & 42.*
- 196 Nihilominus tamen hæc resolutio procedit quoad alterationem vinculi, revocationem maioratus, & in præjudicium certæ, & determinatæ personæ, quæ jam jus habebat acquisitum, certum, & sine dubio ex dictis à *Loter. de re beneficiaria lib. 3. q. 5. in fin. Posth. de manutenend. observ. 54. n. 28.*
- 197 Et non in nostro casu, in quo post mortem neptis nullus certè erat vocatus, sed tantummodo erat facultas concessa, ad hoc ut nominaretur unus ex filiis masculis obedientior, & cum penderet à futuro eventu, qualis fuisset, non dabatur præjudicium certum, & imminens, nec jus, sed dependens à futuro eventu, quod potuerat contingere, & non contingere; & quando aliquid pendet à futuro eventu, quod potest se habere ad esse, vel non esse, & non datur spes in jure de præsentem, non consideratur præjudicium, quia

ius succedendi non est in bonis, & cum non sublatum substantia vinculi, declaratio successoris post mortem primi vocati est licita, ut ex *L. de fideicom. Cod. de transact. L. si pater Cod. de inoffic. testam. Bart. in L. is potest num. 10. & seqq. ff. de acquir. hered. Sarnens. in regula de non tollendo jure quæsitio q. 3. Socin. cons. 87. num. 20. vol. 3. Alciat. præsumpt. 11. num. 6. regul. 3. Felln. in cap. in nostra corolar. 7. de rescript. Dec. cons. 269. n. 10. & cons. 390. num. 11. Afflict. dec. 385. & ibi Ursil. & ad rationem præbat text. in L. 1. §. si in pube ff. collation. Cyriac. contr. 312. num. 20. probat Olea sup. num. 16. & seqq. & melius in hoc casu, in quo potuerat magna controversia oriri inter fratres.*

Et cum potuisset in dubium venire, quis ex 198 filiis neptis fuisset magis obediens, & quælibet difficultas de facto, vel de jure, & quælibet probabilis replicatio, & argumentatio faciat rem dubiam, supra qua possit cadere declaratio, ut inquit *Alban. cons. 286. num. 16. Serafin. de privil. jur. privil. 74. num. 68. Peregrin. de fideicom. art. 52. num. 102. & cons. 102. num. 4. Menoch. cons. 777. num. 4. & 5. Farin. dec. 126. n. 9. p. 1. Optimo jure institutrix dictam declarationem valide poterat facere ex causis ab institutrice relat, L. qua ratione 9. §. fin. L. cum quis §. adeo ff. acq. rerum domin. L. hæres palam §. si quid post, & §. sed si notam ff. de testam. ibi: Poterit nam postea declarare, de quo censerit? Et puto posse, nihil enim nunc dat, sed datum significat, & ibi *Paul. de Castr. num. 3. Bart. cons. 37. num. 2. vol. 2. ubi quod qui declarat, novum non dicit sed explicat, & probat magistraliter Bald. in L. precibus 8. Cod. de impub. & aliis substit. Curt. Junior. cons. 55. n. 9. & 10. Burg. de Paz in proæm. Leg. Taur. n. 109. cum seqq. & cons. 2. n. 61. Alvarad. de conjectur. ment. defunct. lib. 2. cap. 2. num. 12. & 13. Boer. dec. 172. Decian. respons. 7. num. 100. Menoch. de arbitr. lib. 1. q. 73. Fontancl. de pact. nupt. tom. 1. claus. 4. gloss. 5. num. 15. Surd. dec. 29. num. 8. Mier. de maior. p. 1. q. 44. num. 14. Larr. dec. 33. num. 29. & 30. & 31. ubi optime, & n. 110. Castill. lib. 3. cap. 10. num. 24. & 25. optime etiam *Add. ad Molin. de primog. lib. 1. cap. 8. num. 38. Ubi quod post perfectam donationem filiis potest alio instrumento declarare, de quo filio censerit, & quod hæc declaratio trahitur retro ad tempus donationis, & tollit jus tertio medio tempore quæsitum.***

Sequitur *Cyriac. contr. 210. n. 14. & 15. 199* ubi idem resolvit *Surd. dec. 21. & dec. 54. n. 26. Gratian. forens. cap. 147. num. 2. Gabriel comm. tit. de reg. jur. concl. 3. n. 9. Somoz. de reg.*

107 *proteft.* 4. p. cap. 12. *Ramon. conf.* 100. n. 414 *elegantè etiam Cancer. var p. 1. cap. 8. num. 180 Valenz. conf.* 120. n. 16. *ufque ad 20 Menoch conf.* 296. num. 39. & *conf.* 2360. num. 5.

200 Et optimo iure procedit, nam ficuti nulli dubium est, quin possit testator, & institutor declarationem suæ voluntatis valide, & iudicè alteri comittere ad declarationem faciendam circa vocationes maioratus, *L. Theopompus. & ibi Bart. ff. dot. præleg. L. quem heredi ff. cond. & demonst. L. fideicommissaria a 2. §. fin. ff. fideicommiss. libert. L. utrum §. cum quidam ff. reb. dub. Natta conf.* 115. num. 8. *Surd. dec.* 194. num. 18. & *conf.* 380. num. 9. *Gurb. ad stat. cap. 2. gloss. 7. p. 1. n. 5. Castill. lib. 5. cap. 182. n. 1. & seqq.*

201 Et statur simili declarationi, quia dicitur testimonium de voluntate defuncti, aut institutoris, ut refert *Bart. in d. L. Theopompus n. 7. Surd. d. conf.* 380. n. 9. *Castill. d. cap. 182. n. 9. & 10.*

202 Et maxime si fuerit declarans ultimus maioratus possessor, qui intervenit in maioratus erectione, quia tunc etiam credendus est in declaratione vocationum, si declaratio sit verisimilis, ei standum est, quia affert magnum voluntatis specimen, cum voluntatem defuncti agnosceret, ut multis tenet *Molin. de primog. lib. 1. cap. 8. num. 38. & ibi Add. Ramon conf.* 100. num. 413. *Castill. lib. 3. cap. 10. num. 35. Capyc. Latr. consult. 85. alias 83. n. 33. Barb. vot. 7. num. 26. Valenz. conf.* 135. num. 140.

203 Ita etiam quando fuerit declaratio facta ab institutrice, potius ei credendum est, quia si creditur, ut diximus, heredi, & statur declarationi possessoris, & illorum, cum quibus institutor loquutus fuit, maiori cum ratione à nullo clarior haberi potest declaratio, quam ab ipso, qui dispositionem ipsam condidit, & ideo illam potest facere, & ei standum est, *L. peto 71. ff. leg. 2. Castill. d. lib. 3. cap. 10. n. 25. August. Barb. vot. 4. num. 4. Larr. dec. 33. num. 110.*

204 Et hæc declaratio est tam fortis, & potens, quod in quocunque tempore fieri potest, etiam ex intervallo, & post multos transactos annos, & tunc facta non debet declarari secundum leges, sed prout voluit ipse, qui illam fecit, licet facta sit post longum tempus talis declaratio voluntatis, ut tenet *Bald. in L. precibus 8. Cod. impub. & aliis subst. & in L. petens Cod. de pact. num. 12. elegantè in terminis maioratus Larr. d. dec. 33. num. 31. & ibi multos refert, Molin. de primog. lib. 1. cap. 8. num. 32. alter de just. disp. 917. n. 19. Castill. d. cap. 10. n. 7.*

Et probari potest non solum ex instru-²⁰⁵ mento facto circa eam, sed etiam ex testibus, & quare, magistraliter docet *Gloss. in L. hæredes palam. 21. §. si quid post ff. de testam. Bald. in d. Leg. precibus 8. Cod. de impub. & aliis subst. num. 11. & 12. Paul. de Cast. conf. 18. num. 3. Oldrad. conf. 297. num. 7. Molin. de primog. lib. 1. cap. 5. n. 40. Castill. lib. 4. contr. cap. 19. n. 30. & 33.*

Et adeo vera est nostra resolutio, quod²⁰⁶ procedit etiam in bonis assignatis ad maioratum; quia licet ex assignatione ad maioratum transferatur dominium ex illa facta in contractu irrevocabili, *L. quisquis Cod. de donat. L. argentum §. sed siquidem Cod. eod. Molin. de primog. lib. 4. cap. 2. n. 9. & add. Castill. lib. 4. cap. 35. num. 41. & 42. & de aliment. cap. 43. n. 13. vers. rursus, Post. de manut. observ. 20. n. 116.*

Nihilominus tamen ab institutore potest²⁰⁷ revocari, & alterari per assignantem, cum in ea non consistat, nec in vocationibus substantia vinculi, & ita possunt mutari, licet assignatio sit irrevocabilis, & acceptata, & res tradita ex traditione vera, vel ficta per constitutum, ut tenet in terminis *Angulo de melioram. lib. 3. gloss. 2. num. 4. Tello Fernand. in L. 20. Tauri n. 14. Castill. lib. 4. contr. cap. 35. num. 60. & 61.*

Quæ dicta sunt, optime procedunt in nos-²⁰⁸ tro casu, in quo proponitur scientia neptis, circa vocationum mutationem, & illius approbatio, & consensus non solum expressus ex ratione ab ea data institutrici, & nominatione in filium seniore facta; sed tacitus, deductus ex scientia, & approbatione absque contradictione, aut reclamatione, qui sufficit ad dictæ mutationis vocationum validitatem, & declarationem, inter enim conjunctos ex sola scientia præsumitur consensus etiam in præjudicialibus, idque ratione taciturnitatis, *L. si servus 39 ff. donat. inter, Bart. in L. quæ dotis n. 22. vers. fallit, Menoch. conf. 304 n. 30. Honded. conf. 91. n. 44.*

Et diuturna patientia idem operatur, quod²⁰⁹ consensus expressus, & consequenter ex hac taciturnitate, & consensu, ex ea resultante idem præjudicium causatur, quod si expresse renuntiasset quis juri suo, *Alex. in L. 2. §. voluntatem in princip. vers. hoc tamen limita ff. solut. matr. Dec. conf. 409. num. 6. Cæphal. conf. 314. num. 42. & conf. 315. num. 29. lib. 3. Cravet. conf. 425. num. 50. lib. 3. Reminald. conf. 244 n. 240. & seqq. lib. 3.*

Et diuturna patientia per quinquennium²¹⁰ idem operatur, quod consensus expressus, ut inquit *Cæphal. ubi supr. Honded. d. conf. 91. num. 41. & 46. Ubi etiam dixit, quod scientia, &*

tia, & patientia ejus, qui scit, & patitur, ita observari, & declarari, maxime dicto tempore, declarationem tacitæ præcedentis voluntatis inducit, & præjudicium causat, ac si voluntas expressa adfuit, juxta *text. in L. qui in aliena §. sed si non adierit ff. acquirend. hæredit. L. si filius Cod. pet. hæred. L. cum post ff. de jur. dot. Roman. conf. 271. Castr. conf. 347. lib. 1. in fin. Craver. conf. 273. col. fin. lib. 2.*

211 Et quando tacens potuit actum impedire, contradicendo, & non fecit, sed habuit taciturnitatem, ex illa inducitur consensus, si de jure reali agitur, & ipse potuit impedire, ne ille actus fieret in præjudicium sui juris realis, & non contradicit, neque reclamatur, videtur consentire in declaratione, & mutatione vocationis, & valida alteratio illius existit, ita docuit *Bart. in L. quæ dotis ff. solut. n. 23. & ibi Jaz. num. 88 & in L. si fundum per fideicommissum num. 7. ff. leg. 1. Alex. in L. liberta num. 9. ff. solut. matr. Menoch. conf. 304. n. 30. Tiraquel. de retract. lignag. §. 9. gloss. 3. num. 16. Honded. d. conf. 91. num. 45. lib. 1. cum aliis Padil. in L. quoties ab omnibus n. 5. ad fin. Cod. fideicommiss. Tello in L. 12. Taur. num. 18. de qua re vide *Castill. de usufr. cap. 2. n. 105. & seqq.* Atque ita manet nostra resolutio fulcita, & probata, & est sine dubio validam fuisse dictam declarationem factam circa successionem senioris filii, ad cujus favorem jam alius maioratus erat factus, & erectus, & solum ad illum pertinere potest successio vinculi, de quo agitur, quod regulare dicendum esse existimo, & d. filium seniore esse verum successorem non obstante matris nominatione, quæ filio juniore non suffragatur, non solum ex dictis.*

212 Sed etiam quia talis nominatio est nulla, & invalida. Nam licet ea sit maioratus natura, ut in eo filius senior succedat, & præcedat juniore, & masculus feminae, in hoc tamen maioratu, in quo ex libera electione, aut nominatione succedendum est, non est servandus successionis ordo, sed libera electionis facultas electori, aut nominanti relinquenda, ut possit eligere, nominareque etiam remotiorem, seu illum, qui ab alio ex successionis ordine seclusa electione alias præcederetur, dummodo electus, aut nominatus ejusdem electionis incapax non sit, ut est textus expressus in *L. unum ex familia §. si de falsidia, ubi Bart. ff. leg. 2. Molin. de primog. lib. 2. cap. 5. n. 4. Sesse tom. 4. dec. 436. n. 7. & 10. Fontanell. dec. 436. n. 7. & 8.*

213 Atque ita inter filios potest eligere, & nominare juniorem, & relinquere seniore, *Tiraq. de retract. lib. 2. §. 11. gloss. 6. num. 7.*

Molin. de primog. d. lib. 2. cap. 5. num. 45. & 6. Mier. de maior. p. 1. q. 71. maxime n. 110. Gut. lib. 2. pract. q. 77. num. 4. Castill. lib. 2. contr. cap. 26. n. 56. & lib. 4. cap. 36. n. 16. Gom. L. 40. Taur. n. 58. Zeval. q. 265. com. alter Molin. disp. 594. & dicemus tom. 3. de maioratu electionis, aut nominationis.

Et potest nominare feminam relicto masculo, ut inquit *Molin. supr. & Addent. dicemus suo loco*, interim vide *alter. Molin. disp. 594. num. 2. tom. 3. Paz de tenut. cap. 34. n. 113. Castill. cap. 160. tom. 6. n. 11. & seqq.*

Et tam latam, absolutamque facultatem, & potestatem à J. C. his quibus eligendi libera facultas relinquatur, concessam fuisse tradit, ut nullis successorum, nec maioratum regulis, nec etiam juris communis decisionibus adstricti sint, posseque remotiorem, excluso proximiorē, indignumque indignitate facti, omisso digno, atque etiam digniori, ad maioratus successionem eligere, dummodo non sit indignus indignitate juris, *Molin. ubi supra d. cap. 5. num. 5. & 6. Raudens. dec. Pisan. 38. num. 341. Mier. de maior. p. 1. q. 72. n. 1. & 2. Paz de tenut. cap. 34. num. 107. Gut. lib. 2. pract. q. 67. num. 3. Zeval. q. 265. num. 6. & seqq. Valenz. conf. 40. num. 45. Castill. tom. 6. cap. 160. num. 11. Add. ad Molin. ubi supr.*

Et quamvis isti DD. loquantur in electione, idem dicendum est in nominatione, quia in hoc casu qui habet facultatem nominandi, habet facultatem eligendi, & promiscue de hac loquutione utuntur DD. ut per *Molin. d. cap. 5. num. 4. & 5. Castill. lib. 5. cap. 87. n. 22. & est textus formalis in L. nominationum forma Cod. de Decurion. lib. 10. & quod nominare sit eligere, probat *text. in L. 2. ff. de fidejuss. & nomin. L. 1. Cod. tempor. appell. L. 4. Cod. de appell. Bald. in rubric. de elect. in fin. resolvit nominationem esse electionem Cald. de nom. q. 1. n. 1. Et in terminis probant, & utuntur promiscue de terminis nominandi, & eligendi, ut tenent *Fontanell. tom. 2. dec. 525. Sesse dec. Arag. dec. 346. Larr. dec. 31. Atque ita videbatur dicendum validam esse nominationem, & electionem factam in filio juniore, excluso seniore, licet non fuisset obediens, si uti senior fuit, & licet iste fuisset magis obediens, & ille minus, ex dictis à *Molin. d. cap. 5. n. 5. & 6. Raud. d. dec. 38. n. 341.****

Sed his non obstantibus contraria sententia in nostro casu, & terminis mihi verior videtur, & manifeste probatur; quia filius senior secundum naturam maioratum habet primum locum in illius successionem, *Cap. 1. de nat. success. feud. & probat Ord. nostra lib. 4. tit.*

tit. 100. & §. 1. & reſolvunt Greg. Lop. in L. 2. tit. 5. part. 2. verb. *maioria in princip.* Tiraq. in tract. de primog. q. 1. num. 10. Molin. de primog. lib. 3. cap. 1. n. 1. & ſeqq. & ibi Add. Caſtill. lib. 5. contr. cap. 67. n. 28.

218 Et qui habet regulam pro ſe, ſatis intentionem ſuam fundatam habet, donec exceptio, vel limitatio expreſſe probetur, L. *illud Cod. ſacroc. Eccleſ. L. ab ea parte ff. probat. L. ſin. Cod. hered. inſt. Alex. conf. 79. num. 5. lib. 7. Pinel in L. 1. Cod. bon. matr. 3. p. num. 23. Decian. conf. 68. num. 36. vol. 4. Tuſch. tom. 6. lit. R. concl. 94. Gut. de jur. confirmat. p. 1. cap. 1. n. 64. & praſt. lib. 3. q. 4. n. 13. & q. 76. n. 8. Valenz. conf. 97. n. 218.*

219 Unde provenit, quod ad hoc ut ſecundo genitus excludat primogenitum, eſt neceſſaria voluntas clara, diſpoſitioque expreſſa, aut evidens ad ſuum favorem, & quod inſtitutor ita expreſſè diſponat, vel apertiffimis conjecturis comprehendendi poſſit, Molin. de primog. lib. 3. cap. 2. n. 28. Caſtill. tom. 6. contr. cap. 180. n. 16. & 17. ubi de diſtinctione caſus clari, aut dubii.

220 Et tam longe eſt, quod ad favorem ſecundi geniti, caſus ſit clarus ex nominatione facta à matre, quod porius eſt dubius; & clariffimus pro primogenito; quia inſtitutrix non dedit facultatem liberam matri filiorum, de quibus agitur, ut inter filios ſuos eligeret, nec in tota diſpoſitione tale verbum invenitur circa electionem, ſed tantummodo, ut per ſuam mortem nominaret unum ex filiis maſculis magis obedientem, ut patet ex verbis, ibi: *Elbe dá facultade para por ſua morte nomear hum de ſens filhos machos, qual lbe for mais obediente.* Quæ diſpoſitio multum diſtat à facultate eligendi; nam quamvis multoties verba *electio*, & *nominatio* idem ſint, & uno ſenſu intelligantur, in realitate ſunt voces differentes, & verba diverſa, & habent diverſum ſignificatum; aliud enim eſt concedere facultatem ad nominandum, aliud ad eligendum: nam licet qui eligit, nominet, ille qui nominat, non ſemper eligit, nec facultati nominandi eſt annexa electio.

221 Hoc comprobatur, quia nominatio verificatur, etiam quando nominatio præciſè eſt facienda in certa perſona, & determinata, ita ut evenit in Patrono cujuſcumque Capellaniæ, ubi datur ſpecifica Capellani nominatio, aut generica conſanguinei, qui Patronus præciſè eſt nominaturus, aut præſentaturus vocatum, aut conſanguineum, & aliter facta præſentatio erit nulla juxta tradita per Perez in L. 1. tit. 6. lib. 1. ordinam. col. 247. verſ. quod adeo procedit, Gutierr. conf. 2. n. 4.

Valenz. conf. 103 per tot. maxime numer. 38. Molin. & Guſman, verit. jur. veritate 24. n. 5. Et nihilominus tali in caſu non negabitur, Patronum præſentandi jus habere; hoc namque provenit ex natura patronatus, quod ſecundum communem Doctorum opinionem diffinitur, poteſtas præſentandi inſtituendum ad beneficium vacans, Hoſtienſ. in ſum. tit. de jure patron. lib. 1. p. 1. q. 1. art. 1. n. 15. Valenz. in paratit. ad tit. de jure patronat. §. 1. num. 1. Ricc. in praxi poſt dec. 230. notab. 2. Molin. d. verit. 24. num. 5. Vivian. in prax. juris patron. lib. 5. cap. 1.

Confirmatur etiam ex reſolutione quaſtionis tractatæ, & reſolutæ à Paz. de tenut. cap. 34. à num. 116. ubi diſputat, ſi quando mulier marito poteſtatem concedit, aut è converſo, ad inſtituendum maioratum, & ad eligendum unum ex filiis ſuis ad ſucceſſionem, debebat præciſè regularem eligere maioratum, aut irregulares facere poſſit vocatione? Reſponſum præſtat, maioratum ſic erectum omnino regularem debere eſſe, ut conſtat, ibi: *Quam quaſtionem illud confeſſim ſequitur, au conjux qui facultatem habet eligendi ad maioratum unum ex filiis, vel ſiliabus, debeat maioratum regularum facere, an vero maioratum agnationis poſſit inſtituere, & inter filios ſubſtitutiones quas voluerit, apponere queat: qua in re ſecurè dicendum cenſeo, ſolum regulare primogenium, abſque irregularibus vocationibus, & ſubſtitutionibus à conjuge inſtitui poſſe: & proſequitur uſque ad n. 141. hanc reſolutionem quamplurimis, & eſſicaciſſimis rationibus comprobando. Ergo etiam, quamvis fundatrix noſtri maioratus dixiſſet, habere facultatem, ut nominationem ſucceſſoris facere poſſet, regularem electionem exprimere, ipſi licitum erat, filium ſeniores primario vocando; & non poterat irregularem facere vocationem, juniorem filium præferendo.*

Hancmet opinionem fuere ſectati Na-guer alleg. 9. num. 72. relatam auctoritatem comprobantes, illic: *Sexto ad hoc eſt reſolutio Paz de tenut cap. 34. num. 117. uſque ad 141. ubi ex pluribus fundamentis in difficiliori caſu probat, quod commiſſarius ad inſtituendum maioratum, quamvis ampliſſimam facultatem habeat, illum regularem debet facere in favorem maſculorum, & faminarum, & non irregularem.*

Caſtill. lib. 2. controverſ. cap. 26. num. 39. 224 ubi Mier. referens, ita loquitur. Et antea num. 16. ex aliis probat, quod mulier cum marito concedit facultatem eligendi filium ad maioratum, videtur tacite ſe conformare cum jure communi, & legibus, & conſuetudinibus

dinibus Hispaniæ, quæ præferunt filium primogenitum ceteris fratribus, & fororibus.

225 Simile est, quod in favorem masculi infæminarum competentiam affirmavit *Carpus de executor & commiss. text. lib. 2. cap. 19. n. 59* his verbis: *Trigesimo nono. si commissario mādaverit testator ut ex bonis suis instituat maioratum in aliquem ex filiis, aut filiabus, nec aliter constet facultatem hanc absolutam esse, in dubio commissarius haud quaquam eligere poterit filiam, excluso seu prætermissio masculo, quia ordine scripturæ videntur filii, & filie ad successionem invitari, maxime si ex aliis clausulis, & vocationibus colligatur, hæc fuisse testatoris mentem, ut pluribus comprobatur* *Castill. d. lib. 2. contr. cap. 6. per tot.* Siquidem eandem prælationem primogenitus habet respectu secundogeniti in successione maioratum, quam masculi respectu fæminarum.

226 Et rationem præstat *Paz. d. cap. 34. num. 134* videlicet, vocationes, & substitutiones irregulares ex hæredationis speciem in se continere, cum removeatur quis à suo gradu propter admissionem alterius remotioris, ut dixerat *Molin. lib. 3. cap. 4. n. 8* ibi: *Hæc namque exclusio quamdam ex hæredationem, & odium etiam irrationabile continet.* Sed sic est, quod commissarius ad testandum, & ex aliquibus bonis disponendum non possit, virtute potestatis, ex hæredare nullum ex filiis, aut descendentibus defuncti, aliter si ipsi ad ex hæredandum specialis esset concessa facultas, ut cavetur in *L. 31. Taur. quæ est L. 5. tit. 4. lib. 5. recop.* illico irregulares non poterit facere vocationes, à jure primogenituræ seniore spoliando, & virtualiter ex hæredare, secundogenitum primario vocando, quin detur ad hoc faciendum clara, & expressa facultas. Atque ita cum non detur clara, & specifica facultas, ad hoc ut nominetur filius junior excluso seniore, sed tantummodo quod nominetur ex filiis masculis, qui fuerit magis obediens, cum hoc prætextu non fuisset facta nominatio, nec de tali obedientia loquatur in testamento, & proponatur filium seniore esse plus obedientem, nullo modo potest sustineri nominatio, quia deficit qualitas, sub qua relicta fuit facultas nominandi, & eligendi unum ex filiis masculis, & cum deficeret qualitas, sub qua concessa fuit facultas, deficit etiam ipsamet nominandi facultas restricta ad ipsam obedientiæ qualitatem, ut late resolvunt *Molin. de primogen. lib. 1. cap. 13. num. 36 Paz. de tenut. cap. 34. num. 32. Azaved. conf. 9. num. 26. & conf. 34. num. 41. Valenz. conf. 7. num. 23. & conf. 43. num. 161. & conf. 52. n. 18. 20. & 21. &*

conf. 83. num. 4. & num. 134. & conf. 92. num. 141. & 144. & 146. Gut. conf. 1. num. 8. conf. 24. num. 16. & 26. num. 6. & conf. 28. num. 3. Valasc. conf. 151. num. 21. Molin. de rit. nupt. lib. 3. q. 13. num. 12. Gratian. dec. 71. num. 8. & dec. 89. num. 2. & dec. 148. n. 3. & dec. 224. n. 2. Amat. dec. 11. n. 32. Girrb. conf. 99. num. 8. Bart. in L. ex facto num. 1. de vulgari ubi Ripa num. 19. & 30. gloss. in L. nuncupia Cod. serv. fugit.

Et tantummodo hæc nominatio potuerat²²⁷ habere locum, si fundatrix dixisset concedere facultatem ad hoc, ut posset nominare unum ex filiis, quem voluisset eligere, cum verbis *podisse nomear em o fiho que quizer.* Quæ verba sunt termini, cum quibus leges explicant liberam facultatem nominandi esse datam, ad hoc ut libere eligatur, quem ex filii voluerit, *L. cum quidam 24. ibi: Rogo restituas libertis meis quibus veles, L. unum ex familia § sed & si 5. illic: Rogo fundum cui veles, aut quibus veles ex familia relinquo: & §. Rogo 7. ibi: Restituas ex libertis cui veles: & §. si de falsidia, L. cum pater 77. §. à filia 10. ibi: Cui vellet ex libertis suis prædia, cum moreretur restitueret ff. leg. 2. L. utrum 7. §. 1. ff. de reb. dub. Molin. lib. 2. cap. 5. Mier. p. 1. q. 48. num. 11. Castill. lib. 5. cap. 87. num. 3. & seqq. & est text. in L. cum quidam ff. leg. 2. Paz. de tenut. cap. 34. n. 106. Pereir. dec. 8. n. 8.*

Et cum in d. institutione non inveniatur²²⁸ talis clausula, nec facultas nominandi, quem voluerit, nullo modo potuerat nominare irregulariter filium juniorem, & excludere seniore, in quo nominatio regulariter facienda erat, quia facultas non erat libera, sed restricta ad filium magis obedientem, de quo non loquitur in nominatione facta, prout tenebatur non excedendo facultatem, sed nominare debebat juxta facultatis terminos, ut notat *Roxas de incomp. maior p. 1. cap. 6. num. 357.* & ut inquit *Bald. conf. 326. num. 2. lib. 1.* quod sine potestate nihil ad actum reducit, sine voluntate nihil consensu perficitur, & sine modo nihil ad finem dirigitur. De qua re etiam *Castill. lib. 2. cap. 26. num. 4. & lib. 4. cap. 5. num. 4. Molin. lib. 1. cap. 24. num. 24. Cueva dec. 50. num. 1. Menoch. conf. 108. num. 4. Surd. conf. 27. num. 13.* & ita debebat eligere illum, in quo illæ qualitates concurrebant, ut in simili inquit *Pereir. dec. 8. num. 3. & seqq.* & ideo tenebatur ostendere adesse qualitatem obedientiæ ex dictis ab *Scobar de purit & nobil. proband. p. 1. q. 8. n. 3. & §. 3. num. 13. Menoch. conf. 322. num. 43. Mier. de maior. p. 1. q. 50. num. 123.* optime deratione *Lara de capell. lib. 2. cap. 4. n. 23. & seqq.*

ſeqq. *Gratian forenſ. cap. 491 num. 15 & 16. Farin. in repert. ult. vol. dec. 6. n. 30.* Ubi quod procedit etiam parte non opponente, & ideo non ſufficiebat eſſe filium, ſed debebat eſſe obedientiorem ſecū lum qualitate à fundatrice requiſitam, ad hoc ut nominatio ſuſtineri potuiſſet ex dictis à *Pereir. d. num. 3. & ſeqq.* & ab aliis proxime citatis, & ſine illius declaratione, & probatione debet intelligi electio cōceſſa ordine in electione, & nominatione ſervato, ita ut prius eligatur filius maior, & reliqui poſtea ſucceſſive unus poſt alium, juxta *text. in L. hæredes mei §. ſin. ff. ad Trebel. L. cum pater §. à te peto ff. leg. 2. Caſtill. tom. 2. cap. 26.*

229 Data enim facultate ad nominandum unū de certis, ſemper intelligitur in terminis habilibus, & data capacitate, & qualitate perſonarum, quæ nominari debent, quia ſemper hoc præſupponitur in qualibet diſpoſitione, *L. ut gradatim 11. in ſin. princip. ibi: Si idonei ſint ff. muner. & honor. Tiraq. de retract. lign §. 1 gloſſ. 7. num. 12.* Atque ita cum filius junior non habeat dictam qualitatem, capacitatem, & habilitatem filii magis obedientis, non debebat nominari, excluſo ſeniore, quia facultas non erat libera, ſed reſtricta ad filium magis obedientem, & maioratus aut eſt liberæ nominationis, aut neceſſariæ, & regulatæ, *d. L. unum ex familia, & cætera jura citata in Ord. lib. 4. tit. 37. ibi: Para ſi, c. certas peſſoas: Pereir. dec. 8.*

230 Et quando conceditur facultas, ut nominetur unus ex certis, tenetur eligere nominans ex eis cum qualitate à fundatrice requiſita, *Bart. in L. unum ex familia §. ſi duos ff. leg. 2. Gratian. forenſ. cap. 229. n. 23. Valenz. conf. 40. n. 47.*

231 Et nominatio aliter facta eſt nulla, *d. L. unum ex familia, & in §. ſed & ſi fundum ff. leg. 2. L. cum quidam ff. eod. cum aliis Molin. de primog. lib. 2. cap. 4. n. 38 & 39. Azeved. de exeq. mand. p. 1. cap. 19 n. 2. Bart. & Peralt. in d. L. cum quidam num. 3. & quare, Flores var. lib. 1 q. 19 §. 4. n. 39. Menoch. conf. 1006. num. 33. & 35.*

232 Et quamvis verba illa, que *lbe for mais obediante*, importent electionem, quia dictio, magis, eſt ſignificativa electionis, maxime quādo ponitur inter incompatibilia, ut hic; quia uterque filius non poteſt ſuccedere, & poſita fuerunt in *L. filioſ familias ubi gloſſ. verb. magis, & ibi Bart. ff. cond. & demonſt. L. 2. §. 1. ubi gloſſ. magna ante medium ff. de reb. cred. & in L. in commodato §. ſicut verb. magis ff. cōmod. L. quia magis ff. ſin. reg. & in L. 1. ff. cōmun. divid. & notarunt *Faz in L. jubere ff. de jurid. & ibi Dec. num. 6. & in aliis iuribus, in**

quibus hæc dictio poſita inter plures ſtat electivè, ut in *L. & ſi forte §. hæc actio ff. ſi ſervit. vend. L. 1. Cod. com. divid. L. 2. §. 1. ff. ſi cert. pet. Paris. conf. 115 num. 13. vol. 1. & maxime quando eſt poſita inter obedientiam, & filium, quo caſu inter illos poterat eligere, ut in facultate eligendi dignos eſt *text. in L. cum quidam 24. ff. leg. 2. & ibi gloſſ. Alba conf. 790. n. 14.**

Nihilominus tamen hæc electio non eſt libera inter filios maſculos, ſed præciſa, & limitata ad filium maſculum magis obedientem, & tunc non conceditur electio, aut facultas nominandi libera, ſed reſtrictiva ad magis obedientem, quia in his terminis non conceditur electio libera, ſed datur reſtrictio *ex L. cum qui certarum §. 1 ff. verbor. oblig. Bald. in L. 1. num. 1. Cod. de furt. & qui habet jus nominandi, & quidem ſub certis modis, & qualitatibus non poteſt libere nominare, ſed tenetur reſtrictè eligere, ut multis iuribus tradit in terminis *Torre de pact. fut. ſucceſſ. dec. 178. num. 5 & allegat Paz de tenuit. cap. 34 n. 153. Cald. de poteſt. elig. cap. 16. n. 3. & ſeqq. & alios* Et cum mater nominaret libere, & non reſtrictè filium magis obedientem, nulliter nominavit, & extitit nominatio invalida, ac ſi non nominaret, atque ita poſt ejus mortem ad filium ſeniores ſucceſſio devoluta fuit, ſicuti devolvitur, quando mater, aut pater habens facultatem nominandi non nominavit, tunc enim ſuccedit primogenitus filiorum, inter quos debebat fieri nominatio, ut originaliter reſolvit *Gregor. Lop. in L. 2. tit. 15 part. 2 gloſſ. verbo eſto uſaron, & verb. ſed pone, Peralta in L. unum ex familia §. ſed & ſi fundum ff. leg. 2. Molin. de prim. lib. 2. cap. 4 num. 42. Mier. p. 1. q. 48. num. 41. alter Molin. de juſt. diſp. 593. n. 6. Caſtill. lib. 4 cap. 36 num. 6. Raud. de annalog. in append. p. 1. num. 137. Moleſio in com. ad conf. Neapol. 3 p. q. 11. num. 6. Fontanel. de pact. nupt. clauſ. 4 gloſſ. 9. p. 5. num. 11. Cov. in cap. Raynald. de teſt. §. 3 num. 8. Gut. in L. unic. Cod. quando non pet. num. 9. Cald. de nomin. q. 13 num. 1. Leon. tom. 1. dec. 51. num. 6. Larr. dec. 31. n. 51. Pereir. dec. 8. n. 4. & 8. ubi eleganter, quia loquitur in ſimili.**

Et in noſtro caſu habet maiori ratione hæc reſolutio locum, quando proponitur, & conſtare poteſt inſtitutricem antea feciſſe maioratum unius Villæ, ad cujus ſucceſſionem vocavit primogenitum filium, & ideo cōſideravit declarationem factam, ad hoc ut bona indiviſa, & unita manerent in uno ſucceſſore, & conſobrino, ſeu neptis ita recognovit, & in prima inſirmitate hanc voluntatem ſequuta fuit, & ita exequutum fuiſſe inſtitutrici

- trici certioravit, & postea inducta fuit à filio juniore ad hoc, ut ei nominasset bona, ut in effectu nominavit illius persuasionibus, & in hoc casu ea non obstante bona possunt avocari ab illo filio juniore, qui postea fuit nominatus, & applicari filio seniori prius vocato, ut per hæc verba inquit *Mier. de maior. p. 1. quæst. 25. num. 28. & 49. Castell. lib. 3. cap. 1. n. 112. Lara de annivers. cap. 31. n. 11. Cabrer. de metu lib. 2. cap. 9. n. 5.*
- 235 Et ita recognovit mater nominans petens filio seniori, quod non contraveniret ejus nominationem factam in filio juniore, ex rationibus de quibus in verbis testamenti, ibi: *Peço a meu filho*: ex quibus ostendit defectum potestatis talis nominationis, & ex illis non inducitur obligatio observandæ nominationis, *L. cum pater §. mando ff. legat. 2. & ibi DD.* atque ita manet clara iustitia primogeniti, pro quo etiam in dubio decidenda, & resolvenda erat quæstio proposita, & pro validitate declarationis in ejus favorem factæ, ut concludit *Castell. tom. 6. contr. cap. 160. n. 16. in fin. vers. clausulæ.*
- 236 Et pro complemento nostri capituli, advertendum est circa regulam *text. in L. perfecta donatio Cod. donationib. quæ sub modo*, quod potest dici erectio maioratus, aut donatio per viam vinculi perfecta: & irrevocabilis, ad hoc ut non possit à fundatore revocari, nec alterari in substantia, si detur acceptatio, aut tradatur res, quia si hæc deficient, & donatio absque traditione sit facta simpliciter, tamen non dicitur perfecta antequam tradatur, & interim potest alteri obligari, & vinculum facere, erectionemque maioratus formare, & validum remanet, & tantummodo competit actio personalis contra primum donatarium, ad hoc ut præstet æstimationem rei donatæ, & sustinendum est vinculum factum, antequam res donata tradita fuisset, quia ante traditionem non dicitur perfecta, ut non cadat res donata in obligationem, aut vinculum, quod cadit, si res tradita non est, ut tradit eleganter in terminis *Burg. de Paz conf. 24. num. 22. vers. sane ea ex alio, ubi multos refert, & est text. elegans, ex quo probatur in L. fin. §. Lucius ff. de donat. gloss. in L. 1. verb. perfectam Cod. de jure fisci lib. 10. & ibi Bart. num. 9. Celso Uzo conf. 53. n. 2. & conf. 58. num. 6. & 8. & conf. 100. num. 10. & conf. 104. num. 2. ubi affirmat, quod in facti contingentia ita semper tenuit ex Dec. conf. 259. n. 7. Gut. de jur. am. confirmat p. 3. cap. 15. num. 23. judicatum refert *Mastrill. dec. 211. num. 26. usque ad fin.* & generaliter affirmant veram esse hanc propositionem *Milanens. dec. 5. num. 49. lib. 2. Beroi conf. 60. num. 1. lib. 1.**

Franch. dec. 213. Fontan. de pact. nupt. claus. 4. gloss. 27. num. 11. vol. 1. Mier. de maior. p. 1. q. 24. num. 111. Cancer. lib. 1. cap. 8. de donat. num. 30. Amat. resol. 26. num. 2. & 12. Noguerol. allegat. 14. n. 46. Cutel. de donat. tract. 1. discurs. 2. pratic. 13. n. 53.

Et quid dicendum, si facta fuerit revocatio persuasionibus filii, aut novercæ. Vide *Mier. de maior. p. 2. q. 25. num. 45. & 47.* Ex quid si facta fuerit ex inobservantia pactorum p. 1. q. 24. n. 148.

Quid autem dicendum sit, si facta fuerit erectio maioratus per contractum inter vivos, in quo vocatus fuit Petrus, & post eum alios ad successionem, & fuit erectus cum alio fratre Petri, qui erat Religiosus profectus, & cum isto fuit continuata scriptura erectionis, & fructus bonorum ei fuerunt consignati ad annonam in sua vita, & post ejus obitum vocatus fuit pater, & iste talis acceptavit, an ex ista acceptatione maneat erectio irrevocabilis, & videbatur dicendum, quod sic; ex dictis supra.

Sed contrarium mihi videtur esse verum, tum ex eo quia Religiosus non potest acceptare talem contractum, nec stipulare istam erectionem, quia sine Prælati autoritate non potest contrahere, nec aliqua facere circa dictum contractum, & obligationem, ut multis juribus ostendi *Forens. cap. 1. in noviss. impress. num. 207. & seqq. pag. 50.* & idem dicendum est, si fuerit acceptata à servo, quia monacho æquiparatur, & mulier uxorata absque viri licentia, ut vidi judicatum ex dictis *Forens. cap. 6.*

Tum etiam, quia dictus Religiosus non erat successor maioratus, nec institutus in proprietate bonorum, sed tantum fructuum bonorum creditor, & ad maius erat usufructuarius, & ut talis non dicitur successor ad acceptationem erectionis, & datur magna differentia inter usumfructuarium, & proprietarium successorem, ut inquit *Castell. de usufr. cap. 34. per tot. & cap. 75.* atque ita acceptando nihil fecit non solum propter illius incapacitatem, sed quia non erat successor, nec ad successionem vocatus, & ita defecta fuit acceptatio legitima, sine qua non datur irrevocabilitas, & potest institutor, dum non intervenit acceptatio, revocare, ut dictum est, & potest disponere, quomodo visum fuerit ei, quia solum prohibita est alteratio, quando est maioratus erectus irrevocabiliter, & acceptatus à successore, ut inquit *Castell. de usufr. cap. 40. num. 40. 41. & 42. & per tot.* Ubi etiam, an usumfructuarius omnium bonorum habeat usufructum bonorum maioratus, & quando. De qua re vide processum *Emmanuelis*

nuelis Rodrigues Jacome com Maria de Figueiredo apud Notarium Sebastião Vicente de Padilha, ubi similis quæstio disputatur, & vide *Molin. de primog. lib. 4. cap. 2. num. 48. & seqq. & ibi Add. n. 30. Castell. lib. 4. cap. 37. n. 39. & lib. 5. cap. 80. n. 16.*

241 Idem etiam dicendum est, quando successor vocatus est infans, nam licet tunc ad irrevocabilitatē non sit necessaria acceptatio, & tunc illa sit valida erectio, ita ut non possit revocari ex *Molin. de primog. lib. 4. cap. 2. n. 75. Lara in comp. vit. hom. cap. 16. numer. 94.* quia ad illius favorem sufficit stipulatio notarii, & translatio per constitutum, aut usufructus reservationem.

242 Nonilominus tamen id verum est, quando ille, in cuius favorem sit constitutum, est præfens, & acceptat constitutum, alias autem si abfens sit, aut sit minor, ante acceptationem, seu ratificationem illi nullum jus quæritur, licet Notarius pro infante stipuletur, *Burg. de Paz q. civil. 10. num. 18. de qua re Castell. d. cap. 80. num. 41. & 42. Molin. ab eo relatus disp. 264. col. 6. vers. 5. & idem videtur sentire Lara d. cap. 16. num. 94.* ubi postquam dixit, quod donatio facta infanti Notario pro eo stipulante valet irrevocabiliter, addit ibi hæc verba: *Id tamen intellige revocabiliter ante acceptationem absentis:* quod non dubie videtur probare *Molin. d. lib. 4. cap. 2. n. 68.* ubi cum proposuisset quæstionem, utrum actio utilis, quæ stipulatione Notarii acquiritur absentis, cui infans comparatur, acquiritur revocabiliter, aut irrevocabiliter; allegando in hoc numero DD. opinionem, qui probant, quod acquiratur irrevocabiliter, *in num. 69. resolvit contrarium, & sic, quod possit revocari ante ratificationem absentis, & quare, ut in vers. quod in Hispaniorum primogeniis. Valenz. cons. 63. num. 24. & seqq. & cum minor, & infans non sit capax acquirendi, nec acceptandi, L. quod meo §. si furiosus ff. acq. poss. ubi gloss. verbo si non transferas, L. quamvis §. infans ff. eod. de qua re vide L. quamvis 32. §. pupillus L. 1. §. furiosus ff. acquir. poss. ubi gloss. Cald. in L. si curatorem verbo non absimilis n. 50.*

243 Et quid dicitur pactum de non revocando, vide *Molin. de primog. lib. 4. cap. 2. num. 39. & seqq.* ubi disputat, an pactum de non revocando, facit, aut non, irrevocabilem dispositionem maioratus, de qua re agunt *Add. ibi. & Gut. pract. lib. 2. q. 77. Barb. in L. quæ dotis num. 116. ff. solut. matr. & nos multis allegavimus forens. resol. cap. 4. & in novissima impressione.*

244 In maioratu autem facto à marito, aut uxore, an sit irrevocabilis, jam supra notavi

cap. 3. num. 3. & 4. & nunc dicendum est, distinguendos esse duos casus, qui possunt accidere: primus est, quando in eadem scriptura maritus, & uxor simul faciunt erectionem ex bonis utriusque, in hoc enim casu superstitem posse pro sua parte revocare, constitutissimum est, per text. in L. Lucius §. Caio ff. ad Trebel. cum multis Molin. de primogen. lib. 4. cap. 2. num. 84. Pech. de testam. conjug. lib. 1. cap. 18. & 19. Castell. lib. 2. contr. cap. 18. n. 16. & seqq. & alii tenent, quos allegavi ubi supr. d. n. 3. & 4.

Secundus casus est, quando maritus ipse solus, aut è contra ex consensu uxoris constituit maioratum, de bonis tam ipsius, quam uxoris; in hoc enim casu mortuo marito, confirmatur ejus voluntas, & manet irrevocabilis, tam quoad bona ejus, quam ad bona uxoris, *L. nec fratris Cod. donat. caus. mortis, L. sicut §. venditionis ff. quibus mod. pign. vel hypotbec.* Ex quibus adnotarunt DD. testamentum, in quo quis de re aliena disponit domini consensu expresso testantis morte adeo firmum esse effici, ut idem dominus bonorum contraria voluntate illud mutare non possit, & rationem præstat, & exornat *Castill. tom. 5. contr. cap. 89. n. 112. & seqq.*

Ad cujus confirmationem expendi possunt *text. in L. sine voluntate Cod. ad Senat. Vel & in L. filiosfamil. Cod. jur. de liber. ibi: Pro hærede voluntate filii gessit, & in L. cum quidam ff. admin. tut. tenent Molin. d. n. 84. vers. sed hoc limitari solet, Mier p. 1. q. 23. n. 47. & seqq. vers. tertius casus, Castell. d. cap. 18. num. 38. & ad hoc sufficit acceptatio tacita, ut erectio maneat irrevocabilis, ut volunt multi (quos non sequor, ut dixi supra) prout sunt *Molin. d. cap. 2. num. 76. Castell. d. cap. 80. num. 8. Mier p. 1. q. 41. in fin. & q. 36. num. 23. Thesaur. dec. 70. num. 12. & tantummodo acceptatio expressa primi successoris impedit revocationem, ut judicatum fuit in causa sequenti.**

No feito de Fernando de Lemos com os Padres de nossa Senhora da Graça, e opposentes as Religiosas do Calvario, Escrivão Lourenço Correa de Torres, se deo a sentença seguinte.

Acordaõ os do Desembargo, &c. Naõ he bem julgado pelo Juiz em absolver aos RR. do pedido pelos AA. em seu libello, e declarar, que o morgado, de que se trata, pertence aos RR. Revogando sua sentença, vistos os autos, e como delles se prova, serem os AA. os parentes mais chegados ao ultimo possuidor o Licenciado Jeronymo Freyre, e ainda a seu antecessor o Padre Frey Francisco de Magalhães, Religioso da Ordem de S. Domingos, e como

e como pela vocação expressa do instituidor em falta da geração dos primeiros chamados filhos de Francisco Vellez, mandou que succedesse no dito morgado o parente mais chegado do ultimo possuidor, que se mostra ser a A. Dona Anna de Figueiredo: e supposto que depois da primeira instituição se mostre fazer o instituidor outra instituição a favor dos RR. em a qual declarou, que caso, que faltasse a descendencia dos chamados filhos do dito Francisco Vellez, succederiaõ os RR. com tudo sendo a dita primeira instituição feita por contrato com aceitação dos primeiros nomeados Francisco Vellez, e seu filho Beltraõ de Magalhaens, e com aceitação do Taballiaõ em nome dos ausentes, sendo em instituição de morgado, ficou a dita instituição firme, e irrevogavel de tal maneira, que se não podia alterar, nem revogar em prejuizo do direito adquirido aos successores chamados na primeira instituição: e visto outrossim, como se mostra serem as oppoentes Religiosas, que guardão a primeira Regra de São Francisco, sem possuirem bens em commum, nem em particular, e supposto que sejaõ mais chegadas em grao ao ultimo possuidor, por se provar serem filhas do dito Licenciado Jeronymo Freire, com tudo por serem Religiosas, que se prova guardarem a primeira Regra, ficaõ pela dita razão incapazes de poderem succeder nos ditos bens, pois ainda no caso, que foraõ dispensadas pelo Concilio para poderem possuir bens em commum, havendo mais de trinta annos, que lhe foy concedido o dito privilegio, não usando delle, nem da dispensação de sua primeira Regra, conforme a Direito, ficaõ renunciando o dito privilegio ainda no caso em que pelo dito Concilio foraõ dispensadas. O que visto, julgaõ pertencer o dito morgado ao A. Fernão de Lemos por meyo de sua mulher D. Anna de Figueiredo, e que as oppoentes por não possuirem bens em commum, nem em particular, por guardarem a primeira Regra de S. Francisco, não podem lograr os fructos delle em vida das duas Religiosas, filhas do ultimo possuidor. E condenaõ aos RR. e oppoentes em iguaes partes das custas dos autos. Lisboa de Fevereiro 6. de 1677. Barros. Rego. Privado.

Hæc sententia fundata fuit in deliberatio²⁴⁸ ne sequenti.

Joannes Rodrigues Azinheiro, Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Benalberge Prior, per donationem inter vivos, de qua in instrumento fol. 4. vers. exacto 27. Decembris de 1561. tenuissimum quemdam instituit maioratum ex nimia etiam parte prædii, de quo agitur, cum onere mislarum quotannis celebranda-

rum etiam prohibitionē alienandi. Primo loco vocavit Franciscum Vellez, uxoremque ejus, post quorum mortem vocavit Beltrandum de Magalhaens, & uxorem Margaritam cum descendētib; palam fit fol. 4. in fin. & in defectum descēdētium Beltrandi, & Margaritæ vocavit Annam & Francisci filiam.

Tandem fol. 4. deficientibus vocatis, co²⁴⁹ rumque descendētib; (in quo tota lis pendet) ita disposuit ibi: *E não havendo dos sobreditos descendentes alguns, ficarão os ditos bens ao parente mais chegado do ultimo possuidor*

Triduo post factam, & acceptatam dona²⁵⁰ tionem hanc per partes, & Tabellionem, Prior Joannes donator ductus pœnitentia in instrumento ratificationis, aut declarationis fol. 23. scripto 30. die Septembris de 1561. sic disposuit in casu, quo deficerent Francisci, & Gratia descendentes, ibi: *E que outrossim hey por bem, que quando quer que não houver descendentes dos ditos Francisco Vellez, e Gracia de Aguiar sua mulher, a saber filhos, netos, e bisnetos, e todos mais por linha direita, para herdarem esta mesma Capella, e bens. E entãõ quer, e ha por bem, que a dita Capella, e bens della, se torne a dita Capella a nossa Senhora da Graça do Mosteiro desta Cidade. Religiosi Fratres Divi Augustini, quare Cœnobium in Eborensi Civitate nuncupatur de nossa Senhora da Graça, hac dicti vocatione desiderant hunc maioratum occupare, ex eo quod Anna Actrix non est Francisci, & Gratia descendens. Actrix, ejusque vir fortiter pugnant, quod Joannes institutor post primam institutionem, acceptatam in donatione fol. 4. non poterat secundam fol. 23. facere, restat videre, quifnam justius induat arma.*

Donatio, quam Joannes fecit fol. 4. pura²⁵¹ & perfecta est, ex quo, sicut cæteri contractus nominati, non potuit per pœnitentiam donantis, postea in scriptura fol. 23. revocari. Rursusque donatio de sui natura contractus est irrevocabilis, in quo pœnitentia non admittitur, L. Aristo ff. de donat. Ord. lib. 4. tit. 63. in princip. ibi: *Logo são firmes, e feitas, de maneira que em tempo algum não possaõ ser revogadas.* Ergo perperam donator in secunda scriptura dicto fol. 23. revocavit vocationem propinquare ultimi possessoris maioratus istius, quibus jam jus quæsitum erat per partium acceptationem dictæ donationis, & notarii stipulationem.

Donatio namque facta à Joanne fol. 4. & ²⁵² per Tabellionem ibidem absentium nomine acceptata profecit, non solum, ad quæredum jus, & actionem absentibus contra donan-

tem,

tem, ſed etiam ne ipſe donator poſſit prædi-
ctam donationem revocare, diſponit *Sanctio*
noſtra dict. lib. 4 tit. 63. in princip. tradit De-
cius in L. quo tutela §. ſin. num. 2. ff. de reg.
jur. Tirag. de conſtit. 2. p. limit. 30. num. 49.
Cov. var. lib. 1. cap. 14 n. 12. Gam. deciſ. 8. n.
2. & ibi additio Flor. infinitos allegat.

253 Fateor, quod ex communi regula, alteri
per alterum, actio, vel obligatio non queri-
tur, id tamen fallit, niſi notarius pro abſente
ſtipuletur, qui ex vi legis, & communi con-
ſuetudine alii ex vi officii publici acquirere
poſteſt, ut bene *Bart. Alberic. Angel. & omnes*
aſſirmand in L. 2. ff. rem pupil. & in L. nec 41.
§. eorum ff. de adopt.

254 Si igitur alteri notarius acquirere poſteſt,
manifeſte ſequitur, abſenti ſine ceſſione uti-
lem actionem ex ſtipulatione notarii eſſe ac-
quiſitam, & promittentem (valida exiſtente
promiſſione) remaſiſſe efficaciter obligatam.
Abſentique ratiſ habitio ſolummodo quoad
ſe ipſum requiritur, ut vel repudiat, vel ma-
neat etiam obligatus.

255 Et ſupradictis civiliter inferitur, quod jus
Aſtrici Annæ quaſitum per ſtipulationem
notarii fol. 5. non poſteſt ab illa auferri abſ-
que ejus conſenſu, *L. ſi pater Cod. de pact.*
convent. L. ſin ff. de pact. L. cum à ſorore, &
ibi Bald Cod. de jur. dot. cap. ſi tibi abſenti de
præbend in 6. L. inſulam §. ſin ff. ſolut. matr.
regula id quod noſtrum ff. de reg. jur. plures
allegat. Gom. in L. 40. Tauri. Inferitur etiam,
quod Joannes donator non poterat in ſecun-
da declaratione fol. 23. revocare primam do-
nationem fol. 5 & per conſequens, quod A-
ſtrix habet optimam actionem adverſus Reos,
quod ex ſequenti apparebit evidenter.

256 Utrique hujus maioratus poſſeſſor fuit Li-
centiatus Hieronymus, qui mortuus eſt duas
filias relinquendo, quæ Moniales ſunt pro-
feſſæ in Monasterio do Calvario Civitatis
Eboræ, & ibi primam Seraphici Patriarchæ re-
gulam profitentur, de quarum jure ſtatim
agemus in deciſione oppoſitionis fol. 47.

257 Filiabus ultimi poſſeſſoris nunc poſthabi-
tis, Aſtrix Anna ſe conſanguineam magis
propinquam probet ultimi poſſeſſoris, & ſuc-
cedit vocatio dicto fol. 459. ibi: *Enão ha-*
vendo dos ſobreditos descendentes alguns, ſi-
carão os ditos bens ao parêre mais chegado do
ultimo poſſuidor. Certi namque juris eſt,
quod in ſucceſſionibus ille primum, locum
habet enim aliorum prælatione, qui vocatus
eſt. *ex L. cum ita §. in fideicommiſſo, ibi: Si*
a petitione ejus admitti poſſunt, qui nomina-
ti ſunt ff. de legat. 2. ubi gloſſ. verbo nominati,
Bart. Bald. & Paul. ibi num. 4. Cov. practi-
car. cap. 38. num. 6. Gam. deciſ. 160. numer. 3.

Molin. de primog. lib. 1. cap. 4. num. 33. Ex qui-
bus reſpectu Fratrum Divi Auguſtini ma-
ioratum hunc Annæ Aſtrici competere ju-
dico, ſic Judice reformato.

Accedamus ad oppoſitionem fol. 43. in
qua Abbatilla vult, quod Monasterium in
ſucceſſione hujus maioratus præferatur A-
ſtoribus, & Reis, hoc ducto fundamento,
quia ibi ſunt Moniales profeſſæ duæ filiæ
Hieronymi ultimi poſſeſſoris, in quarum vi-
ta fructus maioratus ad Monasterium ſpe-
ctare dicit.

Verum eſt, quod Moniales ſunt filiæ ul-
timi poſſeſſoris, ſed tota lis pendet, an Mona-
ſterium hoc ſit capax ſuccedendi in bonis
profanis.

Et ante omnia certiffime ſciendum eſt,
quod in hoc Monasterio Calvarii ſervatur
prima Divi Franciſci regula, & primævus
ejuſdem regulæ rigor, & poſt ſanctum Con-
cilium Tridentinum hucusque ſemper vi-
ctum, & veſtitum acquiſierunt ex eleemoſy-
nis, quin unquam acquiſiſſent bona, neque
in communi, & nunquam paternas, aut ex-
traneas acquiſiverunt hæreditates, & quod
magis eſt, neque dotes pro Religionis in-
greſſu, ſed tantummodo paupertate patris
Sancti Franciſci contentæ pro Dei amore da-
tas eleemoſinas accipiunt, totum palam ſit ex
actis, præcipue ex Abbatillæ poſitione.

Hoc ſuppoſito, Abbatilla, & ejus Guar-
dianus maior ſuam oppoſitionem fol. 43.
fundant in his, quæ Frater *Emmanuel Rodri-*
gues 3. tom queſt. regular. q. 29. art. 14. quem
ſecuti fuere *Auguſt. Barb. in noviffim. colle-*
ctan. ad Concil. cap. 2. ſeſſ. 25. de regular. n. 6.
& 7. Sanch. in Decalog. lib. 7. cap. 12. num. 2.
Bonacin. de contract. diſput. 3. q. 17. punct. 3.
propoſition unic. num. 5. ubi aſſirmand, quod
exceptio ibi facta in dict. cap. 7. non porrigi-
tur ad ſorores præfati Ordinis, quantumvis
primam regulam profitentur, & ipſius rigo-
rem. Ut veritas appareat ſancti Concilii,
diſpoſitionem hic fideliter tranſcribam in
dict. ſeſſ. 25. de regular. cap. 3. quæ ita ſe ha-
bet.

Concedit ſancta Synodus omnibus Monaf-
terii, & domibus tam virorum, quam mu-
lierum, & mendicantium, exceptis domibus
Fratrum Sancti Franciſci Capucinorum, & eo-
rum, qui Minorum de obſervantia vocantur,
etiam quibus, aut ex conſtitutionibus ſuis erat
prohibitum, aut ex privilegio Apoſtolico non
erat conſeſſum, ut deinceps bona immobilia eis
poſſidere liceat.

Ultra alia hic contenta, de quibus doctus
Patronus in oratione à fol. 206. maximè no-
tanda ſunt ſancti Concilii verba, ibi: *Eis poſ-*
ſidere

fidere liceat, quæ quidem important quamdam dispensationem, gratiam, beneficium, & privilegium, quis ergo in re dubitare potest, quod privilegium illud per non usum amittitur, si enim usus sit longi temporis, ut decidit *L. 1. ff. de nundinis, ubi notant omnes, & in L. 2. Cod. de diversis rescript. Bart. in L. licitatio § earum ff. de publicanis, Abbas in cap. ut privilegia de privileg. & in cap. accessissent num. 6 de constitutionib. & ibi Felin. num. 25. & Decius num. 17. idem Decius cons. 638. n. 13. Gam. decis. 282. num. 3. Molin. de primog. lib. 2. cap. 7. ad fin. Alex. cons. 33. num. 5. lib. 5. ubi materiam ex professo explanat, qui quidem non usus ex actis apparet ex tempore sancti Concilii.*

264 Ad istum non usum à tempore sancti Concilii usque hic non habet Monasterium restitutionem, tam ex diuturnitate temporis, quæ ad summum competit Monasteriis usque ad triginta annos, ex cap. de terra de privileg. & ex cap. accidentibus eod. tit. Cancer. 3. var. cap. 3. tum etiam quia tempus octoginta annorum elapsum est sine eo, quod Monasterium hoc privilegio usum fuisset.

265 Nunc enim ad Religiosam Abbatissam loquor, neque ad ejus Guardianum maiorem, qui hanc proposuerunt oppositionem, sed ad eorum improbos homines indevotos consiliarios, qui cupiditatem consiliatis? Quis namque cupidus fuit primo voto contentus, cum adipiscetur quod optaverat, desideratum ampliare, semperque in habendis, non in habitis finem ponit, attendite pessimi consilarii ad regulam Seraphici Patriarchæ Francisci, quæ admodum laudabilis est, ut probat *Clement. exivi de verbor. signif. Frater Emmanuel Rodrig. 3. tom. quest. regular. q. 29. art. 14. in fin. ibi: Quæ si nolint tali confirmationi conformare, laudanda sunt, quid ergo vultis quod acceptant bona profana, ex vi privilegii eo uti nequeant, sed illo renuntiato sua sancta paupertate vivere* Revocetur igitur sententia, prout supra dixi, revocato Judicæ, maioratu Annæ Actrici judicato, & Monasterio oppositore excluso, Lisboa 7. de Dezembro de 1656. Privado. Convenio Barros.

266 Quid autem dicendum sit in donatione facta filio existenti in patria potestate de certis bonis ad nuptias contrahendas, an talis donatio, aut dos sit irrevocabilis, vel non, ita ut non possit postea pater erectionem maioratus, aut vinculum facere de ipsismet bonis, & titulo maioratus relinquere, in præjudicium hæredum filii nepotis, aut uxoris, aut aliorum?

267 In qua quæstione, & casu figuratione di-

cendum est, & prænotandum, quod quando pater filio existenti in patria potestate donationem faciebat, erat nulla, & nullo jure subsistebat, *L. 1. § si pater ff. pro donat. L. donationes 31. § pater ff. donat. L. cum bonis 11. Cod. eod. tit. L. Imperator 50. ff. ad Trebel. L. donationes 25. Cod. donat. inter, L. 2. Cod. inoffic. don.*

Ratio est, quia filius, qui sub patria potestate existebat, nihil acquirere potest sibi, sed ipso jure acquiritur patri, *L. placet ff. ibi: Per refluxum revertebatur ad patrem quod ab eo donabatur filio in sacris patris potestati, constituto: ut aliis relatis magistraliter explicat Barb. in L. 2. § quod si in patris ff. solut. matr. n. 1. Gom. L. 17. Taur. n. 4.*

Hæc regula communis secundum aliorum DD. sententiam limitabatur in donatione, filia à patre facta causa dotis, cum sint nixi in *L. Pomponius Philadelphus ff. famil. eriscund.* affirmantes, hoc esse dotis privilegium singulare; hancmet opinionem fuere testati *Cujac lib. 12. respons. Pap. in d. L. Pomponius. Ot. hom. lib. 9. obser. cap. 2. Donellus lib. 9. comment. cap. 5. Fachin. lib. 13. contr. cap. 60. & Barb. in L. 2. §. quod si in patris num. 2. ff. solut. matrim. & alii moderni, quin juris principia examinarent, horum DD. sola nixi autoritate.*

Contrariam opinionem, scilicet, hanc donationem causa dotis nullum habere privilegium, nec specialitatem, quàm quoddam esse comprehensam in generali regula, donationes factas inter patrem, & filium in patria potestate constitutum annullatas fuere sequuti *Raphael Cuman. in d. L. Pomponius num. 3. Ripa in L. 3. num. 141. Alciat. num. 8. ff. solut. matrim. Paul. Castrens. cons. 345. lib. 1. qui tenent donatum ex causa mortis filia valere, quando traditio sit marito, si tamen traderetur ipsi filia non valere: & hoc fuere sectantes hancmet opinionem comprobantes quamplurimi, quos refert, & sequitur *Tello in L. 17. Tauri num. 79. Anton. Fabr. in lib. conjecturar. cap. 12. & lib. 13. cap. 2. ad fin. & de errorib. pragmat. decad. 40. error. 9. Esquivor de guerra lib. 2. forens. tractat. 15. q. 1. cum seqq. Merend. lib. 1. contrav. cap. 23. à n. 7. & quamplurimi DD. quos sequitur, atque refert *Rovito tom. 2. cons. 15. n. 6.***

Doctores, qui hanc sequuntur opinionem, nituntur in *d. L. Pomponius 35. vers. quoniam*, ubi Papinianus ait: *Non aliter justam retentionis causam filiam habere, quam si post mortem patris matrimonium durat et.* Affirmant etenim, ex his verbis manifeste probari donationem, de qua hæc lex loquitur, à principio suo neutiquam fuisse validam,

dam, quia si fuisset, nihil intererat, matrimonium permanisse, aut totaliter fuisse dissolutum tempore, quo pater è vivis decessit.

272 Conjecturam faciunt in d. L. Pomponius 35. vers. filiam, in quo Papinianus ait, filiam naturaliter agros tenuisse, ex quo inferunt, quod non habente filia nisi solam naturalem detentationem prædiorum in dote præstitorum, clare censuerit Papinianus, nullam esse donationem; nam naturaliter agros tenere, apud Papinianum, nihil aliud est, quam corporalis insistentia, L. 1. §. quod ait, vers. unde ff. quor. legat. L. quod servus 34 ff. de acquir. possess. Nam quod defacto fieri dicitur, per verbum naturaliter significatur, L. 3. §. si quis tabulas ff. ad Silan. L. 1. §. 1. ff. de novat. L. in causæ 16. §. idem Pomponius ff. de minorib.

273 Affirmant etiam rationem, quod filia haberet illam naturalem insistentiam in dotatis prædiis esse, quia quamvis illud, quod filius acquirit, illico patri acquiratur per Legem placet, & L. 1. §. 1. ff. de acquirend. possess. sed naturalis insistentia, cum tota referatur ad factum, L. stipulatio 38. §. quoque ff. de verbor. obligat. ideo non tranfivit ad patrem. Nam ea, quæ in facto consistunt, ad patrem non transeunt, L. qui hæredi 34 ff. de condit. & demonstr.

274 Et quamvis Cujac. in lib. 12. respons. Papin. in d. L. Pomponius, gravissimam huius textus difficultatem recognoscens, censuerit, Papinianum dixisse, naturaliter filiam prædia habere, à patre donata causa dotis; uxor namque, constante matrimonio, solummodo dotalem bonorum naturale conservat dominium, civile vero acquirit maritus ex L. in rebus 30. Cod. de jur. dot. responsum facillimè præstant, hanc solutionem violentiam in se continere, & contra literale textus esse; Papinianus etenim non affirmat, filiam naturale prædiorum habere dominium, sed naturaliter ea tenere; quod nil aliud est, quam nudam quamdam habere detentationem.

275 Et in huius opinionis comprobationem allegant etiam L. cum pater 77 §. pater filia ff. de legat. 2. in quo casu pater in testamento suo reliquit gravata fideicommissio filia bona, de quibus ipsi donationem fecerat tempore matrimonii, ex quo inferunt, donationem à principio suo nullam esse, quæ si non fuisset, necesse non erat, patrem, ipsam in fideicommissum relinquentem, eandem confirmasse.

276 In qua controversia DD. etiam defendentes donationis valorem factæ causa matrimonii in terminis d. L. Pomponius, conveniunt, necessariam esse dotatorum bonorum traditionem, & si non adfuerit, non esse validam

donationem, ut plures referens docet Rovito conf. 15. vol. 2. n. 13. ibi: Eoque fortius quod in hac donatione nulla intervenit rei traditio, aut constitutum, & precarium, seu aliud quod loco traditionis inter patrem, & filium etiam in terminis L. Pomponius Philadelphus ff. fam. eriscund. cui imituntur DD. pro validitate huiusmodi donationis contemplatione matrimonii, ut in specie adnotavit ibi Florian. n. 4. & est expressum in ipso text. in princip. ibi: Tradidit quod in propriis terminis ponderavit Burgos de Paz conf. 14. n. 13. & post eum Cancer. variar. resol. lib. 1. cap. de donat. n. 53. Fontanel. de pact. nupt. claus. 4. gloss. 8. p. 2. n. 30. & præcipue n. 35. vers. primam igitur opinionem adde in gloss. ad decis. Justinian. 50. q. 3. n. 3. de qua re vide Marium Cutel. de donat. tract. 1. discurs. 2. p. 15.

Atque ita si non interveniat traditio, non manet irrevocabilis donatio, & potest à patre in testamento, aut alia dispositione revocari, & de eisdem bonis erigere potest maioratum, de qua re, & quando dicatur facta, vide L. si donat. 36. §. si sponsus ff. don. inter. Fontanel. de pact. nupt. claus. 4. gloss. 5. n. 28. & seqq. & dec. 46. & 47. Surd. dec. 93. Censal. ad Pereg. art. 6. vers. add. n. 9. Castill. lib. 3. cap. 10. n. 46. Gratian. forens. cap. 34.

Si autem pater promittat certam rem donare filio ex causa futuri matrimonii, licet promittat inter vivos per viam dotis ad futurum matrimonium contrahendum, talis promissio facta filio existenti in potestate non dicitur facta irrevocabiliter, & si voluerit, poterit revocare dictam donationem, & si potest talem revocationem facere, multo melius in persona filii, cui promisit, aut in alterius personam potest bona vinculare, & primogenituram erigere, licet filio promitterentur talia bona ad futurum matrimonium contrahendum, non obstante d. L. Pomponius dispositione, ut inquit Xuar. conf. 9. ubi ait: Videtur, quod ei potuit ex intervallo apponere vincula super quibus est lis: primo, quia tunc temporis, quo donatio facta fuit, non erat condita Lex Tauri, quæ disponit de melioratione tertii non revocanda, si fieret cum tertio ex causa onerosa: secundo, quia tempore, quo facta fuit dicta donatio meliorationis dicto Alphonso de Texeda, ipse erat in patria potestate, & per consequens non valuit donatio irrevocabiliter, ut in L. donationes cum vulgaribus Cod. de donat. inter vir. & uxor. & in L. 2. Cod. de inofficios. donat. ergo cum potuit pater, si voluisset revocare dictam donationem à fortiori potuit eam vinculare, quod erat minus, aut h. multo magis Cod. de sacros. Eccles.

Et instantiam adversus vinculum factam,

Et in L. Pomponius Philadelphus fundatam, continuat in num. 6. ibi: Non obstat, si dicatur, quod in donatione propter nuptias valet donatio inter patrem, & filium in potestate, ut dicit gloss. in L. 2. Cod. de inoffic. donat. per L. Pomponius Philadelphus ff. famil. erciscund. quæ permittit valere donationem pro dote, quando pater dotat filiam; quia illa gloss. non facit ad propositum, etiam si esset vera, quia isto casu etiam si Didacus de Texeda fecisset huic filio dictam donationem ex causa matrimonii, absit dicere, quod propterea dicatur donatio propter nuptias: nam donatio propter nuptias dicitur, quæ fit uxori per virum ut per dotum Cod. de don. aut nupt. aut si fit ab alio, debet intelligi, quod fit uxori pro ipsa viro, qui tenebatur facere, ut in L. Cod. de iure dot. & hodie in hoc declaratur per Leg. part. 4. tit. de las dotes, L. 1. quæ dicit, quod hodie nominatur Arrbas illud, quod de iure erat donatio propter nuptias, & sic loquitur dicta gloss. quando pater daret arrbas uxori pro filio, sed quod donatio dicatur propter nuptias, quæ datur filio ex eo, quod datur ei ob causam matrimonii, illud est apertissime contra omnia juris principia, & hoc declaratur per Leg. ut liberis Cod. de collat. & per fundamenta, quæ gloss. allegat.

278 Et in eisdem met terminis sic se habet consil. 14 Burgos de Paz videndum ad hunc punctum à num. 10 usque ad 14. quod omnia comprehendit, ut patet ex verbis ibi: Primo, quia dictus contractus onerosus matrimonii & donationis confectus patrio dicti Francisci Osorio fuit factus ante Leg. 17. Taur. (quæ habetur lib. 5. novæ recopilat. tit. 6. lib. 1.) ante quam legem patri licebat venire contra meliorationem, si ve prælegatum filie factum etiam ex causa matrimonii siquidem iure donatio inter patrem, & filium fieri non poterat, L. donationes quas parentes Cod. de donat. inter virum, & uxor. L. si pater Cod. de inoffic. donat. L. 1. §. si pater ff. pro donat. L. cum de bonis Cod. de donat. tit. generali quibus concordat text. in L. 3. vers. esso mismo de zimos tit. 4. partit. 5. licet ex causa dotis fieri poterat, vel donationis propter nuptias, L. Pomponius Philadelphus ff. famil. erciscund. ad quod est optima gloss. in d. L. si pater in gloss. 1. in princip. Cod. de inoffic. donat. & alibi sæpe, & in præsentem non tantum prædicta melioratio non fuit, nec dici potest dos, quin nec donatio propter nuptias, siquidem in his Regnis Hispaniæ, proprie sit arrba, quæ sponsæ constituitur, ut expresse disponit text. in L. 1. in princip. tit. 11. p. 4. & idem probatur in L. 87. tit. 18 p. 3. & id expresse notat Joann. Lup. de Palac. rubric. in repetit. rubric. de donat.

inter virum, & uxor. §. 12. n. 1. & Roderic. Suar. in repetit. L. 1. tit. 12. de las Arrbas lib. 3. for. L. col. 2. vers. & ista de quibus hæc Lex, & Didacus Castell. in L. 50. Taur. in verbo Arrbas col. 1. vers. & nota, & Didacus à Covara super lib. 4. decretal. cap. 3. §. 7. secundæ part. n. 12. & de iure communi donatio propter nuptias erat, quæ ab sponso sponsæ constituebatur, ut in L. cum te Cod. de donat. ante nupt. cum aliis. Verum, & in propriis terminis, quod donationem ob causam matrimonii pater non poterat facere filio quem habet in sua potestate, consuluit Paul. Castrens. in consil. 345. circa bona n. 1. vers. primo quia filius famil. per tot. versiculum lib. 1. (& si in hoc aliqui contrarium teneant) immo ut d. L. Pomponius Philadelphus procederet, necessaria erat traditio bonorum donatorum, ut constat ex eadem L. in verbis in potestate tradidit, quæ traditio in hoc casu non intervenit: & ob id dicta donatio confirmari non potuit, etiã si filio emancipato fieret, si ve vera, seu illa quæ oritur ex legibus Regiis, quibus stabilitum est, ex contractu matrimonii filium emancipari: donatio enim filio facta si traditio rerum non intervenerit, non confirmatur emancipatione superveniente ex text. in L. 2. Cod. si quis alter vel sibi. & ibi. & bona gloss. in verbo emancipatis, & idem probatur in L. Pomponius, & ibi notat gloss. in verbo mariti in fin. ff. de donat. inter vir. & uxor. & notat Cimus in L. 1. col. 1. vers. modo ad declarationem Cod. de donat. ante nupt.

Et non solum ante Leges Tauri, de quibus supra, quas referunt DD. citati disponentes super irrevocabilitate donationum, quas patres filiis faciunt causa onerosa matrimonii, & cum illo dissolvunt vinculum patriæ potestatis, dispositiones iuris communis alterantes; propositio est communiter recepta, & à DD. comprobata, patrem gravamina, aut vincula ponere posse, quæ sibi voluerit, in bonis antea promissis filio causa onerosa matrimonii, ipsi enim affirmant, hæc conditione, & qualitate promissione legaliter factam sic intelligi, ita Mier. de maiorat. 1. p. q. 66 num. 13. & aliis relatis, Castill. lib. 5. controvers. cap. 76. quos sequitur Olea de cess. jur. tit. 1. q. 6. n. 23. ubi quod in praxi non auderet recedere à prædicta Mier. & Castill. sententia.

Et ut nihil intactum relinquamus ad constituendam revocabilitatem, & irrevocabilitatem in similibus donationibus, advertendum est, quod donatio, quam pater filio facit in capitulis matrimonialibus, duobus fieri potest modis: aut filio, & illis, quos ipse ex matrimonio habuerit, de quo agitur, aut

aut solummodo ipsi filio, quin sit facta mentio de eius descendencia.

281 In primo casu disputant DD. si donatoris nepotes sint vocati in capitulationibus per suam propriam personam, aut ut hæredes patris; de qua quæstione late agunt *Bertrand. conf. 276. num. 5. lib. 1. & conf. 73. à num. 6. vers. sed his non obstantibus lib. 2. & conf. 281. n. 2. vers. quinimmo lib. 3. Alciat. conf. 7. lib. 8. Menoch. conf. 286 lib. 3. idem de præsumpt. lib. 3 præsum. 48. Covas lib. 2. var. cap. 21 Xuar. conf. 9. num. 9. Surd. dec. 322. Thefsaur. lib. 4. quæstion. forens. q. 2. Noguier. alleg. 37. n. 20. Castill. tom. 4. controu. cap. 5. Galeota lib. 1. controu. 57. Tondut. tom. 1. resol. civ. resol. 55. & tom. 2. resol. 102. & 144. & 168. Marin. lib. 1. var. resol. cap. 89. Capyc. Latr. consul. 79. n. 48. lib. 2. & conf. 80. & 81. Pont. conf. 80. lib. 1. Novar. quæst. forens. lib. 1. q. 83. Molfesio conf. 2. per tot. qui nihil intactum reliquit, Mart. conf. 38. n. 20. latissime Fabio de Anna conf. 52. num. 22. Camilo de la Rata conf. 9 per tot. Molin. de ritu nupt. lib. 3. q. 15. à num. 28. Camarata respons. decisivo 25. art. 5. n. 9 Botiller. de successione ab intestato cap. 2. theoremat. 115. Thoro vot. 29. num. 10. Rota Roman. coram Cardinali Otobono dec. 99. & 133. Est autem communis opinio, ut patris sui hæredes esse vocatos, in simulque patrem libere disponere posse de bonis obligatis, aut vinculis, quin obstare possint filii, nec etiam uxor, cujus matrimonii contemplatione facta fuit donatio, ut affirmant DD. citati, & quam plurimi ab eis relati.*

282 Et inter illos locus adest doctissimus, & quidem dignus, in quo aspiciatur citata resolutio 80. *Marinis*, ubi omnibus responsum præbet Auctoribus, contrariam amplectentibus opinionem, quorum unus est *Marius Cutell.*

283 Et n. 36. iudicium faciens intellectuum horum Authorum, ita ait: *Hi enim omnes incidenter articulo, non degustato aliqua, quæ ad materiam verbis sesquipedalibus scripserunt sic à juris tramitibus aberrantes, sic contra expressa jura, & communem omnium sententiam alloquentes, quod proinde in quæstione proposita allegari non merentur: & in n. 47. præbens responsum principali oppositioni, qua inintuntur isti DD. scilicet, quod in similibus casibus donatio habetur pro causa finali matrimonii, aut ut pars illius, tali modo, ut sine illa nullum sortieretur effectum; his verbis comprobatur ibi: *Illud pariter Zenonis constitutione diffinitum agnoscimus, ut dos, quæ certe, non ob aliam causam sponso traditur nisi contemplatione matrimonii, sicque uni**

cam, & finalem, & tamen matrimonio per viri mortem soluto, adhuc filiis superstitis remanet in libera mulieris dispositione, ita ut ad dotem illam liberis servandam mater ipsa non teneatur, hic est text. in L. si liberis Cod. de donat. ant. nupt. & consequenter ea defuncta dote in vita non consumpta filii ad maternam dotem consequendam, non nisi ut matris hæredes venire possunt Unde merito sigillatim his omnibus respondit Pont. conf. 80. à num. 15. nimirum aliud esse, si tractaretur de revocanda, sive retrovendenda huiusmodi donatione, sine qua non esset matrimonium contractum, & eo casu bene mulieri actionem competere, ut revocatio, sive retrocessio si quæ sequuta sit, donationis retractetur, sicque ut illa firma remaneat; aliud vero quando donatio suum sortita est effectum; sed quod maritus non possit rem sic donatam obligare, & in hoc ait Dom. Reg. quod nullo jure cautum reperire potuit, subdens quod immo quanto magis donatio firma remansit, tanto magis maritus, uti dominus, rem donatam obligare valebit; idemque satis bene Noguierol. citat. alleg. 37. n. 26. ubi sic loquitur, & ratio huius est, quia donatio facta ob matrimonium, quamvis sit irrevocabilis, & quodammodo sit idem cum ipso matrimonio & confundatur cum eo, hoc est ad irrevocabilitatem donationis, sed non ut filius post matrimonium remaneat obligatus ad conservationem honorum, ut in eis illius matrimonii filii succedant, & ita poterit prædicta bona alienare, & filii illius matrimonii tenebuntur credita à patre contracta solvere. Nec dissentiunt, immo omnino huic sententiæ adherent Dom. Consiliarius, Theodor alleg. 42. n. 6. 8. 9. & 10. Andres Molfes. cit. conf. 2. n. 50. & Dom. Consiliar. Stayban. resol. 45. n. 13. & 14. centur. 1. sic in his locis approbantes cautelam à Dom. Reg. de Pont. traditam loco modo citatam, ut filius bona sibi, & filiis nascituris donata contemplatione certi matrimonii alienare vel obligare valeat, nimirum, ut expresse dicatur fieri donationem sponso filio, & filiis ex illo matrimonio nascituris, ea quidem lege, ut in bonis donatis filii nascituri succedere habeant, tamquam filii, non autem tamquam patris hæredes; est etiam digna videndi decis. 7. Joann. Xarte. in illa enim doctissime fundat, nec uxorem, nec filios impedire posse marito liberam bonorum dispositionem à patre donatorum matrimonii contemplatione, & omnibus oppositionibus in contrarium adductis responsum præbere haud dubitatur.

Secundus casus, in quo cessant omnes hæc 284 opinioniones, sine controversia est, patrem, cui facta fuit donatio, libere eam posse revocare, ex bonis dotatis disponendo in forma, qua

sibi videbitur, secundum juris dispositiones, quando donatio in Capitulis matrimonialibus facta fuit tantummodo filio, quin facta esset mentio alterius personæ, nec filiorum, qui procreati essent ex matrimonio, quod contrahere adlubebat; unumquodque notavit Scipion Rovito in cons. 15. vol. 2. num. 1. ibi: *Et omissis ambagibus rem ipsam ad punctum (ni fallor) præstringendo, quatenus attinet ad propriam personam ipsius Herenæ indubium mihi est, illam ex sua persona nulum penitus jus metiri posse cum in donatione nulla facta sit mentio de filiis, ita ut opus non sit disputare, an filii censeantur vocati, ubi filii ex propria persona, veluti heredes patris, prout disputant Bertrand. cons. 176. lib. 3. part. 1. Reg. de Ponte cons. 25. & latius Surd. dec. 322. qui omnes loquuntur, quando in stipulatione donationis est facta expressa mentio filiorum, aut heredum, ut in casu Bertrand. ipse notat d. cons. 176. n. 4. vers. sed superest, & in casu Reg. de Ponte ipse advertit d. cons. 25. n. 3. & in casu Sardi ipse satis explicat in principio decisionis Unde cum in casu nostro partes nihil loquuntur de filiis, utique cessat omnis prætensio hac filia ex sua propria persona: ita concludit Decius cons. 216. quod secundum novissimam impressionem est cons. 215. incipit visa transactione n. 4. prope fin. vers. ad ostendendum.*

285 Id ipsum, quod Rovito doctissime fundat Rota apud Cardinalem Otobonum in decis. 99. n. 23. 24. & n. fin. ibi: *Ad hoc vero quod aliquod jus filii nascituris quaesitum dici posset, necessaria fuisset expressa stipulatio pro filio, Decio d. cons. 216. n. 6. vers. non obstat ad fin. junctis dictis in princip. n. 1. & firmat sepe citata decisio Burati 851. sub n. 1. cum aliis supra allegatis, idem fuit decisum in Senatu Pedemont. ut testatur lib. 4. quæst. forens. q. 2.*

286 Et maxime procedit, si filius dotatus consentum præstitit, licet mulier non consentiat, quia tunc licet sit facta irrevocabiliter filio donatio ad matrimonium contrahendum, potest revocari, & bona vinculari, & in maioratum erigi, & ad filium cum d. vinculo relinqui; ut diximus supra, & tenet Xuar. d. cons. 9. n. 7. ibi: *Potuit apponi dictum vinculum, & fuit validum, quia tempore, quo fuit appositum, dictus filius donatarius consentit, quod apponeret dictum vinculum, sed cum consensu donatarii potest apponi conditio ex intervallo, nam lex perfecta donatio Cod. de donat. quæ sub modo, quæ vetat conditionem apponi donatione perfecta, debet intelligi invito donatario. Casus est ibi junctæ gloss. Bart. & Salicetus, & probat L. penultima*

Cod. de pact. inter empt. & vendit. ibi: si ab ea non recedatur posteriori pacto, L. juris gentium §. adeo ibi: Cur non, & pars ejus pactione mutari potest, nec si potest tota res tolli, cur non & reformari. ff. de pact.

Et replicationi, quæ fieri potuerat, quod etiam in ista donatione uxor habebat interesse, cujus matrimonii contemplatione facta fuit, & in sui præjudicium non poterat revocari, responsum præstat Xuar. consideratione nixus, digna equidem ingenii tui, quo hæc innititur propositio, etiam quando promissio, aut donatio posterior regulatur legibus Tauri; asleverans revocationem, ab istis legibus prohibitam in favorem onerosæ causæ matrimonii, illam esse, in qua uxor, quam duxit uxorem filius, cui facta fuit donatio, potest habere interesse, scilicet, quod filio dotata bona, durante matrimonio, non auferantur, nec sine bonis maneat, quibus matrimonii onera possit sustinere; at vero permanentibus in filio his bonis, non invenitur prohibitus pater per Leges Tauri ad ea vincula inter descendentes suos, illis vinculis, & gravaminibus, quæ sibi placuerit; illius verba sunt: *Secundo quia in casu nostro non fuit revocata donatio dictæ meliorationis, qui casus revocationis solummodo prohibetur à d. Lege Tauri; nam dicta donatio remansit valida, & firma dicto filio masculo, & suis filiis masculis, & sic cessat ratio, & dispositio dictæ Legis Tauri, quæ fuit hæc, quod pater tradidit filiam suam nuptui filio alicujus, hac contemplatione, forte, & causa, quod pater meliorat dictum filium, cum qua melioratione, & dote sustentabitur congrue matrimonium: si enim post hanc meliorationem factam pater posset illam revocare, nurus sua fraudata maneret, quæ hac causa forte matrimonium contraxit: hæc igitur ratio cessat in proposito cum dicta melioratio non fuit revocata, immo remansit valida, & firma, licet dictum vinculum fuit appositum.*

Præterea tota dispositio dictæ Legis Tauri solum prohibet patrem, ne revocare possit dictam meliorationem, non tamen se extendit in tantum illa prohibitio, quod filius ille melioratus etiam post matrimonium contractum non habeat liberam dispositionem de illis bonis melioratis, prout de bonis suis propriis: absit enim quid tale dicere, de eo non somniavit Lex: si enim illud diceremus, talia bona essent restitutioni subjecta, nec ea aliquo modo alienare posset ille filius melioratus, nec donare, aut vendere, quod absurdissimum esset. Patet hoc in casu fortiori, scilicet in dote, nam etiam si dos datur, & constituitur filie ad favorem matrimonii liberorum, nihilominus post dotem datam,

datam etiam ex intervallo de consensu filie pater potest apponere pactum Leg. quoties L. post dotem ff. solut. matrim. L. cum à socio Cod. de iure dot. L. ex morte Cod. de pact. convent. & L. cum dos, cum concordantibus ff. de pact. dotalib. unde ex hoc capite Lex Tauri, quæ solummodo prohibitionem dirigit contra patrem meliorantem, prohibitio solummodo est ad revocationem impediendam, non potest dici, aut affirmari, quod ex hoc tollatur filio meliorato potestas di. ponendi de illis bonis, ut posset facere de suis liberis non subiectis restitutioni, quanto magis consentire in appositione illius vinculi, per quod dicta bona manebant in matrimonio ad illud sustentandum, & pro liberis masculis.

289 Hoc et ipsum consideravit Tello in L. 22.

• Tauri n. 27. affirmans, donationem, filio factam, matrimonii contemplatione, in eius persona residere, neutiquam vero in persona uxoris, ibi: *Quæ non contingit in dotatione facta filio, ut in matrimonium eat; quia marito acquiritur, & solum fit ad utilitatem mariti, ut facilius onera matrimonii sustineat.*

290 Et si etiam post Leges Tauri, quibus innititur, irrevocabilitas donationum filiis factarum causa matrimonii permissum est patribus post illas dotata bona vinculare, quia in similibus donationibus tantummodo filius principale habet interesse, uxor vero secundarium, quod solum permanet constante matrimonio, ut maritus habeat, quo possit ipsius matrimonii onera sustinere, & ad securitatem sui dotis, sed non ad alios juris effectus, Oldrad. cons. 151. ibi: *Quod hoc interesse uxoris non est perpetuum, nisi donec, & quo utique durat matrimonium, eoque constante, at matrimonio ipso soluto per mortem alterius cessat penitus hoc interesse uxoris, & quod talis donatio contemplatione matrimonii facta constante matrimonio est donatio ob causam, sed matrimonio dissoluto remanet simplex, & non est valida nisi morte donantis confirmetur ad instar cujuslibet simplicis donationis à patre in filium collatæ, & cum sequitur Apostilator ad Guid. Papam dec. 145. vers. valida, Paneirolo cons. 59. num. 110. Fulgos. in L. Pomponius Philadelphus n. 2. ff. famil. erciscund. Zabarella cons. 152. n. 2. vers. ad Leg. Pomponius.*

291 Sequitur Oldradum doctissime resolvens hanc quæstionem Rovit. lib. 2. cons. 15. à n. 7. per plures, Otobon. decis. Rott. e. 133. n. 3. & seqq. ibi: *Nec donans tali modo aliquid vult mulieri donatum, ut ratiocinatur Alciat. cons. 7. sub n. 22. & seqq. lib. 8. Joann. Francisc. Aponte cons. 80. n. 11. & seqq. sed vult tantum eam allicere ad matrimonium per do-*

nationem sponso factam; quæ causa magis demonstrat affectionem, & amorem erga donatarium, in quem confert, & conventio reddit quidem donationem irrevocabilem respectu interesse uxoris, ut vir scilicet sit dives, & alimenta pinguiora ab ipso præstari valeant. Ita probant plures relati per Add. ad Buratum dec. 861. & firmavit Rota dec. 44 per tot. p. 6. recent. sed non excludit præcipuam Petri Antonii contemplationem, ac interesse, cum fuerit in ipsius solam personam concepta, non autem in uxoris, ac filiorum, ut ibi esse facta donatione al. Signor Pietro Antonio inter vivos irrevocabile, ut in individuo similis donationis fuit resolutum in d. dec. 861. coram Burato.

Et in fortiori casu militant resolutiones 292

DD. supra adductorum; asseverant namque isti, quod quamvis donatio sit facta filio, & filiis ex matrimonio, de quo agitur contrahendo, non obstante hoc, potest vincula consentire, quæ sibi libuerit in illis, & libere disponere; & inter illos celebre est cons. 286. Menochii, ubi cum pater filio suo quamdam fecisset donationem, ut matrimonium contraheret cum D. Elena, & acceptante illa, & ejus patre pro se, & in nomine descendendum suorum; attamen responsum præstat in num. 6. & 7. filium tantummodo reputandum esse, ut interesse habentem, & dominium ad disponendum, ut voluerit, ex dotatis bonis; hæc namque donationes sunt factæ filiis ad onera matrimonii sustinenda, & in similibus alimentis uxores solum suum habent interesse, & ad hoc eorum proficit acceptatio, non vero ad ea acquirenda descendentibus suis, nec ad impediendum, ut ex illis, ut voluerit, disponere possit, ut notat idem Menoch. in fine illius consil. ibi: *Respondetur mentem donantis, ac etiam Vincentii, qui stipulatus est nomine descendendum ex filia sua tunc nubenda Ludovico donatario, eam fuisse, ut bona hæc donarentur ipsi Domino Ludovico, ut facilius posset sustentare onera matrimonii, sicut diximus supra. & licet hoc resultat in utilitatem etiam filiorum, & descendendum ipsius Ludovici, hinc non infertur Ludovico impediri alienare hæc bona.*

Quæ dicta sunt, procedunt sine dubio, 293 quando filius consenserit in dispositione, & revocatione dotis factæ irrevocabiler, quia tunc potest revocari, & bona dotata possunt à patre vinculari, non solum quando expressum consensum præstiterit ex dictis, sed etiam quando tacite colligatur ex approbatione dispositionis patris, ex qua revocat, & mutat primam irrevocabilem dispositionem, velut si referatur ad dispositionem, aut testamentum

mentum factum circa revocationem, ut ex aliis probat *Ruin. conf. 56. numer. 6 & 12. vol. 2. Riminald. conf. 31. num. 59. vol. 1. Jusar. de subst. q. 296. num. 93. Turret. conf. 81. num. 22. lib. 1. Galerat. de renunt. cent. 1. renunt. 47. num. 15. & 21. Thom. de renunt. legit. cap. 16. num. 89. Petr. de fideicommiss. q. 15. num. 119. Merlin. forens. tom. 2. cap. 48. num. 18. Merlin. de legitim. lib. 3. tit. 2. q. 9. num. 25. & num. 35. & 38. & q. 10. & in simili *Castill. tom. 6. contr. cap. 107. Othobon. dec. 100. Carrilb. dec. 141. & 167. Peralta in L. cum Patronus ff. leg. 2. num. 13. Cald. de jur. emph. lib. 3. cap. 16. num. 31. & 32. Peregrin. conf. 92. optime omnino videndus Burgos de Paz conf. 14. & n. 28. & 35. & per tot.**

294 Et maxime locum sibi vindicare debet hæc resolutio, si filius, aut alius successor, cui facta fuit institutio, aut donatio irrevocabilis, acceptet ultimam dispositionem revocatoriam, aut declarativam, & virtute illius capiat possessionem, & de illa constet à tergo dispositionis, aut alio modo, quia hic actus sufficit ad dispositionem revocatoriam sustinendam, & ut censeatur renuntiatum jus competens ex prima dispositione irrevocabili. Nam qui possessionem virtute unius tituli nanciscitur, præscribit adversus se ipsum respectu alterius tituli, ut pulchre voluerunt *Corneus conf. 20 n. 5. & 6. lib. 1. Bald. de præscript. 4. p. princip. q. 3. num. 4. vers. tertia, Cavalean. dec. 19. num. 21. 25. 29. & 38. p. 4. Cravet. conf. 37. num. 34. Casanat. conf. 37. n. 34.*

295 Et in terminis, in quibus donator disponit de bonis irrevocabiler donatis, & de illis fecit maioratum, & vinculum, quod si donatarius capiat possessionem illorum virtute ultimæ dispositionis facientis vinculum, & erectionem, censeatur renuntiare juri acquisito per primam donationem irrevocabilem, notant *Jaz. conf. 148. n. 30. Dec. conf. 253. post n. 2. Paris. conf. 33. n. 78. & seqq. lib. 3. conducunt tradita à Cancer. lib. 3. var. cap. 3. num. 292. usque ad num. 303. ubi late probat, quod cum tituli sibi invicem adversantur per acceptationem posterioris tituli, priori renunciassentur, & fundatur in doctrina *text. in L. si quis ante Cod. de acquir. poss. Burg. de Paz conf. 14. num. 54. optime Curc. Jun. conf. 120. n. 9. lib. 2. Paris. conf. 111. per tot. vol. 3. Ubi quod filii consentientes patri testari de rebus, sibi ipsis prius valide donatis, sibi præjudicant, ut ea bona videntur includi in fideicommissio sequenti, quamvis nominatim in individuo non fuerit expressa, optime *Peregrin. art. 6. n. 6. & in fortiori casu***

Fontanell. de pact. nupt. tom. 1. claus. 4. gloss. 5. n. 31. & seqq. & n. 47. omnino videndus, eleganter Honded. conf. 59. vol. 1. n. 43. ubi optime, & in terminis.

Nisi capiens possessionem virtute dispositionis revocantis, vel consentiens in revocationem, aut alterationem contractus, aut donationis irrevocabilis sit incapax disponendi, & acceptandi, ut sunt personæ, de quibus diximus cap. 3. num. 2. & seqq. & in tract. de act. tom. 3. forens. cap. 3. § 1. & seqq. Quia si fuerit incapax, aut ebrius, durante ebrietate, nihil valet acceptatio, nec dispositio facta in tempore ebriationis, nisi fuerit facta tempore sanitatis, quando solum prohibitio invenitur, & ebrius disponere, acceptare, aut contrahere non valet, dum vino cerebrum obtenebratur, ut sit extra se, *Cap. sane 7. caus. 25. q. 1. gloss. in cap. unusquisque verbo quod ebrius 22 q. 4. Rom. in L. 1. num. 8. ff. verbor. oblig. p. 2. Cov. in 4. decret. p. 2. cap. 2. Tiraq. de pæn. temper. caus. 6. num. 8. Sanch. de matr. lib. 1. disp. 8. n. 19. ex Farinac. Possidon. de empt. & locat. disp. 12. n. 21 & 22. ubi ita probatur: & n. 23. loquitur etiam in illo, qui calore iracundiæ contrahit, acceptat, revocat, aut disponit, & de ratione circa ebrium *Portug. de don. 3. p. cap. 15. n. 30. Et ita consultui in una institutione maioratus facta in Oppido de Villa Viçosa ad instantiam Mariæ Pazes, ad cujus favorem, & filiorum suorum fecit Presbyter Emmanuel Rodericus anno 1675. institutionem, & erectionem maioratus in ejus personam, & filiorum, per donationem irrevocabilem inter vivos per viam remunerationis, & cum usufructus reservatione, & in ejus testamento facto in ultimo vitæ spiritu, disposuit de dictis bonis, & revocavit donationem, & erectionem instituendo alium hæredem, qui ingressus fuit possessionem virtute testamenti, & institutionis, & etiam quia d. Presbyter erat ebrius, & prodigus, & habebat curatorem datum à Juce Ecclesiastico, atque ita videbatur dicendum potuisse facere revocationem illius erectionis, & institutionis maioratus, & observandam esse ultimam testamenti dispositionem. Et consultus resolvi, primam institutionem, & erectionem maioratus esse validam, & irrevocabilem, & testamenti factionem impediri tum ex his quæ diximus in princip. & forens. cap. 4. num. 128. & seqq. tum etiam quia constabat institutionem, & erectionem fuisse factam legitimo tempore, & non ebrietatis, & non constabat de datione curatoris juxta terminos *Ord. lib. 4. tit. 103. & §. 6. & 7. si ad ebrium extendi potest, & fuisset prodigus; esto quod potuisset dari à Juce Ecclesiastico sequen-***

ſequendo iſtam opinionem, contra reſolutionem *Oliv. de for. p. 2. q. 32. n. 18. & 19* ubi de utraque opinione agit. Nec tunc erat nulla inſtitutio, & ereſtio, quia non conſtabat de notitia acceptantis circa dationem curatoris nam de prohibitione per præconia in locis publicis præcedente informatione, ut ex dicta *Ord. d. §. 7. & 8.* iudicatum fuit in cauſa Ludovici de Sà cum Heſtore Mendes Leitão apud Notarium Dominicum Ludovicum de Oliveira.

297 De qua re vide *Cabed. p. 1. dec. 147. Poſſidon de empt. dub. 12. num. 130 & ſeqq. Ferroſin. in cap. cauſam 9. de iudic. q. 14.*

298 Et quid dicendum, ſi maioratus ereſtio fuerit facta per donationem inter vivos, vel cauſa mortis, an habeat locum revocatio, & declaratio, & poſſit alterari talis donatio, & maioratus ereſtio; & habere locum pœnitentia? In qua controverſia dicendum eſſe exiſtimo, faciendam eſſe differentiam inter eum caſum, in quo donatio eſt cauſa mortis, & inter eum caſum, in quo eſt inter vivos. Ita ut cenſus ſit, quod quando ereſtio eſt facta per viam maioratus in donatione cauſa mortis facta, poſſit revocari, alterari, & admitti pœnitentia, revocatio, alteratio, aut declaratio. At vero ſi eſt facta per donationem inter vivos irrevocabilis, & acceptata à primo vocato nullo modo poteſt alterari, aut revocari, ut diximus ſupra, & *Forenſ. cap. 4. n. 125. & ſeqq.*

299 Tota controverſia eſt, quando donatio dicitur facta cauſa mortis, & quando inter vivos, ad hoc ut habeat locum talis alteratio, revocatio, vel non? In qua controverſia dicendum eſt, quod donatio talis reputatur, qualis nominatur, *L. qui fundum 40 §. 3. ff. contrab. empt. Tiraq. de retract. lign. §. 30 gloſſ. 1. num. 7. Beccius conſ. 35. num. 9. & conſ. 41. num. 12. lib. 1. Bellon. conſ. 8. num. 6. Cyriac. contr. 145. n. 34. & contr. 260. n. 19. Retes de don. cauſ. mortis cap. 17.*

300 Et ita eſt donatio cauſa mortis facta, quando ita dicitur in proæmio, aut ſcriptum, & inter vivos, & irrevocabilis, & quando dominus dicit, ſe titulo donationis cauſa mortis, aut inter vivos dare, tunc enim eſſi in alia parte donationis facta fuerit mortis mentio, nihilominus dicitur donatio, & maioratus ereſtio inter vivos, cum *Bart. & aliis Surd. conſ. 450. n. 3. Bellon. conſ. 8. n. 11. Menoch. lib. 3. præſ. 35. num. 2. Cald. Peireir. conſ. 19. n. 1. Rota apud Poſt poſt tract. de minut. num. 13 dec. 58. Retes de donat. cauſ. mort. cap. 17. Suar. alleg. 20.* ubi eleganter exemplificat.

301 Mortis enim donatio cauſa illius facta, aut

inter vivos, ejuſque eſſentia per effectum explicatur, *L. 1. L. Senatus 35. §. 1. de mor. cauſ. don. L. 1. Cod. eod. §. 1. Inſt. de don.* videlicet quia in ea donator magis vult ſibi habere rem, quam donatarius, magis vult, ut donatarius cauſa mortis habeat, quam eius hæredes, & hinc fit, ut ſi donatarius præmoriatur, regrediatur res ad donatorem, ſi donator non ſupervivat, maneat perpetuo irrevocabiliter, vel cum aliquo modo, aut gravamine penes donatarium, ex quo tempore incipit, ut multis explicat *Retes d. cap. 17. n. 1. ubi multos refert. num. 1. & 2.* ubi quod poteſt pœnitentia, & uſque ad mortem revocari.

302 Illa vero donatio inter vivos eſt, non cauſa mortis, ut valeat poſt mortem donatoris, aut ſtatim, licet præcedat donatarius, & non licet amplius donatori revocare, aut alterare illam, *L. ubi ita donatur. ff. mort. cauſ. donat.* neque etiam vinculum maioratus, aut ereſtio in illa facta, maxime quando eſt ſtipulata pro hæredibus, & ſucceſſoribus, tunc enim transmittitur ad illos ereſtio per donationem inter vivos, & non cauſa mortis, *Poſt. d. decif. 58. num. 13. Caſtill. lib. 5. cap. 86. num. 47. & tom. 6. cap. 119. n. 33. verſ. 2 Capyc. Galeot. lib. 2. contr. 21. num. 12. Cyriac. contr. 314. n. 12.*

303 Et quando donatio eſt inter vivos, licet in illa facta mentio mortis fuerit, non alterat ſubſtantiam, nec illius irrevocabilitatem, quia mentio mortis eſt demonstrative facta, aut ad dilationem, executionemque, & non ad ſubſtantiam, ut *ex text. in L. ita donatur, & L. Seia 42. ff. donat. cauſ. mort. §. fin.* tenent, ac edocent præter relatos, & plures alios in leſturis, & aliis locis referendis adductos.

Ex conſulentibus *Surd. conſ. 14. num. 6. & conſ. 264. num. 11. & dec. 348. num. 9.* ubi de pacto de non revocando, & *conſ. 350.* ubi de iuramento, & clauſula ad habendum, *Roland. conſ. 8. & conſ. 61. à num. 5. & num. 26. lib. 2. & à num. 41.* in reſervatione uſufructus, *Brun. conſ. feud. 135. verſ. tertio, Gabriel. conſ. 61. num. 2. lib. 1. latius conſ. 96. lib. 2. Boto. conſ. 13. Hugo. conſ. 115. num. 7. Fab. de Anna. conſ. 78. num. 5. lib. 1. Cald. conſ. 19. n. 2. & ſeqq. Sanch. conſ. mor. lib. 4. cap. 1. dub. 3. n. 8.*

304 In deciſionibus *Cavalcan. dec. 42. num. 1 tom. 1. Urſil. ad Afflic. dec. 72. num. 6. & 7. Gramat. dec. 73. Maſtrill. p. 3. decif. 211. num. 1. Ferrentil. ad Burat. dec. 581. num. 18, & 19. Rota apud Poſt. de man. d. dec. 58. n. 23. & dec. 299. num. 7. Larrea. dec. 57. num. 5.*

In variis poſt multos *Caſtill. lib. 5. contr. 305 cap.*

- cap. 80. num. 6. & in add. & cap. 86. num. 41. & cap. 109. num. 18. vers. ipsamet, & num. 31. vers. sic etiam, Gratian forens. cap. 96. & ibi observ. & cap. 273. num. 4. & cap. 586. num. 1. & cap. 657. num. 4. Menoch. lib. 3. præf. 35. Faber. de error. pragm. decad. 45. error. 2. & 3. & in Codic. lib. 3. tit. 39. defn. 3. Molin. de ritu nupt. lib. 3. quæst. 12. numer. 10. Fontanel. de pact. nupt. tom. 1. claus. 4. gloss. 3. numer. 1. & gloss. 21. p. 2. num. 56. Cyriac. contr. 314. numer. 11. Giurb. de feud. § 2. gloss. 11. numer. 85. Galeot. contr. 21. lib. 1. num. 1. Cutel. de donat. tom. 2. Special. 12.
- 307 Et istis detractis. Cum multis Hermosill. in L. 11. tit. 4. part. 5. gloss. 1. numer. 12. & seqq. Aylon ad Gom. 2. var. cap. 4. num. 16. vers. sicutè contra, & num. 20. vers. quando mentio, & n. 23.
- 308 Et procedunt quæ dicta sunt, licet donatio habeat plures testes, & alia requisita ad cautelam non nocent, nec ex hoc iudicatur causa mortis, Mantie. de conject. ult. volunt. lib. 1. tit. 13. num. 18. Surd. conf. 450. num. 7. Fontanel. d. claus. 21. p. 2. n. 74. Gratian. cap. 586. n. 12. vers. nec obstat.
- 309 Et ita si maioratus erectio fuerit facta inter vivos perfecte, & irrevocabiliter, non potest revocari, nec mutari, nec alterari, aut declarari, neque in minimo, nec per contractum, aut testamentum, ultimamque dispositionem, L. Perfecta donatio Cod. revocand. don. L. si ante 8. Cod. donat. ante nupt. optimus text. in L. Cum maritus 39. § 2. mulier ff. de pact. dot. Surd. conf. 152. num. 55. & conf. 192. numer. 25. & conf. 196. numer. 39. Suel. conf. 49. num. 18. tom. 2. Rot. post tract. Post. de man. dec. 58. numer. 19. Mier. de maiorat. p. 1. q. 26. numer. 25. & 2. p. q. 5. numer. 117. Fontanell. de pact. nupt. claus. 4. gloss. 5. num. 28. 31. & 36. Castill. de usufr. cap. 39. num. 34. & 41. & lib. 3. cap. 10. numer. 39. & 42. & cap. 24. num. 117. Cutel. de donat. tract. 1. disc. 2. part. 10. num. 84.
- 310 Et maxime procedit, si in secreto factum sit instrumentum revocationis, & occultetur, præsumitur enim tunc fraudulenta, & clandestina, & nullum effectum producit, Ruin. conf. 128. numer. 5. lib. 5. & conf. 51. numer. 15. & conf. 149. num. 7. Menoch. de arbitr. cas. 194. numer. 20. & de præf. lib. 3. præf. 124. num. 44. & 45. per text. in L. 3. §. ult. ff. quod vi, aut clam. Mantie. de tacit. lib. 8. tit. 21. n. 44.
- 311 Atque ita cum perfecta fuerit donatio, aut maioratus erectio, perpetua sit, & irrevocabilis, & non amplius donantem pœnitere potest, nec potest apponere ex intervallo conditiones, aut modos, aut aliquid facere, licet in continenti possit, & quando, & quomodo procedat, sunt jura in L. quamvis 39. Cod. transact. L. non id circo 12. Cod. contrab. empt. L. eo quod 10. Cod. si cert. pet. L. sicut Cod. act. & oblig. gloss. in L. perfecta donatio verbo non capiat, eleganter Sarmient. de reddit. Eccles. p. 1. cap. 4. numer. 10. Cavalcan. dec. 45. num. 6. & decis. 42. numer. 34. Surd. conf. 113. num. 2. Castill. lib. 3. contr. cap. 10. numer. 49. usque ad num. 57.
- Donatio enim perfecta manet eo ipso³¹² quod donator manifestat suam voluntatem in scriptis, aut verbis, § alie Inst. de donat. absque eo quod præcedat traditio, d. §. alie. Mantie. de contr. lib. 12. tit. 10. numer. 15. & lib. 13. tit. 6. numer. 2. Gratian. forens. cap. 531. num. 65. Castill. tom. 5. cap. 109. numer. 10. Et hæc perfectio, quando est facta donatio per instrumentum, consistit in ultimo verbo conclusionis illius, Bald. in L. si is qui 25. num. 1. ff. de testam. Surd. conf. 218. numer. 19. Menoch. de præf. lib. 4. præf. 5. numer. 5. Castill. lib. 4. cap. 21. num. 16. & seqq. Aut subscribitur, ut idem Castill. testatur numer. 63. de qua re Fontanell. de pact. nupt. claus. 4. gloss. 5. & claus. 5. gloss. 10. p. 1. numer. 5. & seqq. & dec. 46.
- Dummodo donans, & donatarius ac³¹³ ceptet, & præsens sit, & intelligat formam erectionis, & donationis, quia si contrarium probetur, non impedit declarationem, aut revocationem, quia licet sit præsens, tamen per hoc inferri non potest, quod interest in ea, possunt enim simul stare, quod fuerit præsens, & non advertere ad ea, quæ dicebantur, & potuit casu, & aliud agens adfuisse, unde præsentia non infert intelligentiam, Surd. conf. 425. num. 45. & dec. 216. num. 42.
- Et in re præjudiciali non sufficit accepta³¹⁴ tio tacita, sed expressa est necessaria ad impediendam revocationem, Tiraq. in L. si unquam verb. libertis num. 54. & 58. Cod. revoc. donat. Surd. dec. 111. num. 7. Gom. 2. var. cap. 9. num. 2. Valenz. conf. 119. num. 44. 45. & 46. optime Surd. dec. 302. num. 3. 4. & 7. Gratian. forens. cap. 270. n. 65. Bellon. conf. 9. n. 4.
- Nisi erectio maioratus, donatio, aut dis³¹⁵ positio sit dubia, quia tunc potest à donante, aut institutore declarari, & asserere de quo intellexit, & talis declaratio observanda est, quia non mutatur substantia vinculi, sed declaratur, de quibus loquutus fuit, ut probat

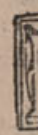
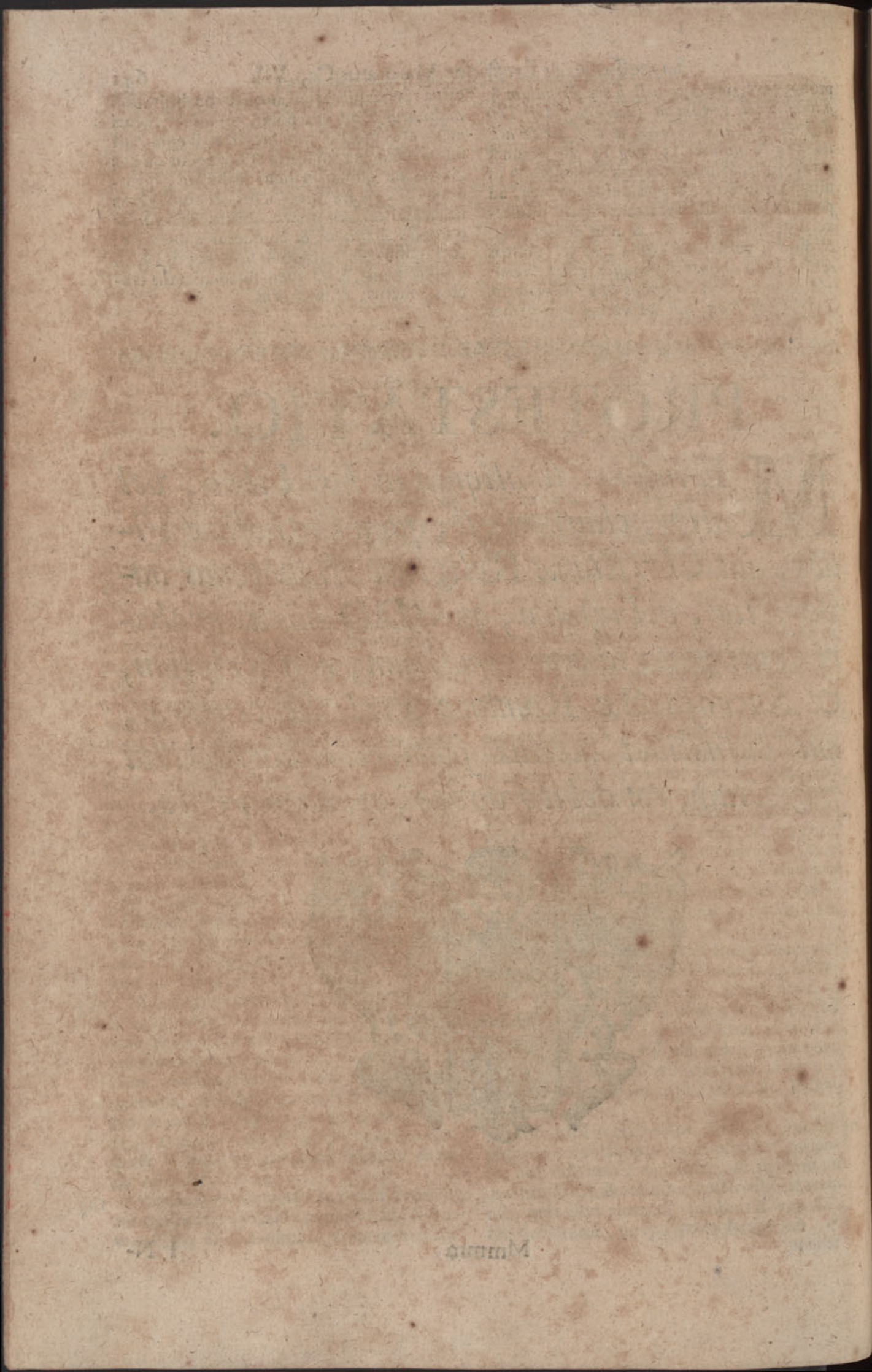
probat text. optimus in L. hæredes palam §. si quid ff. qui testament. facere poss. late Doctiff. Olea in add. ad tract. de cess. jur. & act. tit. 1. q. 6. numer. 15. pag. 13. ubi etiam si pater instituat maioratum irrevocabilem in filium, aut filios, & ejus descendentes, an possit ex intervallo declarare, quod intellexerit de filiis masculis, & non de fæminis, & quid si verba sint dubia, & ibi multos refert. Rosa consult. 69 numer. 98. & numer. 108 de qua re est videndus Mier. de maior. p. 1. q. 15. & seqq. ubi ad varias quæstiones

circa revocabilitatem, aut irrevocabilitatem maioratus, & quando possit, vel non revocari maioratus erectus cum facultate Regia, aut sine illa: & de hac materia etiam agunt omnes citati, ex quibus manet resolutum, quando maioratus erectus, factus, & constitutus revocabiliter, aut irrevocabiliter dicatur; & per quas clausulas, & conjecturas probatur, & à quibus personis possit fieri, & erigi, & in quibus bonis, & ad quem finem dicatur erectus, factus, & institutus.

PROTESTATIO.

ME in scio, si aliquid in hoc Libro, vel alibi, elapsum est, quod Catholicæ Fidei, aut Christianæ Religioni aliquatenus adversetur, vel ignaro, quod DD. minus probari contingat; id omne indictum, non scriptum, & Sacrosanctæ Romanæ Ecclesiæ censuræ, aut cujuslibet melius sentientis correctioni subiectum, ex debito voveo, ex animo volo.





A

M

aliumM



INDEX

Materiarum, quæ in hoc primo Tomo continentur.

A

Absens.



*M*aioratus possessio per spatium 100. annorum transacta cessat, & devolvitur successori, quia absens possessor præsumitur mortuus, & competit proximiori. p. 460. num. 318 & pag. 461.

Accessiones.

*A*ccessiones productæ ex eisdem rebus vincularis augment relicta ad maioratum instituendum & ex illorum pretio, & æstimatione debent emi bona stabilia ad vinculum, quia fructus, & accessiones augment hereditatem, & manent vincularia bona, quæ inveniuntur tempore mortis, & si nihil inventum fuerit, nihil vincularium extat, sed bona inventa, & ad ea consequenda competit actio reivindicacionis successori maioratus. p. 81. col. 1. & 2.

Accrescere. Accrescendi jus.

*M*aioratus factus, & erectus in certa persona, & de certis bonis, & aliis cæteris relictis alicui, qui fuit institutus hæres universalis, si vivente testatore, è vita decesserit, an caducet, vel sustineri debeat, & bona relicta hæredi accrescant maioratus, cui annexata fuere; & quando institutio caducet, vel non mortuo hærede ante testatorem, & in hoc casu detur accrescendi jus. pag. 522. num. 549 & seqq. & pag. 523 ubi etiam quando habeat locum transmissio, & substitutio & de aliis substitutionibus, & quando caducet, vel non. & pag. 324. 325. & pag. 326.

Acquisitio. Acquisita.

*A*cquisita per hæredem gravatum, aut possessorem maioratus ex causa transactionis, an sibi, vel hereditati, fideicommissio, vel ma-

ioratus, acquisivisse dicatur, ita ut acquisita bona maioratus esse dicantur. pag. 438. num. 202. & 203.

Actio.

*A*ctione reivindicacionis quid debeat actor probare ad consequendum maioratum. p. 23. n. 23 & p. 24. n. 30.

*D*e actione competenti successori maioratus circa tertiæ annexationem. p. 65. & seqq. & p. 70. n. 106.

*A*d actionem reivindicacionis proponendam, requiritur dominium ex parte actoris probatum, & possessio ex parte rei. pag. 88. n. 20. & p. 461. n. 326. & 327.

*A*ctio pro consequendis bonis maioratus competit successori maioratus & in illum transfertur dominium post mortem ultimi possessoris pag. 237. num. 174 & pag. 241. & p. 247. n. 196.

*M*aioratus successor potest reivindicare bona maioratus annexa, à quocumque possessore, in quæ fuerint translata p. 247. n. 196. p. 256.

*D*ummodo probetur, quod bona maioratus vinculo affecta sunt, & in dominio institutoris. *Ibid.* & p. 248.

*M*aioratus vinculum si est factum per iudicem residuorum, & bona ad illud sunt applicata per sententiam, & approbatum sit à successore absente, non potest contradici ab emptore honorum asserendo esse sua, nec à futuro hærede, sed bona manent vincularia, & pertinent successori cum fructibus, & petere rationes emptionum ad emptionem maioratus ei competit actio contra hæredes ultimi possessoris, & quando habeat locum, vel non pag. 256. num. 238. & 239. & pag. 257. & seqq.

*M*aioratus possessor habet cõtionem ad petenda instrumeta pertinentia maioratus p. 269.

*A*ctio reivindicacionis competit maioratus successori ad bona maioratus recuperanda eodem.

- dem modo, quo primo vocato competebat & etiam competit possessori, seu administratori maioratus pag. 457. num. 317 & seqq. ubi ad varios casus, & pag. 458 459 in princip & 461 n. 325 & 328.
- Quando constat bona esse maioratus, & possessa ab uno successore, licet postea dividantur, probatur dominium, & competit actio successoris p. 459. col. 1. & 2. ubi etiam quando disposuit de medietate bonorum.
- Maioratum faciendi facultas, si non sit erectus ab executore, an habeatur pro facto, & competat actio consanguineo proximiori ad hoc, ut hæres commissarii retineat bona ab eo possessa, etiam quando relicta fuerunt secrete pag. 280.
- Actio reivindicacionis non competit maioratus successori, nisi probet rem esse in dominio institutoris, ut requiritur ad hoc, ut institutio valeat. p. 366. col. 2.
- Actio, ut competat in maioratus successione, debet actor probare, & verificare, bona esse maioratus, & quantitatem vinculi. pag. 437 n. 195 & p. 438. n. 196.
- Licet dicatur in testamento bona esse talis maioratus, non probat talis assertio, & relatio, nisi ostendatur institutio, quia non sufficit talis relatio, nec pro illa competit reivindicatio p. 438. n. 197.
- Atque ita probari debet bona esse maioratus, aut de maioratu, ut in facto de domo, dicuntur etiam de maioratu bona adjacentia, & insula in iuncta domui. pag. 438. numer. 199.
- Maioratus alicujus, aut Capellæ dominium ex quibus probari possit fuisse de aliqua familia, & ex quibus præsumatur identitas familie, & an, & quando, & quibus competit actio etiam contra titulum possidentem pro eis recuperandis pag. 438. n. 201.
- Maioratus sustinetur ex clausula codicillari in tertia non obstante præteritione filii naturalis institutricis. pag. 441. n. 215. & 220. & pag. 440 num. 204 & pag. 442. in princip. quod ad maioratum, aut fideicommissum petendum competit actio.
- Maioratus dominium in antiquis quibus modis probetur pag. 451. & quando competat actio reivindicacionis ex illius probatione. p. 452. & p. 457. & pag. 561. & seqq. explicatur.
- Maioratus successori competit actio reivindicacionis ad bona maioratus recuperanda eodem modo, quo primo vocato competebat, & etiam competit possessori, seu administratori maioratus. pag. 457. n. 317. & pag. 458 & 459. in princip & 461. n. 326. & 328. p. 480. n. 416 & p. 542.
- Maioratus quando constat esse bona, & possessa ab uno successore, licet postea dividantur, probatur dominium, & competit actio successoris. pag. 459. col. 1. & 2. ubi etiam quando disposuit de medietate bonorum.
- Pro maioratus censu consequendo competit successoris actio, & contra quem & ad quid pag. 462. col. 1.
- Pro consequendo maioratu probato ex immemoriali competit actio successoris, & regulanda est successio per regulas ordinarias maioratum, & ordinationis Regni, & dispositionem juris cõmunis. p. 462. & p. 464. n. 330.
- Maioratus bona si fuerint alienata, competit successoris vinculi actio reivindicacionis, pro eis consequendis, & maxime si acquisivit possessionem post litem contestatam, super illis contra eum, exequitur sententia, & anteneatur successor restituere pretium, & interesse illius, & melioramenta, & an compensentur cum fructibus. p. 463. num. 331 & 332. & p. 464. p. 155. & p. 473. pag. 535. num. 660.
- Idem quando fuerunt subhastata pro debitis. p. 464. numer. 334. & seqq. pag. 466. num. 345. pag. 473. num. 382 & pag. 474. & pag. 531. n. 639. & seqq. & 632. & pag. 555. & 573 & 575.
- Maioratus bona subhastata, & incorporata in propriis Regis, & concessis particulari possunt per actionem reivindicacionis peti à maioratus successore, qui tenetur solvere onera. pag. 474. col. 1.
- Si maioratus alienatio facta cum promissione impetrandi facultatem Regiam, & sub ea fuerunt à primis fundamentis ædes, aut domus directæ, & confusa extitit area cum fundo, & de novo edificatæ absque eo quod remaneret vestigium aliquod antiquæ alienatæ domus, an competat successoris maioratus reivindicatio, vel tantum actio ad estimationem petendam. p. 485. num. 438. usque ad pag. 489. ubi etiam, an detur penitentia in tali contractu, antequam impetretur facultas, & an hæres alienantis possit impagnare alienationem p. 490. num. 462. 463. 464. & p. 491.
- Maioratus successor habet actionem ad petenda bona relicta ad maioratum, & si est hypotecaria, an possit, vel non præscribi, & quanto tempore, & quando. pag. 510. n. 549. & pag. 511. ubi etiam quæ actio competat pro consequendo legato relicto, ubi de intellectu verborum. Deixo ao morgado aquella parte de bens que se achar, que lhe devo deixar conforme ao compromisso, que primeiro se verá. Et an ex obligatione annexandi

- nexandi bona ad maioratum detur hypotheca. & p. 512 & seqq. ad multa.
- Maioratus successori quando competit actio, debet agere personaliter, aut per procuratorem, & non cum cautione de rato, & si pertineat successio ad mulierem uxoratam, tenetur maritus ostendere speciale mandatum ad agendum, & non admittitur consanguineus cum dicta cautione de rato. pag. 517. n. 583.
- Ad maioratum actio pertinet debet proponi à successore, ubi primum scientiam habuerit de alienatione, & si non proponat eam, proximior debet de illa agi, & eo renuente sequens in gradu non obstante allegatione prescriptionis, & revocationis. pag. 517. n. 584. & 585. & p. 513.
- Maioratus successor, quando facit litem sine actione, expellendus est pag. 521. ad fin. & p. 522. & 523. n. 602.
- Maioratus successori competit actio ad consequenda debita, quæ pertinent ad maioratum ad hoc, ut emantur bona stabilia. p. 526. n. 616. & 617.
- Et pro pecunia mutuata, & an pro illa competit actio hypothecaria. p. 526. n. 618. 619. & p. 527.
- Actio competens successori maioratus non excluditur cum exceptione transactionis, aut prescriptionis & quando, & quomodo. pag. 528. n. 621. 622. & p. 529.
- De actione competente pro bonis competentibus, & pertinentibus maioratui, & quando competit, vel non, & probari debeat. p. 533. n. 560. & 651.
- Actio pro consequendis bonis maioratus competit, quando alienans putabat potuisse ex facultate alienandi concessa alienare. p. 334. n. 657. & 658.
- Si institutor dat præferentiam Clericis in successione maioratus, præferuntur licet remotiores consanguineis proximioribus, & ad hoc habent actionem. p. 535. n. 658.
- Actio pro consequendis bonis maioratus non potest intentari à curatore, tutore, aut administratore minoris successoris maioratus, quando est dissipator, aut habet litem cum minore circa res maioratus, aut debita illius p. 536. n. 664. & seqq.
- Et ex tali causa potest removeri. Ibid. n. 667. ubi etiam quando dicatur suspectus, & possit removeri.
- An contra occultantem bona maioratus detur actio, & competit querella pro furto. p. 536. n. 669. & 670.
- An contra reivindicationem actio intentata pro recuperandis bonis maioratus possit opponi à Reo de excessu adjudicationis ad maioratum, vel de subrogatione, aut facultate Regia, & quando, & quomodo, & an cum excessu valeat pag. 536. num. 671. 672. & pag. 637. ubi etiam de solemnitatibus requisitis, & quando competit actio, vel non contra possessorem rei, quæ dicitur maioratus, & p. 538. 339.
- Si maioratus possessor fuerit malus administrator, & dissipator, an competit actio contra eum, vel debeat statim privari. pag. 539. n. 688. 689. & p. 540.
- Maioratus quando dicatur erectus, & competit reivindicationis actio pro bonis pertinentibus ad maioratus successorem per viam nominationis, & quomodo probetur maioratum esse institutum nominationis, & an concessa facultas nominandi censeatur in omnibus repetita, & quando sit maioratus, aut Capella nominationis. pag. 540. 541. & 542.
- Maioratus bona si adjudicentur in partitionibus, non habet locum executio partitionis contra successorem, nec contra eum competit reivindicationis actio. pag. 542. n. 698. & 699.
- Quando bona vinculanda sunt in maioratu, contra quem competit actio ad hoc, ut vinculentur. pag. 542. num. 700. & 701. & pag. 543. Et quid si bona sint dotata, & emphyteutica, & an in dote sit necessaria licentia domini directi, vel non, & teneaturolvere hæres beneficiatus, vel non, & hæreditas dicatur solvendo, vel non. & p. 544. 545.
- An, & quando probetur bona esse maioratus, & dominium institutoris ad hoc, ut actio competit. pag. 546. numer. 715. & seqq. & pag. 547.
- Hæres, aut filius alienans bona maioratus potest illum reivindicare per actionem, sed tenetur de evectio. p. 548. col. 2.
- Quando actio reivindicationis intentatur pro consequendis bonis maioratus, si non probatur esse in bonis antecessoris, aut possessio, Reus absolvendus venit. p. 549. n. 725.
- Quando competit actio successoris maioratus pro consequendo censu illius, & cui pro pretio distractus, aut redemptionis pag. 547. numer. 721. & seqq. & p. 548.
- An competit actio contra possessorem honorum maioratus, in quibus fuit concessa subrogatio antequam ad effectum producat, effecta tamen consignatione, & contra quem competit, & an extincta sit, & resoluta, & quomodo, & quando pag. 549. num. 728. 729. & pag. 550. & 551. ubi de effectu consignationis, & contractus, qui accepit legem à conventionione contrahentium, & quando detur recursus contra consignantem. & pag.

522. ubi etiam quid in evitione.
- Maioratus** successori competit actio contra extraneum & uxorem ultimi possessoris, licet non ostendat institutionem maioratus, dummodo probetur bona possideri per antecessores, sicut de maioratu per longi temporis spatium indivisibilia, & sint bona nobilia, & antecessores sint nobilis, & res sit antiqua. p. 552. n. 736. & seqq. Et vide supra.
- Et quando bona maioratus sunt divisa inter aliquos, competit actio reivindicationis successorii, aut possessori maioris partis maioratus. p. 554. n. 744. & 745.
- In maioratu nominationis, an competat actio contra reum, qui habet nominationem per scripturam, & actor vult probare anteriorem nominationem ex testibus, & quando, & quomodo probetur. pag. 556. num. 753. & seqq. Et qui testes requirantur ad nominationem probandam, & quando sit revocabilis, vel irrevocabilis & pag. 560. Et an producat effectum promissi, nominandi, & vendendi.
- At ut competat reivindicationis actio pro bonis maioratus consequendis, requiritur ex parte Actoris probatio domini, & ex parte Rei possessio p. 561. n. 761.
- Et in hac actione probatio domini debet esse concludens, & clara, & non conjecturalis, quæ solum admittitur, quando agitur incidenter per exceptiones, & non quando agitur principaliter de reivindicatione, & quibus modis probetur tale dominium, late ostenditur pag. 561. & seqq. & numer. 761. & seqq. usque ad pag. 569. ubi etiam, an probetur ex possessione, & ibi multa de probatione domini, & quod deficiente probatione domini Reus absolvendus venit.
- Actio quando competat contra possessorem maioratus subrogantem in præjudicium Ecclesiæ, aut Monasterii, ubi Missæ dicuntur, ut ei resciciatur, licet subrogatio sit facta cum facultate Regia. p. 571. n. 822. & 823.
- Arbores posite, & plantate in bonis, & fundo maioratus, aut dato, & diviso per permutationem, de qua constat per confessionem in precibus factam, aut transactionem, cui competant, & ad quem pertineat actio pro illis consequendis pag. 569. num. 814. & 815. ubi etiam quando transactio obstat, vel non in parte ad totum, quando in parte fuit iudicatum contra illam, an idem iudicandum sit in alia, & de damnificatione bonorum maioratus. & p. 570. & 571.
- Quomodo probentur bona esse maioratus absque institutionis exhibitione, si erat in oppido, quod apud hostes fuit, & pro dictis bonis consequendis competat actio, & an fructus commensari debeant cum melioramentis, & quomodo, & quid, si bona fuerunt subhastata pro solvendis oneribus honorum. pag. 573. & 574. ubi etiam quomodo in fructuum restitutione debeat condemnari, & quid si est possessor bonæ fidei, & fructus sunt melioramentorum.
- Per acceptationem primi vocati ad maioratū acquiritur jus irrevocabile non solum illi, sed omnibus maioratus successoribus post eum inclusis. p. 582. n. 7. & n. 8. ubi contrariū exprimitur.
- Actio reivindicationis competit successorii maioratus, licet sit hæres alienantis, & an teneatur pretium acceptum ab antecessore solvere, & an prorata, vel in solidum. p. 602. n. 108. III & 112.
- Actor.
- In iudicio jus ex persona actoris metiendum est pag. 417. § cum pag. 437. vers. video, & p. 569. n. 811.
- Si Reus probet bona petita non esse maioratus, & Actor non probaverit dominium, venit Reus absolvendus, quia sine domini probatione non potest obtinere in reivindicatione. p. 481. & 482. n. 422.
- Vide. Approbatio.
- Acceptare. Acceptatio.
- Si acceptata fuerit dispositio maioratus ex possessione rei, & ex exactione fructus, tunc non potest vinculum gravaminis contradicere. p. 241. n. 184.
- Maioratus factus ab uxore, aut marito in eadem charta, licet possit revocari in casu acceptationis, non potest revocari. pag. 241. n. 185. vide p. 243. & seqq.
- Ante acceptationem maioratus potest revocari non obstante pacto de non revocando. p. 582. n. 9.
- Sed si fuerit acceptata institutio, non potest revocari in vocatorum præjudicium, licet primus consentiat, nisi fuerit factus, & erectus ad favorem unius, quia tunc si ipse donatarius consentiat, potest revocari, & non manet irrevocabilis nisi per mortem pag. 582. num. 10. 11. & 12.
- Maioratus erectus cum acceptatione Monachi usufructuarii, an maneat irrevocabilis, vel revocabilis, & an Monachus, qui non potest agere absque Prælati facultate, possit acceptare ad hoc ut non revocetur maioratus. pag. 628. n. 238. & 239.
- Et quid in pupillo, & an possit acceptare, & si ne acceptatione impediatur revocatio Notario pro absente stipulante, & an sit capax acquirendi infans. p. 629. num. 242. & pag. 630. 631.
- At revocationem maioratus impediendum, an suffi-

sufficiat acceptatio tacita, vel requiratur expressa. p. 629. n. 246. & 247. & pag. 630. & seqq.

Maiores erectio ad hoc, ut non possit revocari, an sufficiat acceptatio personae incapax disponendi, ut est ebrius, durante ebrietate, aut alii relati p. 638. n. 296.

Acceptatio maioratus, an inducatur ex praesentia, & an sufficiat tacita, vel requiratur expressa ad hoc, ut possit, vel non revocari. p. 640. n. 313. & 314.

Adjudicatio.

Vide verbum, Aggregatio, & Annexatio.

Maiores bona, ut dicantur, requiritur quod sint adjudicata in partitionibus, & divisionibus, & non sufficit dispositio de illis facta ad hoc, ut dicantur vinculata. pag. 237. num. 175. & quare n. 176. & p. 241.

Nisi constiterit assignata, & adjudicata esse bona ad maioratum, non dicuntur bona maioratus p. 237. & 238.

Maiores eodem modo, quod potest institui cum adjudicatione, destinatione, & assignatione certorum bonorum, ita etiam potest institui in bonis incertis, videlicet de illis rebus ad tertiam pertinentibus, & postea liquidatis bonis ad eam pertinentibus manent vinculata. pag. 140. num. 177. & quare num. 178. & 179.

Ante partitionem, adjudicationem, & divisionem haeres maioratus habet jus reale, & verum dominium in bonis, quia transactio, aut illius continuatio non tollitur ex incertitudine sicut in possessione. pag. 240. n. 180. & quare p. 241.

Si maioratus institutor assignet tertiam, & petat mulieri, ut etiam suam tertiam vinculo subjiciat, si illa non vinculat propter lucrum fructuum, in eorum valorem inducitur vinculum, & fideicommissum in favorem successoris maioratus, qui tenet actionem ad bona aequivalentia, recuperanda ex bonis uxoris, aut alicujus, qui acceptavit tertiam, & suam non annexavit. pag. 241. num. 182. & p. 243. & seqq.

Si filios non habeat institutor servanda est ejus voluntas, & si eos habeat in tertia assignata, in quibus manet erectus maioratus, nisi sint aliena, aut dotata. & Judex residuorum non potest in hac materia procedere. p. 245. num. 192. & p. 246.

Maiores probatur per adjudicationem factam maioratus, licet bona non inveniuntur specificata in institutione maioratus. pag. 277.

Si non constat de adjudicatione divisionis, aut partitionis ad maioratum, dicuntur bona libera, & non maioratus, maxime si non con-

stat de residuo, ex quo erectus fuit. pag. 322. n. 548.

Administrator.

Administrator tenetur rationes reddere, & praesumitur satisfactus de bonis administratis dum aliud non apparet. p. 259. num. 243. p. 265. n. 271. p. 266. n. 261.

Administratoris rationes semel legitime expunctae iterum reiterari non debent p. 266. n. 294.

Actio pro consequendis bonis maioratus non potest intentari a curatore, tutore, aut administratore minoris successoris maioratus, quando est dissipator, aut habet litem cum minore circa res maioratus, aut debita illius. p. 536. n. 664. & seqq.

Et ex tali causa potest removeri Ibid. n. 667. ubi etiam quando dicatur suspectus, & possit removeri.

Si maioratus possessor fuerit malus administrator & dissipator, non competat actio contra eum, vel debeat statim privari. p. 539. n. 688. 689. & p. 540.

Ager.

Reivindicare desiderans agrum maioratus, quem dicit esse illius, quando est possessus a tertio, debet principaliter probare, institutorem fuisse dominum, & habere dominium illius rei, de qua agitur. p. 444. n. 231. 232. & 234.

Vide verb. Annexatio.

Aggregatio.

Institutor reputatur in parte ille, qui aliqua bona reliquit ad maioratum, vel illi maioratus annexavit, seu aggregavit in bonis aggregatis, & si concessio Regia facta fuerit ad maioratum, reputatur institutor primus acquirens p. 56. n. 39.

Non vero si aggregare, seu annexare teneatur, vel unire res alii maioratus, quia tunc non dicitur institutor, quia non potest apponere novas leges, seu conditiones contrarias, aut repugnantes, sed sequi debet vocationes, aut conditiones maioratus antiqui, cui aggregare tenetur: si eas apponat, non dicitur institutor, nec per illas regulatur successio, sed per antiquas p. 56. n. 42. & quare n. 41. p. 57. n. 48. & 49.

In maioratu annexato, aut aggregato accedere debet ille, qui succedit in principali maioratu p. 56. n. 42.

Si ad maioratum aliquis aggregavit, aut annexavit sua bona, quae non tenebatur annexare, seu aggregare, tunc dicitur institutor, & potest apponere quaecumque voluerit leges etiam incompatibiles cum primo maioratu p. 56. n. 43. & quare n. 44. explicat p. 57. n. 48. & 49.

Ma-

Maioratus aggregatio, annexatio, & augmentum, quando fit cum particularibus legibus, succedere debet vocatus, & tunc non sequitur augmentum naturæ rei augmentatæ, sed servantur leges augmenti. pag. 56. n. 44.

Et solum quando unio, aggregatio, aut annexatio est expressa; & una res unitur aliæ, sicut principalis unitur suppressitur, & sequitur naturam illius, cui aggregatur, seu annexatur p. 57 n. 45.

Maioratus institutor si aggregat maioratui antiquo bona sua, & aliena, dicitur institutor in suis non vero in alienis pag. 57. numer. 47.

Maioratus unio aggregatio, & annexatio quædo dicatur facta principaliter, vel accessorie, & de ejus effectu, & ad multa. p. 60. & 61 ubi etiam quomodo probetur.

In bonis aggregatis maioratui quis dicatur institutor. p. 65. n. 48.

Maioratus clausula circa aggregationem tertie, aut quartæ est valida, & ad unguem observanda est p. 65. n. 48. & pag. 66. & seqq. ad varios casus, & quando competat actio, vel non, & contra quem, & pag. 68. 69. 70. 71. 72. usque ad pag. 78. numer. 147. & pag. 79.

Maioratus quando acquiratur, vel non dominium per aggregationem, aut obligationem aggregandi p. 75. n. 128. & seqq.

Maioratui manent bona adjudicata, & aggregata ex divisione, & partitione, & assignatione testatoris, & vinculum erectum est, & si adjudicentur alia diversa vinculo, nihil valet potestque successor tertie, aut bonorum assignatorum petere titulo maioratus declarata, & assignata, & si filius non fecerit inventarium, licet bona assignata excedant tertiam, & habita fuerint sicut bona maioratus, & ut talia scripta observari debet vinculum, & in omnibus dicitur erectum pag. 232. numer. 155. & 156. & pag. 233. p. 237. & p. 241.

Aliena.

Maioratus an possit institui de rebus alienis, aut hæredis, aut de illis, in quibus habet partem p. 93. n. 59. & seqq. ubi etiam quando valeat legatum de re aliena, aut hæredis, & p. 94. n. & 96.

Si in alienis, & propriis bonis maioratum aliquis tariat, subsistit maioratus in bonis propriis, & si aliqua fuerint maioratus, sustinetur in illis erectio, & in aliis viciatur. p. 175. n. 401.

In alienis bonis subsistit maioratus, & annexatio, si dominus, aut præjudicatus consentiat. p. 175. n. 403. & seqq.

Si filios non habeat institutor, servanda est ejus voluntas, & si eos habeat in tertia assignata, in quibus manet erectus maioratus, nisi sint aliena, aut dotata & Judex residuorum non potest in hac materia procedere p. 145. numer. 192. & p. 246.

Vide verb. Maioratus.

Alienatio.

Ex alienationis, & divisionis prohibitione resultat maioratus conjectura, & quid veniat appellatione alienationis pag. 161. numer. 263. & quomodo, & quando procedat, & p. 364. & 365.

Prohibitio alienationis nominatim facta in certa persona, an comprehendat personam non notam, & an de persona ad personam extendatur, & quomodo intelligatur, si testator dicat, quod servus in familia conservetur perpetuo pag. 173. numer. 393. & pag. 174. numer. 395.

Alienationis prohibitio est odiosa, quia tollit facultatem disponendi de re. pag. 174. numer. 394.

Maioratus censetur institutus per vinculum honorum, nominationem vocatorum, onus in perpetuum implendum, prohibitionem alienationis. p. 210. n. 48. p. 216. in princip. p. 239. p. 369.

Maioratus an censeatur institutus per substitutiones filiorum, quando in institutione non invenitur clausula prohibitiva alienationis, vel alia inducens perpetuitatem. pag. 213. & quid si habeat onus Missarum, & p. 214. n. 64.

Alienationis prohibitio ad quid extendatur, & quando concipitur in rem, inducit fideicommissum perpetuum, & quando, & quomodo intelligatur. pag. 397. & seqq. & pag. 401. & 402.

Maioratus erectus de pluribus bonis, si instituens unam rem illarum alienaverit, quoad illam est revocatus maioratus, & quamvis dictam rem rebabeat, non reincidit in maioratum p. 174. n. 322. & 323. quod idem procedit in legatis, & n. 324. explicatur.

Maioratus, aut legatum, quando censeatur revocatum ex alienatione, venatione, seu pignore rei. pag. 319. numer. 539. & seqq. & pag. 320.

Maioratus an educatur ex verbis: Com obrigação de cinco Missas pela minha alma, e de seu pay, com condiçãõ, que se não poderãõ vender, nem alhear, para que as ditas Missas se digaõ para sempre. pag. 397. & seqq. ubi ad multas questiones circa prohibitionem alienationis, & quando ex tali clausula inducatur maioratus, & quomodo, & quando, præceptum tale de non alienando,

do, sit nullum, vel non, & cum causa, vel sine illa, & an alienatio sit nulla precedentem dicta prohibitionem, & pag. 402. & seqq. & pag. 403. & p. 429 & p. 436.

Maiores, an dicatur institutus ex verbis:

Deixo todos meus bens a Pedro, para que sejaõ seus, e de seus herdeiros, e successores, com condiçãõ, que a quinta de tal parte, naõ possa ser vendida, nem alheada em qualquer maneira, porque eu lhe prohibo a venda della, assim a elle, como aos mais que lhe succederem, e a venda, e alheada, que se fizer, naõ valha, nem tenha effeito, porque com este gravame lha deixo, e pelo mesmo caso, succeda o seguinte em grãõ, que possa ter direito á dita quinta, para sempre já mais quero, que isto se guarde, cumpra, e tenha effeito. p. 402. n. 126. & seqq. & p. 403.

Utrum autem maioratus inducatur ex prohibitione nuda alienationis, quando inveniuntur verba perpetuitatem inducentia, & geminata, & an hæc prohibitio intelligatur in casu alienationis tantum, vel etiam in casu mortis. p. 403 & supr. 406. & 407.

Maiores an dicatur institutus ex verbis:

Para que a hajaõ, e partaõ entre si igualmente, para com isso se poderem sustentar honradamente; com tal condiçãõ, que os bens, e propriedades, que deixo aos ditos meus filhos, e lhes pertencer a cada hum, naõ os possaõ vender, nem alhear, nem trocar, nem hypothecar, nem dispõr delles em todo, nem em parte a favor de pessoa alguma, ou por nenhũa via q̄ seja, em todos os dias das vidas dos ditos meus filhos, salvo entre elles mesmos, e huns aos outros, como elles mesmos quizerem, o poderãõ fazer, e naõ a outra alguma pessoa. E se o contrario fizerem, a tal venda, e alheada, seja nenhuma, e os ditos bens hajaõ, e passẽm aos outros filhos, e por sua morte aos filhos, e descendentes dos que obedientes forem. pag. 403. & 404. & seqq.

In maioratu prohibitio alienationis in favorem descendentium an, & quando, fieri possit. pag. 404. num. 139. & seqq. Ubi etiam de differentia inter alienationem prohibitivam, & præceptivam, ex verbis: Peço, e rogo. pag. 404. ad fin. & pag. 405. Ubi quod prohibita alienatione, valida est in vita alienantis, sed post mortem resolvitur, & quid, quando est permessa inter aliquos, & prohibita inter alios, & vide contr. p. 406.

Si maioratus resultat ex prohibitione alienationis in casum contraventionis, si facta fuerit in uno de familia, res perpetuo erit alte-

nabilis, & libera ab onere maioratus, & fideicommissi pag. 408. numer. 157. & seqq. & p. 409.

Maiores bona si fuerint alienata, competat successoribus actio reivindicacionis pro eis consequendis, & maxime si acquisivit possessionem post litem contestatam super illis, contra eum exequitur sententia, & an teneatur successor restituere pretium, & interesse illius, & melioramenta, & an compensentur cum fructibus. pag. 463. num. 331. & 332. & pag. 464. & pag. 155. & pag. 473. p. 535. n. 660.

Idem quando fuerint subastata pro debitis. p. 464. n. 334. & seqq. & pag. 466. num. 345. pag. 473. n. 382. & pag. 474. & pag. 531. num. 639. & seqq. & 632. & pag. 555. & 573. & 575.

Maiores alienatio est nulla, & alienatio aliorum bonorum cum onere Missarum si est prohibita alienatio, & etiam quando prohibetur alienatio cum pœna amissionis. p. 398. n. 107. & p. 473. n. 383.

Si maioratus alienatio fuit facta cum promissione impetrandi facultatem Regiam, & sub ea fuerint à primis fundamentis ædes, aut domus diruptæ, & confusa exiitit area cum fundo, & de novo ædificata absque eo quod remaneret vestigium aliquod antiquæ alienatæ domus, an competat successoribus maioratus reivindicatio, vel tantum actio ad æstimationem petendam. p. 485. n. 438. usque ad p. 489. Ubi etiam, an detur pœnitentia in tali contractu, antequam imperetur facultas, & an hæres alienandi possit impugnare alienationem. p. 490. n. 462. 463. 464. & p. 491.

An possessor maioratus intrusus, aut putativus possit facere alienationem etiam cum facultate Regia. p. 492. col. 1.

Maiores cessio, aut alienatio valet in vita. p. 504. & seqq. & 506. n. 532.

Ad maioratum actio pertinet debet proponi à successore, ubi primum scientiam habuerit de alienatione, & si non proponat eam, proximior debet de illa agi, & eo renuente sequens in gradu, non obstante allegatione præscriptionis, & revocationis. p. 517. n. 584. & 585. & p. 513.

Alienatio facta in fraudem maioratus creditoris revocatur, & intra quod tempus revocari debeat. p. 513. num. 561. 562. & 563. Ubi an procedat in donatione facta titulo lucrativo, vel etiam in oneroso.

Maiores bona alienari prohibita ad conservationem familiæ alienari non possunt. pag. 532. n. 642.

Et quid si d. bita, ex quibus fit, sint institutoris.

Ibidem. numer. 643.
Ex maioratus pecunia res empta efficitur maioratus cum omnibus qualitatibus, & quid quando bona subrogantur, & quando subrogatio probet, bona esse maioratus, & quando subrogatio valet in utilitatem maioratus, & ex consensu successorum, & competat actio, vel non, & de effectu subrogationis bonorum p. 533. n. 648. & 649.
Actio pro consequendis bonis maioratus competit, quando alienans putabat potuisse, ex facultate alienandi concessa alienare. p. 334. n. 657 658.
Maioratus bona, an possint alienari pro solutione dotis p. 535 n. 661.
Heres, aut filius alienans bona maioratus potest illi reivindicare, sed tenetur de evictione p. 548. col. 2.
Si maioratus sit erectus per testamentum cum prohibitione alienationis, an possit declarari, aut revocari per codicillum, & de ejus effectu, & quæ possint facere in codicillis, & de eorum dispositione. p. 586. num. 31. 32. 33. & 34. ubi quando dicatur factus codicillus, & an licet habeat nomen codicilli, possit dici testamentum, & quando primus codicillus revocetur per secundum, vel non, & p. 587.
Clericus possessor maioratus si annexavit patrimonium suum per donationem maioratus, an tacite, vel expresse possit revocare annexationem per alienationem bonorum, & an ea non obstante competat successorii reivindicatio pag. 599 & quando bona patrimonii Clerici possint vinculari, & alienari absque licentia ordinarii.
Actio reivindicacionis competit successorii maioratus, licet sit heres alienantis, & an teneatur pretium acceptum ab antecessore solvere, & an prorata, vel in solidum. p. 602. n. 108 111. & 112.
 Alimentare.
Alimentare, vel dotare, an teneatur possessor maioratus, vel non, & quando. p. 165. num. 376.
Maioratus possessor si patiatur sequestrum, & non contradicat, amittit possessionem, & an pendente lite super illius validitate teneatur prestare alimenta comsobrino naturali. p. 271. n. 302. & p. 272.
 Vide verb. Aggregatio.
 Annexatio. Annexare.
Institutor reputatur in parte ille, qui al. qua bona relinquit ad maioratum, vel illi maioratui annexavit. seu aggregavit in bonis aggregatis, & si concessio Regia facta fuerit ad maioratum, reputatur institutor primus acquirens p. 56. n. 39.

In maioratu annexato succedere debet ille qui succedit in principali maioratu pag. 56. num. 42.
Si ad maioratum aliquis annexavit, aut aggregavit sua bona, quæ non tenebatur annexare, seu aggregare, tunc dicitur institutor, & potest apponere quascumque voluerit leges etiam incompatibiles cum primo maioratu pag. 56. n. 43 & quare num. 44 explicat p. 57. n. 48 & 49.
Non vero si aggregare seu annexaret teneatur, vel unire res alii maioratui, quia tunc non dicitur institutor, quia non potest apponere novas leges, seu condiciones contrarias, aut repugnantes, sed sequi debet vocationes, aut condiciones maioratus antiqui, cui aggregare tenetur si eas apponat, non dicitur institutor, nec per illas regulatur successio, sed per antiquas. p. 56. n. 40 & quare n. 41. p. 57. n. 48 & 49.
Maioratus annexatio, & aggregatio, & augmentum quando fit cum particularibus legibus, succedere debet vocatus, & tunc non sequitur augmentum naturæ rei augmentatæ, sed servantur leges augmenti. pag. 56. n. 44.
Et solum quando unio, aut annexatio, aggregatioque est expressa, & una res unitur aliæ sicut principalis, unitum supprimitur, & sequitur naturam illius, cui aggregatur, seu annexatur. p. 57. n. 45.
Maioratus institutor si annexat, aut aggregat maioratui antiquo bona sua, & aliena, dicitur institutor in suis, non vero in alienis. p. 57. n. 47.
Maioratus unio, annexatio, & aggregatio quædo dicatur facta principaliter, vel accessorie, & de ejus effectu ad multa pag. 60. & 61. ubi etiam quomodo probetur.
In bonis annexatis maioratui quis dicatur institutor p. 65. n. 48.
Maioratus clausula circa annexationem tertiæ, aut quartæ est valida, & ad unguem observanda pag. 65. numer. 48. & pag. 66. & seqq. ad varios casus, & quando competat actio, vel non & contra quem & pag. 68. 69. 70. 71. 72. usque ad p. 78. n. 147. & p. 79.
Maioratus quando acquiratur vel non dominium per annexationem, aut obligationem annexandi p. 75. n. 128 & seqq.
Maioratus in alienis bonis subsistit, & annexatio si dominus, aut præjudicatus consentiat p. 175. n. 403. & seqq.
Maioratus principaliter erecto super aliquo castro, vel aliare conspicua, an in aliis bonis, ac prædiis accessorie, seu consecutive annexis si casus præbeat, ut castrum præter voluntatem testatoris, aut insti-
 tu-

tutoris alteri deferuntur, an remaneat maioratus in aliis bonis erectus, vel non. pag. 279. n. 348.

Maiores factus, & erectus in certa persona, & de certis bonis, & aliis cæteris relictis alicui, qui fuit institutus hæres universalis, si vivente testatore, è vita decesserit, an caducet, vel sustineri debeat, & bona relictæ heredi accrescant maioratus, cui annexata fuere; & quando institutio caducet, vel non, mortuo hærede ante testatorem, & in hoc casu detur accrescendi jus. pag. 522. numer. 549. & seqq. & pag. 523. ubi etiam quando habeat locum transmissio, & substitutio, & de aliis substitutionibus, & quando caducet, vel non. & pag. 324. 325. & pag. 326.

Ad petendam annexationem tertie, an possit admitti successor maioratus in iudicio partitionum, vel tantum debeat agere ordinarie, maxime si pendat lis super maioratus successione & duo maioratus habeant clausulam annexandi. pag. 542. numer. 669. vers. et.

Clericus possessor maioratus si annexavit patrimonium suum per donationem maioratus, an tacite, vel expresse possit revocare annexationem per alienationem bonorum, & an ea non obstante competat successor rei vindicatio. pag. 599. & quando bona patrimonii Clerici possint vinculari, & alienari absque licentia ordinarii.

Vide verbo Verbum.

Appellatio.

Appellatione bonorum quid veniat, vide verbo bona, & census.

Appellatione filiorum, quando veniant nepotes. p. 215. n. 74.

Maiores possessor non potest renunciare litem, nec appellationem interpositam à sententia, in qua controvertitur, an bona sint libera, vel maioratus, & si renunciat debet prosequi litem, & dum non fuerit decisa, non admittitur novalis. p. 272. & 273.

Maiores si fuerit erectus in filiis tantummodo, an comprehendat, & sustineatur in nepotibus, & quando veniant appellatione filiorum. pag. 337. numer. 640. & seqq. ubi latè agitur de materia usque ad pag. 348. ubi de multis conjecturis ad hanc resolutionem necessariis, ex quibus dependet resolutio. & p. 393. n. 75. & 76.

In maioratus successione appellatio, & vocatio hæredum intelligitur de filiis, & descendentes, & non de extraneis, neque etiam de transversalibus. pag. 406. numer. 150. & seqq. & contr. numer. 153. & seqq. & pag. 407. quando extendatur, vel non, & sit

odiosa, & quando talis prohibitio sit realis, aut personalis. & pag. 409. ubi de verbis heredeiros, e forçados. p. 435.

Vide verbo Acceptatio.

Approbatio.

Maiores approbatio inducitur ex possessione bonorum & descriptione tomi, & ex solutione missarum p. 232. n. 156.

Maiores, an dicatur erectus à die emptio- nis bonorum ad maioratum factæ ab eo, qui apud se habebat pecunias, & solvebat redditus, an vero à die sententiæ approbationis. p. 266. n. 294. vers. ex quibus.

Approbata censetur divisio, quando non est oppositum contra divisionem, sed potius secundum eam petitur aliqua res. pag. 570. numer. 818. & p. 571.

Si aliquis fecit donationem simpliciter inter vivos, & postea fecit testamentum, in quo de dictis bonis fecit maioratum, vocans donatarium, & ille capiat possessionem virtute testamenti, aut faciat aliquem actum approbationis, tunc censetur bona donata esse de maioratu, & ex his actibus approbationis probatur p. 438. n. 200.

Maiores sustinetur ultra tertiam si filii succedunt, & in vita non contradicunt, sed tacite approbant p. 467.

Si maioratus fuerit factus per donationem factam filio existenti sub patria potestate per viam dotis ad matrimonium contrahendum, an talis donatio, aut dos possit consistere inter patrem, & filium, & sic revocabilis, aut irrevocabilis, ita ut non possit postea pater erectionem maioratus, aut vinculum facere de ipsis bonis, & titulo maioratus relinquere in præjudicium hæredum filii nepotis, aut uxoris, aut aliorum. pag. 632. numer. 266. & seqq. & pag. 634. numer. 280. quibus modis possit pater facere donationem, aut dotem filio in capitulis matrimonialibus, & quando nepotes succedere possent, ut hæredes, aut ex propria persona, & quid si detur approbatio, & capiat possessionem ex titulo revocante, & censetur prima dispositio renunciata. pag. 628. n. 294. & 295. & 296. ubi explicatur.

Antiquitas. Antiquus.

Maiores dominium in antiquis quibus modis probetur. pag. 451. & quando competat reivindicatio ex illius probatione. pag. 452. & pag. 457. & pag. 561. & seqq. explicatur.

Arbores.

Arbores positæ, & plantatæ in bonis, & fundo maioratus, aut dato, & diviso per permutationem, de qua constat per confessionem in precibus factam, aut transactionem, cui competant,

Nnm ij

petant,

petant, & ad quem pertineat actio pro illis consequendis. pag. 569 num. 814 & 815. ubi etiam quando transactio obstat, vel non in parte ad totum, quando in parte fuit iudicatum contra illam, an idem iudicandum sit in alia, & de damnificatione bonorum maioratus. & p. 570. & 571.

Archiepiscopus.

An, & quando Archiepiscopus, aut Episcopus possint maioratum instituire p. 51. n. 9.

Arma.

De precepto posito ab institutore maioratus circa nomen, & arma, & quomodo procedat, & intelligatur. pag. 36 numer. 87. & seqq. & pag. 37. & seqq. & pag. 62. 63. 64. & 65.

Maioratus censetur institutus per onus gestandi nomen, & arma. pag. 210. num. 48 in med.

Maioratus conjectura deducitur ex onere delationis armorum, & nominis. pag. 410. n. 170.

B

Bannitus.

Bannitus, an possit facere maioratum. p. 47. n. 6.

Baulivus.

Baulivus Ordinis Melitensis, an possit facere maioratum, & disponere de fructibus commendæ. p. 49. & 50.

Bona.

Maioratus institutor quando maioratum de omnibus bonis suis mobilibus, & immobilibus, moventibus, & summoventibus, omnia bona vinculata censentur absque limitatione, aut restrictione aliqua, & omnes res sue in vinculum comprehenduntur. pag. 80. num. 1.

Et etiam comprehenduntur fructus bonorum immobilium, & accessiones pro ductæ ex eisdem rebus vinculatis augent relicta ad maioratum instituendum, & ex illorum pretio, & estimatione debent emi bona stabilia ad vinculum, quia fructus, & accessiones augent hereditatem, & manent vinculata bona, quæ inveniuntur tempore mortis, & si nihil inventum fuerit, nihil vinculatum extat, sed bona inventa, & ad ea consequenda competit actio reivindicacionis successorii maioratus. p. 81. col. 1. & 2.

Et si institutor assignavit filio omnia bona sua specialiter, & nominatim, & ea nominavit ut talia, probatur identitas omnium bonorum à testatore possessorum, & deinde fecit maioratum de omnibus bonis suis, censentur

hæc comprehensa in dispositione maioratus, licet dubitetur de identitate p. 83. n. 4.

Et tunc debet fieri liquidatio, & quomodo. p. 84. n. 5. 6. 7. 8. & p. 85. n. 9. 10. 11. & pag. 86. n. 12. & p. 87. n. 13. & seqq. ubi etiam quando debeat agi ordinarie, & pag. 88. 89. & 90.

De bonis Coronæ à Rege concessis in vitis, aut ad liberam facultatem nominandi in vitis, an possit erigi & institui maioratus, & an in dictis bonis sustineatur vinculum, & reguletur per legem mentalem, vel non. pag. 151. n. 335. & seqq.

In bonis realengis, lezirias, sesmarias, reguen-gos, & in terris obligatis ad jugatæ solutionem, an maioratus possit institui, & an etiam in Villa Coronæ emptæ, aut permitatæ. pag. 154. n. 339. & n. 340.

De maioratibus bonorum Coronæ, & secundum legem mentalem, vel extra, & an in illis possit erigi maioratus, & quid si revocata sit lex mentalis, & quomodo succedendum sit, & quibus regulis, & quantum duret vinculum, & an sustineri possit, vel non p. 162. num. 368. 369. 370. & 371. Et vide verb. Concessio.

An possit fieri maioratus in bonis existentibus in Regno, vel extra illud, & apud hostes. p. 175. n. 399.

Si in bonis propriis, & alienis maioratum aliquis faciat, subsistit maioratus in bonis propriis, & si aliqua fuerint maioratus, sustinetur in illis erectio, & in aliis viciatur. p. 175. n. 401.

In bonis alienis subsistit maioratus, & annexatio, si dominus, aut præjudicatus consentiat. p. 175. n. 403. & seqq.

De bonis dotalibus, & dotatis factus maioratus, an comprehendat bona emptæ cum usufructu bonorum, & in illis consistere possit, & dicatur factus, & erectus pag. 193. numer. 507.

In institutione maioratus si non apparet testamentum relatum, ad quod fuerunt relatæ vocationes, non est regulanda successio per vocationes testamenti posterioris, ex quo non potest maioratus haberi pro facto in præjudicium dotatæ, sed tantummodo est constituenda Capella absque vinculo, & in bonis illius succedere debet nominatus à dotata decedente absque liberis ipsius matrimonii, cujus contemplatione dos constituta fuit per viam maioratus cum relatione ad testamentum factum, de quo non constat, & non ad testamentum faciendum exhibitum, ex quo non potest haberi maioratus pro facto, sed solum erigenda est Capella in forma illius facta in dote, & ex bonis solum deducenda legata pia, & cætera bona manent libera,

ad

ad hoc ut dotata de illis disponat, & indivisa conserventur. pag. 199. numer. 21. & seqq.

Factus, & erectus maioratus ex dispositione expressa potest institutor eligere bona ad hoc ut vinculata maneant & si habeat filios, potest assignare bona ad legitimam vinculantia, aut ad tertiam in maioratus erectionem, & secundum hanc voluntatem debent fieri partitiones, & divisiones, & solutionem dare ad maioratum p. 232. n. 154. & seqq.

Maioratus manent bona aggregata ex divisione, & partitione, & assignatione testatoris, & vinculum erectum est, & si adjudicentur alia diversa vinculo, nihil valet, & potest successor tertiae, aut bonorum assignatorum petere titulo maioratus declarata & assignata, & si filius non fecerit inventarium, licet bona assignata excedant tertiam, & habita fuerint sicut bona maioratus, & ut talia scripta, observari debet vinculum, & in omnibus dicitur erectum pag. 232. num. 155. & 156. & pag. 233. pag. 237. & pag. 241.

Maioratus bona, ut dicantur, requiritur quod sint adjudicata in partitionibus, & divisionibus, & non sufficit dispositio de illis facta ad hoc, ut dicantur vinculata pag. 237. n. 175. & quare n. 176. & p. 241.

Nisi constiterit assignata, & adjudicata esse bona ad maioratum, non dicuntur bona maioratus p. 237. & 238.

Maioratus eodem modo, quo potest institui cum destinatione, & assignatione certorum bonorum, ita etiam potest institui in bonis incertis, videlicet de illis rebus ad tertiam pertinentibus, & postea liquidatis bonis ad eam pertinentibus manent vinculata pag. 240. n. 177. & quare n. 178. 179.

Maioratus successor potest reivindicare bona maioratus annexa, à quocumque possessore, in quem fuerint translata pag. 247. n. 196. p. 256.

Dummodo probetur, quod bona maioratus vinculo affecta sunt, & in dominio institutoris. Ibid. & p. 248.

Maioratus vinculum erigi debet secundum institutionem, tam circa personas, quam bona, & in illo non habet Judex residuorum, nec potest alterare vinculum bonorum, nec circa illud potest aliquid statuere. p. 249. ad fin. col. 2. & p. 250.

Ad bona consequenda ad hoc, ut erigatur maioratus, competit successorii actio contra heredem ultimi possessoris, qui omisit vinculum facere, aut contra institutoris heredem, & si dispositio fuerit conditionalis ad hoc, ut bona empta sint ad maioratum, & ad hoc,

ut vendantur bona emphyteutica, tenetur Judex residuorum assignare terminum ad hunc effectum, & quomodo, & quando. p. 250. numer. 206. 207. & pag. 251. 252. & 253. ad multa circa adimplementum operum, & onerum fabricæ, ornatus, & aliarum rerum ad Capellam spectantium.

Maioratus vinculum si est factum per Judicem residuorum, & bona ad illud sunt applicata per sententiam, & approbatum sit à successore absente, non potest contradici ab emptore bonorum asserendo esse sua, nec à futuro heredem, sed bona manent vinculata, & pertinent successorii cum fructibus, & petere rationes emptionum ad erectionem maioratus, ei competit actio contra heredem ultimi possessoris, & quando habeat locum, vel non. pag. 256. numer. 238. & 239. & pag. 257. & seqq.

In maioratus formatione, & erectione debet Judex residuorum observare partitiones factas in iudicio ordinario, aut voluntatem testatoris, si fecerit inventarium, & si solutis debitis, & legatis nihil inveniat in bonis, nihil manet ad maioratus vinculum, & cessat dispositio, quando testator residuum relinquit ad maioratus erectionem. pag. 276. n. 320.

Quod procedit, licet institutor dicat habere multa bona, quo casu, & maxime si fuerit negotiator idem procedit quia homines plus cogitant habere, quam habent. pag. 276. n. 321.

Maioratus erectus de pluribus bonis, si instituens unam rem illarum alienaverit, quoad illam est revocatus maioratus, & quamvis dictam rem rehabeat, non reincidit in maioratum. p. 274. n. 322. & 323. quod idem procedit in legatis, & n. 324. explicatur.

Maioratus erectus, an possit revocari in bonis, licet sit factus certorum bonorum in contractu irrevocabili per institutorem, & assignantem, & quare. p. 276. n. 326.

Maioratus probatur per adjudicationem factam maioratus, licet bona non inveniantur specificata in institutione maioratus. pag. 277.

Maioratu principaliter erecto super aliquo castro, vel alia re conspicua, an in aliis bonis, ac prædiis accessoriè, seu consecutivè annexis, si casus præbeat, ut castrum præter voluntatem testatoris, aut institutoris alteri deferatur, an remaneat maioratus in aliis bonis erectus, vel non p. 279. n. 348.

Maioratus institutor si reservet facultatem alterandi, & non appareat revocatio, aut dispositio, vinculum subsistit secundum primam erectionem, sicut sustinetur inter vi-

- rum, & uxorem, quia si non revocetur, morte confirmatur, & in aliis donationibus, & erectionibus, & etiam facultate nominandi, & quis debeat tunc succedere. pag. 288 col. 1. ubi etiam, an bona reservata pertineant ad heredem, vel successorem.
- De eo, qui possidebat terras, aut bona Coronæ, de quibus fuit spoliatus, & postea se composuit cum Rege, utrum ex antiquo titulo, vel novo eas habere videatur, & an convalescat maioratus ex eis factus à patre, vel ab avo possessoris, vel tamquam ex novo titulo acquisitæ liberæ maneat, & de duobus titulis, ex quibus possidere dicatur. p. 288 n. 384. & 385.
- Si bona erant data per titulum dotis de bonis donatis, non potest vinculum, postea factum, justineri, sed est constitutio, & erectio maioratus nulla. p. 291 n. 406 & seqq.
- Maioratus an iustineatur non sufficientibus bonis ad debita institutoris solvenda p. 293. numer. 412. & seqq. maxime si sint debita realia, & quando talia dicantur, & quando maioratus successor teneatur ad debita antecessoris solvenda pag. 194 p. 301 n. 441 ubi etiam, quod teneatur in subsidium, p. 302. & 303. 304 & 305. & p. 352.
- Maioratus factus in uno casu non extenditur ad alium, & erectus sub tali conditione, sub contraria censetur ademptus, & manent bona libera. pag. 306 n. 472 & seqq. ubi multa de maioratu conditionalis non verificata conditione, sed contraria, & de substitutionibus conditionalibus, & p. 307. & 308.
- De differentia inter maioratum, & fideicommissum, & an, & quando sit simplex, & illius bona dividantur, & quomodo, & qua forma inter consanguineos p. 369. & seqq. & quomodo in fideicommissis succedatur.
- Maioratus bona non possunt dividi, nec bona Coronæ; & si dividantur, presumitur esse libera p. 375 n. 43.
- Maioratus non presumitur, sed bona esse libera, & quid dato statu, & titulo; & possessio honorum, ut liberorum, aut maioratus p. 361. 361 n. 48 & 49.
- Conjectura maioratus, resultat ex conservatione honorum, & de divisione pag. 412. num. 176.
- Maioratum probatur institutum esse, si in divisione separata fuerunt bona, ut maioratus, aut in inventario confessus fuit heres ultimi possessoris, talia bona esse maioratus, & de confessione uxoris post mortem viri facta in inventario, maxime si fuerit approbata per sententiam ad arbitros p. 416. num. 177. & p. 417.
- Bona possessa spatio quadraginta annorum, tanquam maioratus, ut talia vendicantur, & e contra p. 427 & 428.
- In maioratus successione ut competat actio, debet actor probare, bona esse maioratus, & qualitatem vinculi. p. 437 n. 195. & p. 438 n. 196.
- Licet dicatur in testamento bona esse talis maioratus, non probat talis assertio & relatio, nisi ostendatur institutio quia non sufficit talis relatio, nec pro illa competit revendicatio p. 438. n. 17.
- Atque ita probari debet, bona esse maioratus, aut de maioratu, ut in facto de domo, dicuntur etiam de maioratu bona adjacentia, & insula inuncta domui. p. 438. n. 199.
- In bonis maioratus facta melioramenta, an maneat de maioratu. Ibid.
- Si aliquis fecit donationem simpliciter inter vivos, & postea fecit testamentum, in quo de dictis bonis fecit maioratum, vocans donatarium, & ille capiat possessionem virtute testamenti, aut faciat aliquem actum approbationis, tunc censetur bona donata esse de maioratu, & ex his actibus approbationis probatur. p. 438. n. 200.
- Acquisita per heredem gravatum, aut possessorem maioratus ex causa transactionis; an sibi, vel hereditati, fideicommissis, vel maioratus acquisivisse dicatur, ita ut acquisita bona maioratus esse dicantur. pag. 438. num. 202. & 203.
- Maioratus bonorum identitas, an probetur ex eo, quod bona sint intra limites bonorum maioratus, & quando, & quomodo probetur talis identitas, & probentur confines ad omnia pag. 442 num. 223 & seqq. & pag. 443 & seqq. ubi etiam quomodo, & quando probetur ex testibus & signis, & limitibus, & que intervenire debeant ad hoc, ut competat actio successoris maioratus, vel non, & de conjecturis, ex quibus probetur bona esse, vel non alicujus.
- De maioratu ut dicantur bona, debet de identitate constare plene & concludenter, & debet fieri specifica probatio ab eo, qui identitatem allegat, & per signa, & demonstrationes certas, & infallibiles, non vero per vagas, incertas, communes, & generales, & quando, & quomodo probari debeant, & quibus modis, & conjecturis, late traditur in specie, & per exempla pag. 445 n. 234 & seqq. ad multa, & pag. 452 454 455 456 457. & 458.
- Maioratus possessor si vendidit census in bonis maioratus precedente facultate Regia, an teneatur successor, & quid si facultas fuit data etiam ad bona Coronæ, & si omitteretur, an ad illa extendatur pag. 468. n. 360. & an

Et an extendatur de una specie ad aliam, & de unis bonis ad alia, & in dubio ad bona Coronæ, vel maioratus. pag. 469. 470. & an post decennium facultas præscribatur. & p. 471. & 472. & vide ad alium casum. p. 485. & p. 490. & p. 491. & n. 471. & p. 492 & p. 537.

Maioratus bona in dubio an præsumantur illius, vel Coronæ p. 470. n. 370.

Maioratus bona subhastata. & incorporata in propriis Regis, & concessis particulari, possunt reivindicari à maioratus successore, qui tenetur solvere onera. p. 474. col. 1.

Maioratus bona in ultimo de familia manent libera, & quare. p. 496. n. 472.

Maioratus bona, an possint emphyteuticari, vel non, & quando, & quomodo. pag. 496 numer. 473 & pag. 497. & 498. & pag. 499 numer. 481. & pag. 500. numer. 489. & seqq. & pag. 502. num. 506. & seqq. & pag. 503. & 529. & p. 615.

Maioratus possessor si dissipat bona, privandus venit à successione maioratus. pag. 498. n. 475.

Maioratus bona esse an, & quando probetur ex assertione institutoris, & hæres teneatur stare per dictam confessionem. pag. 510. numer. 548.

An contra occultantem bona maioratus detur actio, & competat querella profurto. p. 536. n. 669. & 670.

Maioratus bona si adjudicentur in partitionibus, non habet locum executio partitionis contra successorem nec contra eum competit reivindicatio p. 542. n. 698. & 699.

Quando bona vinculanda sunt in maioratu, contra quem competat actio ad hoc, ut vinculentur. pag. 542. num. 700. & 701. & pag. 543. Et quid si bona sint dotata, & emphyteutica, & an in dote sit necessario litentia domini directi, vel non, & teneatur solvere hæres beneficiatus, vel non, & hæreditas dicatur solvendo, vel non, & pag. 544. & 545.

An, & quando probetur bona esse maioratus, & dominium institutoris ad hoc, ut actio competat. pag. 546. num. 715. & seqq. & pag. 547.

Hæres, aut filius alienans bona maioratus potest illum reivindicare, sed tenetur de evictione. p. 548. col. 2.

Quando actio reivindicacionis intentatur pro consequendis bonis maioratus, si non probatur esse in bonis antecessoris, aut possessio, Reus absolvendus venit. p. 549. n. 725.

Arbores positæ & plantatæ in bonis, & fundo maioratus, aut dato, & diviso per permutationem, de qua constat per confessionem in

precibus factum, aut transactionem, cui competant, & ad quem pertineat actio pro illis consequendis pag. 569. numer. 814. & 815. ubi etiam quando transactio obstat, vel non in parte ad totum, quando in parte fuit iudicatum contra illam, an idem iudicandum sit in alia, & de damnificatione bonorum maioratus & p. 570. & 571.

Bulla.

Bullarum expensæ quomodo solvendæ sint, & quomodo probentur p. 593. n. 56. 57.

Vide verb. Maioratus.

C

Caducare.

Maioratus factus, & erectus in certa persona, & de certis bonis, & aliis cæteris relictis alicui, qui fuit institutus hæres univ ersalis, si vivente testatore è vita decesserit, an caducet, vel suslineri debeat, & bona relictæ hæredi accrescant maioratui, cui annexata fuere, & quando institutio caducet, vel non, mortuo hærede ante testatorem, & in hoc casu detur accrescendi. pag. 522. num. 549. & seqq. & pag. 523. ubi etiam quando habeat locum transmissio, & substitutio, & de aliis substitutionibus, & quando caducet, vel non. & pag. 324. 325. & pag. 326.

Vide verb. Maioratus.

Capella.

Capella facta ad utilitatem animæ etiam in testamento minus solemnî valet pag. 17. num. 49. vers. Nisi.

De differentia inter institutionem Capellæ, aut maioratus. pag. 18. n. 54. pag. 155. num. 344. & seqq.

Ex verbo facio Capellam, an dicatur erectus maioratus. pag. 18. n. 54. pag. 155. numer. 344. & seqq.

Capella idem est quod maioratus quoad substantiam. Ibid.

Sub capellæ nomine quid veniat, & quomodo in illa succedatur. p. 155. n. 344. & seqq.

Capella, aut maioratus censetur institutus, ut proximior succedat p. 155. n. 344.

In institutione maioratus si non apparet testamentum relatam, ad quod fuerunt relatæ vocationes, non est regulanda successio per vocationes testamenti posterioris, ex quo non potest maioratus haberi pro facto in præiudicium dotatæ, sed tantummodo constitucnda est Capella absque vinculo, & in bonis illius succedere debet nominatus à dotatæ decedente absque liberis ipsius matrimonii, cujus contemplatione dos constituta fuit per viam

viam maioratus cum relatione ad testamentum factum, de quo non constat, & non ad testamentum faciendum exhibitum, ex quo non potest haberi maioratus profecto, sed solum erigenda est Capella in forma illius facta in dote, & ex bonis solum deducenda pia legata, & cetera bona manent libera ad hoc, ut dotata de illis disponat, & indivisa conserventur. p. 199. n. 21. & seqq.

Executio an possit fieri in Capella maiori, & jure sepulture, & patronatu constituto ad maioratum, & quando, & quomodo patronatus transeat, vel non, & ad quem Judicem pertineat cognitio, & quando licita sit talis venditio, & detur simonia in tali venditione. pag. 296. 297. 298. 299. 300. & 301.

Capella an colligatur ex verbis: Faço Capella para sempre, faço Capella perpetua com vocação de filhos, e parentes. pag. 387. & p. 464. n. 337.

Maioratus verbum, & verbum Capella, an sit idem. Ibid. & pag. 387. numer. 54 & pag. 390.

Maioratus alicujus, aut Capellæ dominium ex quibus possit probari fuisse de aliqua familia, & ex quibus presumatur identitas familie, & an, & quando, & quibus competat actio etiam contra titulum possidentem pro eis recuperandis. p. 438. n. 201.

Captivus.

Captivus, aut Clericus an possint facere maioratum p. 51. n. 8.

Vide Dos. Maioratus.

Causa.

Maioratus donatio an, & quando fit ex causa, & contemplatione certi matrimonii, sit matrimonium causa finalis, vel impulsiva. p. 280. n. 353.

Donatio maioratus facta in causa dotis continet conditionem, si matrimonium sequatur, licet in scriptura dotali non dicatur, intelligitur, si nuptiæ sequantur, & non sequentis nuptiis, non debetur dos, nec erectio maioratus sustinetur, & revocari potest p. 281.

Maioratus erectus ex duabus causis, an si una cesset, alia existat, sufficiat ad idem sustinendum pag. 281. col. 2. ad fin. & pag. 282. ubi etiam, an duret in transversalibus, & quid si interveniant clausule reservationis ususfructus, & constituti, & an sit revocabilis, vel irrevocabilis erectio, & n. 358.

Cessio

Maioratus pertinet masculo, & præcedit in successione filie, aut sorori, nisi habuerit cessionem senioris fratris, quia tunc femina durante vita cedentis præferentiam habet. p. 504. n. 522. & seqq.

Census.

Maioratus quando instituitur de omnibus bonis, an comprehendantur census, & annui redditus redimibiles pag. 92. num. 47. & seq. ubi etiam quam speciem bonorum consistunt.

Pro maioratus censu consequendo competit successoribus actio, contra quem, & ad quid, p. 461. col. 2. & p. 462.

Maioratus possessor, si vendidit census in bonis maioratus præcedente facultate Regia, an successor teneatur, & quid si facultas fuit data etiam ad bona Coronæ, & si mittatur, an ad illa extendatur. pag. 468. num. 360. & an extendatur de una specie ad aliam, & de unis bonis ad alia, & in dubio ad bona Coronæ, vel maioratus. pag. 469. 470. & an post decennium facultas præscribatur, & pag. 471. & 472. & vide ad alium casum. pag. 485. & pag. 490. 491. & numer. 471. & p. 492. & p. 537.

Quando competat actio successoribus maioratus pro consequendo censu illius, & cui pro pretio distractus, aut redemptionis. pag. 547. n. 721. & seqq. & p. 548.

Maioratus possessor, quando teneatur solvere debita antecessoris realia, & decursus census, quæ originem trahunt ab institutore. p. 574. n. 834. & seqq.

Claufula constituti.

Si post erectionem maioratus traditio interveniat vera, aut ficta per clausulam constituti, vel reservationis ususfructus, manet irrevocabilis, & non potest revocari, nec prætextu donationis factæ ad patrimonium Clerici, qui manet exclusus, sed antequam traditio sit facta, potest mutare, & alterare vocationes, & quomodo, & quando. pag. 595. & seqq. num. 67. & seqq. optime pag. 596. num. 76. & seqq. & pag. 597. num. 84. & pag. 599. numer. 93. 94. & pag. 600. pag. 613.

Clericus.

Clericus, aut captivus, an possint facere maioratum p. 51. n. 8.

Clericus potest facere maioratum, & ei relinquere ad patrimonium, & possunt vocari deficientibus laicis. pag. 504. numer. 523. & 524.

Si institutor dat præferentiam Clericis in successione maioratus, præferuntur licet remotiores consanguineis proximioribus. p. 535. n. 658.

Maioratus erectus per transactionem manet irrevocabilis, & non potest revocari à transigentibus, & secundum transactionem regulanda est successio. pag. 587. num. 40. & 41. & pag. 588. 589. 590. & contra illam nihil

hil potest postea declarare, nec dividere bona erigendo duos maioratus, sed tantum conservandus est unus juxta formam transactionis, nec potest succedere Clericus proximior, quando institutor inquit, eum non vocare, quia ille vult esse Ecclesiasticus. & p. 592. & seqq.

Si post erectionem maioratus traditio interveniat vera, aut ficta per clausulam constituti, vel reservationis ususfructus, manet irrevocabilis, & non potest revocari, nec prætextu donationis factæ ad patrimonium Clerici, qui manet exclusus, sed antequam traditio sit facta, potest mutare, & alterare vocationes, & quomodo, & quando. pag. 595. & seqq. n. 67. & seqq. optime pag. 596. num. 76. & seqq. & pag. 597. num. 84. & pag. 599. n. 95. 94. & p. 600. p. 613.

Clericus possessor maioratus si annexavit patrimonium suum per donationem maioratus, aut tacite, vel expresse possit revocare annexationem per alienationem bonorum, & an ea non obstante competat successoribus reivindicatio. pag. 599. & quando bona patrimonii Clerici possint vinculari, & alienari absque licentia ordinarii.

Conclusio.

Conclusio contractus attenditur, & non tractatio faciendi ad hoc, ut contractus, & maioratus perficiatur. p. 196. n. 1.

Requiritur conclusio, & non sufficit tractatus ad hoc, ut maioratus dicatur factus pag. 197. in princip. n. 1.

Codicillus.

In codicillis, an possit adimi, vel dari hereditas p. 311.

Et declarari voluntas Ibid. & p. 213. num. 510.

Codicillus est nullus, si testamentum est invalidum pag. 313. numer. 510. & 511. ubi explicatur.

Codicillus quando est nullus, aut testamentum, non potest fieri validum per consensum hæredis. p. 314. n. 515.

Ex codicillari clausula sustinetur maioratus in tertia, non obstante præteritione filii naturalis institutricis. pag. 441. n. 215. & 220. & pag. 440. num. 204. & 442. in princip. quod ad maioratum, aut fideicommissum petendum competit actio.

Si maioratus sit erectus per testamentum cum prohibitione alienditionis, an possit declarari, aut revocari per codicillum, & de ejus effectu, & quæ possint facere in codicillis, & de eorum dispositione pag. 586. n. 31. 32. 33. & 34. ubi quando dicatur factus codicillus, & an licet habeat nomen codicilli, possit dici testamentum, & quando primus codicillus revocetur per secundum, vel non & pag. 587.

Maioratus non revocatur per codicillum, nec in illo datur, vel adimitur hereditas. pag. 587. n. 35.

Condemnatus.

Maioratum, an possit facere condemnatus ad mortem, aut ad perpetuum carcerem. p. 47. num. 6.

Confessio.

Confessio debiti ab aliquo facta in testamento in expressa, & certa quantitate facta, non probat, nisi aliunde de veritate debiti constet, & si à parente in favorem unius ex filiis facta sit p. 90. n. 36.

Confessio in articulis est legitima probatio contra articulantem p. 91. numer. 37. pag. 570. n. 816.

Confessio facta in articulis plene probat. pag. 260. n. 247.

Confessio contra formam mandati est nulla, & non obligat debitorem, nec deobligat, nec procurator potest confessione facere actum præjudiciale suo domino. pag. 264. numer. 268.

Maioratus an probetur ex confessione maioratus facta Principi in supplicatione, & dicens, quod bona sunt maioratus, & an talis confessio præjudicet, vel non, & quando, & quibus. pag. 410. num. 175. & pag. 411. & an ex illa dicatur probata recognitio, ut præjudicet successoribus, & ibi multa de confessione, & recognitione. & p. 412.

Maioratum probatur institutum esse, si in divisione separata fuerunt bona, ut maioratus, ut in inventario confessus fuit hæres ultimi possessoris, talia bona esse maioratus, & de confessione uxoris post mortem viri facta in inventario, maxime si fuerit approbata per sententiam ad arbitros. p. 416. numer. 177. & p. 417.

Et etiam resultat maioratus conjectura ex confessione vinculi, qua stante non potest impugnari à consistente p. 418. n. 181.

Neque etiam confessio impugnari potest à suis hæredibus n. 182.

Confessio facta in uno iudicio an probet in alio. p. 570. n. 816.

Maioratus bona esse an, & quando probetur ex assertione institutoris, & hæres teneatur stare per dictam confessionem. pag. 510. num. 548.

Arbores postea, & plantatæ in bonis, & fundo maioratus, aut dato & diviso per permutationem, de qua constat per confessionem in precibus factam, aut transactionem, cui competant, & ad quem pertineat actio pro illis consequendis. pag. 569. num. 814. & 815. ubi etiam quando transactio obstat, vel non in parte ad totum, quando in parte fuit iudicatum

- dicatum contra illam, an idem iudicandum sit in alia, & de damnificatione bonorum maioratus.* p. 570. & 571.
- Confirmatio. Confirmare.*
- In confirmatione si nihil de novo additur, non dicitur facta nova donatio* p. 166 n. 386.
- Confirmatio nihil de novo dat, sed tantum confirmat inter ejus limites, & effectus.* p. 166. n. 386.
- Confirmatio ad titulum primævum est referenda.* Ibid.
- Maioratum si aliquis faciat cum conditione, si Princeps confirmaverit, & è vita decesserit absque istius gratiæ impetratione, an dicatur maioratus electus, & possit post mortem confirmari* p. 306. n. 468.
- Confusio.*
- Confusione tollitur obligatio, quotiescumque creditor debitori successit, vel è contra, & quare* p. 169. vers. licet. & p. 170. explicatur.
- Cymba.*
- In cymba aut navi, an possit erigi maioratus, & quando, & quomodo* p. 193. n. 506.
- Conjectura.*
- Maioratus bonorum identitas, an probetur ex eo quod bona sint intra limites bonorum maioratus, & quando, & quomodo probetur talis identitas, & probentur confines ad omnia.* pag. 442. numer. 223. & seqq. & pag. 443. & seqq. ubi etiam quomodo, & quando probetur ex testibus, & signis, & limitibus, & quæ intervenire debeant ad hoc, ut competat actio successorii maioratus, vel non, & de conjecturis, ex quibus probetur bona esse, vel non alicujus.
- De maioratu, ut dicantur bona, debet de identitate constare plene, & concludenter, & debet fieri specifica probatio ab eo, qui identitatem allegat, & per signa, & demonstrationes certas, & infallibiles, non vero per vagas, incertas, communes, aut generales, & quando, & quomodo probari debeant, & quibus modis, & conjecturis, late traditur in specie, & per exempla.* pag. 445. num. 234. & seqq. ad multa, & pag. 452. 454. 455. 456. 457. & 458.
- Collusio.*
- Collusio quid sit, & quando noceant, vel non.* p. 532. n. 646.
- Commenda. Commendatarius.*
- Nominaudi facultas concessa libere, secundum arbitrium alicujus quomodo intelligatur in commendis durantibus vitis, & an omnes possint nominari.* pag. 132. num. 258. & seqq.
- In commendis an, & quando admitti possint, vel non expectativæ, & vitæ.* p. 138. n. 292. & seqq. & refertur sententia p. 146.
- Commenda non vacat durantibus vitis* pag. 14. n. 315.
- Commendatarius, ut aliquis dicatur, requiritur tituli expeditio, & actualis apprehensio possessionis.* p. 144. n. 223. & 224.
- In commendis non incipit prima vita, nisi post possessionem.* p. 145.
- Commendæ in Regno Castellæ dicuntur maioratus legales, & secundum regulas maioratus in illis succeditur.* p. 146. n. 332.
- De differentia inter Commendas Regni Castellæ, & Lusitaniæ.* Ibid.
- De origine, & qualitate Commendæ de Soza, & de ejus successione, & patronatu* pag. 147. num. 333. usque ad pag. 151 ubi de Commendis aliorum Regnorum, in quibus nulla Commenda est maioratus vinculari.
- In commendis, an possit erigi maioratus, & an Commendæ concessæ ad vitas cum facultate libera nominandi possint intra illas vinculari, & nominari in successoribus maioratus per substitutiones.* pag. 115. num. 177. & seqq. & pag. 116. & seqq. & pag. 132. numer. 258. & seqq. & pag. 134. n. 271.
- Commendatarius Melitensis, aut trium Ordinum Militarium an possit facere maioratum de fructibus Commendæ, & de aliis bonis.* p. 48. col. 2. & pag. 49. & 50. & pag. 51. num. 8. in fin.
- Commendæ, an possint maioratus vinculari.* p. 119. n. 177. & seqq. & p. 120. & seqq.
- Commendæ prima concessio prævalet secundæ.* p. 120. n. 183. & seqq.
- Commenda ad hoc ut provideatur, debet vacare aut ab ea debet Commendatarius privari per sententiam, & non potest provideri absque legitima vacatura.* p. 120. n. 190.
- Licet Commendatarius sit ipso jure privatus ex delicto, quia etiam in hoc casu necessaria est sententia declaratoria.* p. 121. n. 192.
- Commendæ an, & quando restituantur ob initam pacem, & an bona Ordinum Militarium in ea comprehendantur.* p. 121. & seqq. n. 194. & seqq.
- Commenda morte extinguitur.* p. 230. n. 247.
- Commenda est corporalis res, & per cessionem non transit illius possessio.* p. 130. n. 249.
- Commendæ concessio potest impediri in Cancellaria cum exceptionibus ad hoc, ut illius cartæ non transeat.* p. 131. in princip.
- Commendæ concessæ tempore Regis Castellæ confirmatæ fuerunt.* p. 131. p. 251. & 252.
- Commisarius.*
- Maioratus potest fieri à Commissario, & ille potest apponere clausulas sibi bene visas ex aliis institutionibus relatis.* pag. 66. & 67.
- Et quid si facultas sit data pluribus Commissariis,*

sariis, & unus fecit institutionem in hoc excedens voluntatem institutoris p 67.

Maiores facien li facultas, si non si erectus ab executori. an habeatur pro facto, & competat actio consanguineo proximiori ad hoc, ut hæres commissarii restituat bona ab eo possessa, etiam quando relicta fuerunt secreta p 280.

Concessio.

Concessio Regis à proæmis explicatur. pag. 20. num 8.

Et pro femina p 21 n 27.

Institutor reputatur in parte ille, qui aliqua bona reliquit ad maioratum, vel illi maioratus annexavit, seu aggregavit in bonis aggregatis, & si concessio Regia facta fuerit ad maioratum, reputatur institutor primus acquirens p 56 n 39.

Quid in concessione Regia facta ad maioratum, & quis dicatur institutor, & quomodo succedatur pag. 57 n. 50. ubi exemplificatur, & pag. 58 n. 54 & pag. 59. 60 & 61. explicatur. p. 62. & 63 & limitatur.

Et tunc succedere debet, qui vocatus fuerit in successione antiqui maioratus, ad quem fit relatio, & concessio pag. 58 n. 55. exornatur pag. 59 60 & 61. explicatur. pag. 62. & 63. ubi limitatur.

Et si non inveniatur institutio, recurrendum est ad consuetudinem antiquam succedendi in maioratu relatio, & concessio. p. 58. n. 55 & exornatur p. 59 60 & 61.

Et si maioratus aliquo casu extingatur, etiã extinguitur concessio, & relatio. Ibid.

Et dum duraverit maioratus titulus concessus, datus à Rege, successor maioratus pertinet, & talis dignitas ab eo separari non potest pag. 58 n. 56. exornatur. p. 59 & pag. 60. & 61.

Ad maioratum si Princeps concedat bona absque aggregatione, tunc Princeps dicitur institutor, quia non accipitur concessio à primo acquirente, sed à Rege. pag. 61. numer. 75.

Concessio Commendæ prima, præferentiam habet concurrans cum secunda. pag. 120. numer. 183 & seqq. ampliatur p. 166. n. 385.

Concessio secunda non revocat primam, nisi de illa Princeps faciat mentionem. pag. 120. n. 189.

De concessione annullata, & resoluta ad non casum quid comprehendat declaratio. pag. 124.

Concessio annullata à Rege, quid comprehendat. p. 120 n. 213. & seqq.

Concessio personalis, non transit ad hæredes, sed morte finitur. pag. 130. num. 247 p. 137. n. 287.

Concessa nominandi facultas si est libere secundum arbitrium alicujus, quomodo intelligatur in concessionibus Regis, & an durante vitis possit vinculari cum substitutionibus p 132 n. 258 & seqq.

In concessionibus factis à Principe, aut Magistrorum ordinum nulla consideratur affectio Regis erga recipientem p 133 n 267.

In concessione quando admittantur expectativa, aut vitæ p. 138. 2. 292. & seqq.

Concessione durante quando conceduntur vitæ, aut prorogationes, an sit nova concessio, vel antiqua p. 141. n. 305 & seqq. & p. 142. pag. 166 n 386. & 387.

Concessionibus debent habere effectum consummatum. p. 143. n. 214 & quare. p. 145. p. 164. n. 374.

In concessionibus vitarum non incipit prima vita nisi post possessionem. p. 145.

De bonis Coronæ à Rege concessis in vitis, aut ad liberam facultatem nominandi in vitis, an possit erigi, & insitui maioratus, & an in dictis bonis sustineatur vinculum, & reguletur per legem mentalem, vel non. p. 151. n. 335 & seqq.

De maioratibus bonorum Coronæ & secundum legem mentalem, vel extra, concessis, & an illis possit erigi maioratus, & quid si revocata sit lex mentalis, & quomodo succedendum sit, & quibus regulis, & quantum duret vinculum, & an sustineri possit, vel non. p. 162. n. 368 369 370 & 371.

Concessio nova non dicitur, si in confirmatione nihil de novo donationi veteri additur, & quare p. 166 n 386.

Concessio facta à Rege de aliquibus bonis Coronæ duobus, primus acquirens præferentiam habet posteriori, & contra illum datur præscriptio. p. 453.

Si Procurator Coronæ petat bona possessa cum excessu concessionis, & secundum forale, tenetur probare concludenter bona esse propria foralis aliàs absolvendus venit Reus. p. 455 n. 307.

Maioratus an inducatur ex verbo Casa, & an sit idem quod maioratus, & quid significet, & an concessio Regis para a casa, sit perpetua, & quid in nomine, & quid sit nomen. p. 390.

Conditio.

In maioratu conditio matrimonium contrahendi probat maioratum institutum esse, & an conditio nubendi cum certa persona sit valida pag. 210 n. 49. ubi etiam quod non sequitis nuptiis non potest succedere vocatus hac conditione.

Et quid in conditione non nubendi nisi ad beneplacitum alterius. Ibid.

In maioratu quando appellatione filiorum veniant nepotes. & quomodo intelligatur conditio, si sine liberis, & quos comprehendat. p. 215. p. 219. 220. 221. & 222. ubi etiam quod deficiat dispositio, si conditio non verificatur. & p. 240.

Donatio maioratus facta in causa dotis continet conditionem, si matrimonium sequatur, licet in scriptura dotali non dicatur, intelligitur, si nuptiæ sequantur, & non sequutis nuptiis non debetur dos, nec erectio maioratus sustinetur. & revocari potest p. 281.

Maioratus institutio, vel alia dispositio sub conditione facta, deficiente conditione cessat, & cæteræ vocationes deficiunt. pag. 282. num. 360.

Maioratum si aliquis faciat cum conditione, si Princeps confirmaverit, & è vita decesserit absque istius gratiæ impetratione, an dicatur maioratus erectus & possit post mortem confirmari p. 306. n. 468.

Maioratus factus in uno casu, non extenditur ad alium, & erectus sub tali conditione, sub contraria censetur ademptus. & manent bona libera. pag. 306. numer. 472. & seqq. ubi multa de maioratu conditionali non verificata conditione, sed contraria, & de substitutionibus conditionalibus. & pag. 307. & 308.

Maioratus non deficit, quando aliquis illum fecit de certis bonis, inter duos unum vocavit ad successionem, alterum sub conditione, si sine filiis, & illis deficientibus dixit, quod talia bona unirentur maioratui, quia in hoc casu si vocatus decedat absque liberis, bona revertuntur ad maioratum, & in omnibus bonis censetur erectus, nisi constiterit testamentum esse falsum, quia tunc devolvuntur ad consanguineum proximiorum tamquam hæredem ab intestato, & cessat vinculum. p. 309. n. 481. & 482. & seqq. ubi etiam quomodo probetur falsitas.

In maioratu, an habeat locum consil. 21. Oldrad. & quando conditio, sine liberis, posita primo vocato censeatur repetita in cæteris substitutis, & ex quibus coniecturis, & in tali conditione posita gravato, ut restituat fideicommissum, cum d. conditione, si sine liberis decesserit, sufficiat, quod naseantur, & si post mortem patris moriantur, ut substitutum excludant à fideicommissio, aut maioratu erecto, hac conditione, & quæ coniecturæ ad hoc sufficiant. pag. 326. num. 570. & seqq. & pag. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. & 336. ubi etiam de repetitione, & de omnibus substitutionibus, & conditione negativa, si liberos non habuerit, & an sit idem cum affirmativa.

Ad maioratum vocatus, cum conditione contrahendi matrimonium, cum alicujus beneplacito, aut cum certa persona, an sit valida, & anteneatur adimplere, & si non adimpleat, privandus veniat p. 431.

In maioratus successione, quando filii positi in conditione, sint vocati p. 436. & 437.

Maioratus clausula circa contraventionem est valida, & exequenda pag. 375. num. 388. & pag. 376. ubi an sit modalis, vel conditionalis.

Maioratus si fuerit institutus cum facultate Regis, an possit revocari. pag. 587. num. 36. ubi etiam quid si fuerit factus cum conditione impossibili, aut turpi, & licita, aut cum modo. & p. 590.

Consignatio. Consignare.

An competat actio contra possessorem bonorum maioratus, in quibus fuit concessa subrogatio, antequam ad effectum producat, effecta tamen consignatione, & contra quem competat, & an extincta sit, & resoluta, & quomodo & quando. pag. 549. num. 728. 729. & pag. 550. & 551. ubi de effectu consignationis, & contractus, qui accepit legem à conventionem contrahentium, & quando detur recursus contra consignantem. & p. 552. ubi etiam quid in evictione.

Consuetudo.

In maioratu succedendi consuetudo per binum actum introducit. p. 315. n. 320.

Corona.

De Coronæ bonis à Rege concessis in vitis, aut ad liberam facultatem nominandi in vitis, an erigi, & institui possit maioratus, & an in dictis bonis sustineatur vinculum, & reguletur per legem mentalem, vel non. p. 151. n. 335. & seqq.

De bonorum Coronæ maioratibus. & secundum legem mentalem, vel extra, & an in illis possit erigi maioratus, & quid si revocata sit lex mentalis, & quomodo succedendum sit, & quibus regulis, & quantum durerit vinculum, & an sustineri possit, vel non. pag. 162. n. 368. 369. 370. 471. Et vide verb. Concessio.

De eo qui possidebat terras Coronæ, de quibus fuit spoliatus, & postea se composuit cum Rege, utrum ex antiquo titulo, vel novo eas habere videatur, & an convalescat maioratus ex eis factus à patre, vel ab avo possessoris, vel tamquam ex novo titulo acquisitæ liberæ maneat, & de duobus titulis, ex quibus possidere dicatur. pag. 288. num. 384. & 385.

Maioratus possessor si vendidit census in bonis maioratus præcedente facultate Regia, an successor teneatur, & quid si facultas fuit data

- data etiam ad bona Coronæ, & si omittatur, an ad illa extendatur. pag. 468. numer. 360. Et an extendatur de una specie ad aliam, & de unis bonis ad alia, & in dubio ad bona Coronæ, vel maioratus. pag. 469. 470. & an post decennium facultas præscribatur, & pag. 471. & 472. & vide ad alium casum pag. 485. & pag. 490. 491. & n. 471. & p. 492. & p. 537.
- Maioratus bona in dubio, an præsumantur illius, vel Coronæ p. 470. n. 370.
- Bona maioratus, aut Coronæ intra terras Coronæ præsumuntur esse de Corona, aut maioratu pag. 471. numer. 376. & pag. 472. explicatur.
- Quid in donatione facta à Principe irrevocabiliter de bonis Coronæ titulo maioratus, an possit donationem revocare, & vocationes mutare in vocatorum præiudicium. p. 587. n. 37. & 38.
- Consanguinitas. Consanguineus.
- In maioratus successione quomodo probanda sit consanguinitas per gradus ad hoc, ut consanguineus admittatur. p. 390. col. 1.
- Si successor maioratus petat bona illius, tenetur probare consanguinitatem proximiorum, & esse ex sanguine institutoris, & qualitatem requisitam, & non esse exclusum. p. 491. n. 467.
- Maioratus successor quando competit actio, debet agere personaliter, aut per procuratorem, & non cum cautione de rato, & si pertineat successio ad mulierem uxoratam, tenetur maritus ostendere speciale mandatum ad agendum, & non admittitur consanguineus cum dicta cautione de rato. pag. 517. n. 583.
- Si institutor dat præferentiam Clericis, præferuntur in successione maioratus, licet remotiores consanguineis proximioribus. pag. 535. n. 658.
- Consensus.
- Consensus filii requiritur ad hoc, ut legitima possit vinculari. Vide verbo Legitima maioratus.
- Consensus unius non sufficit ad hoc, ut contractus dissolvatur p. 375.
- Ad revocationem, seu declarationem maioratus sustinendam, an sufficiat scientia tacita inducta ex temporis transitu, & cursu, & eosdem effectus producat, quam acceptatio expressa declarationis, aut revocationis. p. 623. numer. 208. 209. & 210. & pag. 624. ubi etiam de illo qui tacet, an videatur consentire, & præstare consensum.
- Contractus.
- Contractum non potest impugnare contrahens, neque hæres, sed debet servari ab utroque.
- pag. 176. numer. 411.
- Contractus habet vim legis. pag. 248. n. 198.
- Contractus conclusio attenditur, & non tractatio faciendi. pag. 196. n. 1. ad hoc, ut maioratus perficiatur.
- Contractus non dicitur perfectus ex tractatu, sed ex conclusione pag. 283. numer. 367. & seqq. & an inducatur ex verbis antecedentibus, & subsequentibus p. 283. 284. & 285.
- An competat actio contra possessorem bonorum maioratus, in quibus fuit concessa subrogatio, antequam ad effectum producat, effecta tamen consignatione, & contra quem competat, & an extincta sit, & resoluta & quando, & quomodo pag. 549. numer. 728. 729. & pag. 550. & 551. ubi de effectu consignationis, & contractus, qui accepit legem à conventionem contrahentium, & quando datur recursus contra consignantem. & pag. 552. ubi etiam quid in evictione.
- Maioratus irrevocabilis in contractu instituitur, & dicitur irrevocabilis, si ita dicatur, vel acceptetur, & tradantur bona, vel dentur clausulæ importantes irrevocabilitatem, de quibus p. 581. n. 5.
- Maioratus institutor si reservavit facultatem alterandi, & revocandi per scripturam publicam, an possit disponere per epistolam, & quando requiratur scriptura de substantia, vel ad probationem, & an dicatur contractus perfectus, antequam facta fuerit. pag. 584. numer. 21. & seqq. ubi de verbis: Por escritura publica, e de outra maneira não valerá. Et de verbis: Virá a mim para a confirmar. Et an sint conditionalia. pag. 585.
- Contradicere. Contradictio.
- Si acceptata fuerit dispositio maioratus ex possessione rei, & ex exactione fructus, tunc non potest vinculum gravaminis contradicere. p. 241. n. 84.
- Maioratus dicitur approbatus, si absque contradictione fructus fuit filius post divisionem, & separationem ad maioratum. pag. 306. n. 470.
- Contraventio.
- Maioratus clausula circa contraventionem est valida, & exequenda pag. 375. numer. 388. & pag. 376. ubi an sit modalis, vel conditionalis.
- Si maioratus possessor non obediat voluntati testatoris, lucrum ex ea capere non potest, sed debet privari ex contraventione p. 477. n. 398. & p. 479. n. 406. & quid in fructibus. n. 407. p. 479.
- Contraventio maioratus quando non obliget, & non habeat locum. pag. 507. numer. 536. & seqq.

Contraventio maioratus, quando noceat hæredibus, aut successoribus, vel non. pag. 508. n. 540 & seqq. & quid si inveniatur verba, ferã privado do dito morgado elle, e leus successores, & ibi: Deixar, e empregar ametade das terças. & p. 509. & 510.

Creditor.

Creditor si succedat debitori an, & quando confundatur actio. pag. 169. vers. licet, & pag. 170.

Curator.

Actio pro consequendis bonis maioratus non potest intentari à curatore, tutore, aut administratore minoris successoris maioratus, quando est dissipator, aut habet litem cum minore circa res maioratus, aut debita illius. p. 536. n. 664. & seqq.

Et ex tali causa potest removeri Ibid. n. 667. ubi etiam quando dicatur suspectus, & possit removeri.

D

Damnificatio. Damnum.

A *Rbores positæ, & plantata in bonis, & fundo maioratus, aut dato, & diviso per permutationem, de qua constat per confessionem in precibus factam, aut transactionem, cui competant, & ad quem pertineat actio pro illis consequendis. pag. 569 numer. 814. & 815. ubi etiam quando transactio obstat, vel non in parte ad totum, quando in parte fuit iudicatum contra illam. an idem iudicandum sit in alia, & de damnificatione bonorum maioratus. & p. 570. & 571.*

Debitor. Debitum

Debitor si succedat, aut hæres existat creditoris confusione, tollitur obligatio, & quando, & quare. pag. 169. vers. licet, & p. 170. explicatur.

Maioratus, an sustineatur non sufficientibus bonis ad debita institutoris solvenda. pag. 293. num. 412. & seqq. maxime si sint debita realia, & quando talia dicantur, & quando maioratus successor teneatur ad debita antecessoris solvenda. pag. 294. pag. 301. num. 441. ubi etiam quod teneatur in subsidium. p. 302 & 303. 304. & 305. & p. 352.

Maioratus dicitur erectus, quando institutor, inquit, faço terço. Et quare, & quomodo ad illius erectionem faciendam, ex residuo solvenda sint debita contracta antea, & post matrimonium, & ex qua parte, & quomodo, & quando ad hoc, ut residuum vinculetur p. 382. & p. 384. 385. 386.

Debita maioratus quando teneatur possessor solvere, vel non. p. 479. n. 408.

Maioratus bona, an possint vendi pro solutione debiti institutoris p. 499. n. 480.

Maioratus successoris competit actio ad consequenda debita, que pertinent ad maioratum ad hoc, ut emantur bona stabilia. p. 526. n. 616 & 617.

Et quid si debita, ex quibus fit, sint institutoris. p. 532. n. 642. & 643.

Actio pro consequendis bonis maioratus non potest intentari à curatore, tutore, aut administratore minoris successoris maioratus, quando est dissipator, aut habet litem cum minore circa res maioratus, aut debita illius p. 536. n. 664. & seqq.

Et ex tali causa potest removeri. Ibid. n. 667. ubi etiam quando dicatur suspectus, & possit removeri.

Maioratus possessor, quando teneatur solvere debita antecessoris realia, & decursus census, qua originem trahunt ab institutore. p. 574. n. 834. & seqq.

Maioratum instituens per contractum irrevocabiliter, an possit alterari, & revocari ad institutoris maioratus debita solvenda. pag. 587. n. 39.

Decedere.

Maioratus non deficit quando aliquis illum fecit de certis bonis inter duos, unum vocavit ad successionem, alterum sub conditione si sine filiis, & illis deficientibus dixit, quod talia bona unirentur maioratus, quia in hoc casu si vocatus decedat absque liberis, bona revertuntur ad maioratum, & in omnibus bonis censetur erectus, nisi constiterit testamentum esse falsum, quia tunc devolvuntur ad consanguineum proximiorum tamquam hæredem ab intestato, & cessat vinculum. pag. 309. num. 481. & 482. & seqq. ubi etiam quomodo probetur falsitas.

Declaratio. Declarare.

Declarare voluntatem paternam potest filius, qui vinculum maioratus fecit de suis legitimis p. 30. n. 61. & p. 41. n. 118.

Declaratur voluntas ex dictis ante testamentum, & ipsa declaratio præsumitur continuata, & non mutata p. 42. n. 122.

Declaratio potest à Principe concedenti fieri, & tenetur p. 166. n. 388.

In maioratus successione, an admittatur declaratio successoris, aut hæredis in bonis liberis & quia sit declaratio. pag. 432. num. 190. & 191.

Maioratus si est irrevocabiliter constitutus, non potest revocari, & in illo vocati debent includi, & excludi vocati in secundo, nisi institutores reservassent facultatem declarandi, aut faciendi vocationes, quia tunc secundum reservationem possunt declarare, &

voca-

- vocationes alterare, tam tacite, quam expresse, & si non utatur de reservatione, vocationes antecedentes subsistunt in eodem statu & si de reservatione utatur, non potest alterare maioratum, sed solum vocationes, quia in substantia manet firmum, exemplificatur p. 583. n. 14 usque ad n. 17.
- Maioratus institutus irrevocabiliter non potest declarari circa substantiam, sed potest super re dubia facere declarationem, & quare p. 583. n. 18. 19 & 20.
- Si maioratus sit erectus per testamentum cum prohibitione alienationis, an possit declarari, aut revocari per codicillum, & de ejus effectu, & quae possint facere in codicillis, & de eorum dispositione. pag. 586. n. 31. 32. 33 & 34. ubi quando dicatur factus codicillus, & an licet habeat nomen codicilli, possit dici testamentum, & quando primus codicillus revocetur per secundum, vel non, & pag. 587.
- Maioratus erectus per transactionem manet irrevocabilis, & non potest revocari à transigentibus, & secundum transactionem regulanda est successio. pag. 587. n. 40 & 41 & pag. 588. 589. 590. & contra illam nihil potest postea declarare, nec dividere bona erigendo duos maioratus, sed tantum conservandus est unus juxta formam transactionis, nec potest succedere Clericus proximior, quando institutor inquit, eum non vocare, quia ille vult esse Eclesiasticus, & pag. 592 & seqq.
- Maioratus institutor licet non possit revocare, nec alterare maioratus substantiam, potest tamen per viam declarationis declarare vocationes, in quibus potest dari dubitatio, & facere maioratum regularem, licet fuisset factus irregularis ex facultate nominandi, ex qua permisit primum vocatum eligere debere de duobus filiis, ille qui fuisset magis obediens, & ne dubitaretur qualis esset, potest revocare hanc electionem, & nominationis facultatem, & vocare primogenitum relicto juniore, ut dubia evitentur, & declarare de illo intellexisse, ad multa. pag. 621. num. 188. & seqq. ubi etiam de verbis; qual the for mais obediens, & quomodo intelligi debeant, & nominatio dicatur libera, vel restricta, & maioratus nominationis possit reduci ad maioratum successionis, & p. 622. & seqq.
- Quando nominatio maioratus dependet ex futuro eventu, & potest esse, vel non esse facta nominatio de uno, & antequam nominetur, non detur jus acquisitum, potest revocari facultas nominandi, & admitti declaratio potest ab instituente, ex qua declaret, de quo intellexisset, ut dubia evitentur, & ipse, de quo fecit declarationem, admittendus venit ad maioratus successionem. pag. 622. n. 197. & seqq.
- Facta institutione maioratus ad filiorum successionem, & nominationem potest institutor declarare in separata institutione, de quo censuerit. pag. 622. n. 198. & 199. & p. 623. & n. 203 & 204.
- Institutor maioratus potest declarationem suae voluntatis valide, & juridicè alteri comittere ad declarationem faciendam circa vocationes maioratus, & illi declarationi statueret, & quando. pag. 623. numer. 200. 201. & 202.
- Maioratus institutoris declaratio potest probari non solum ex instrumento declarationis, sed ex testibus p. 623. n. 205.
- Ad revocationem, seu declarationem maioratus sustinendam, an sufficiat scientia tacita, inducta ex temporis transitu, & cursu, & eosdem effectus producat, quam acceptatio expressa declarationis, aut revocationis. p. 623. numer. 208. 209. & 210. & pag. 624. ubi etiam de illo, qui tacet, an videatur consentire, & prestare consensum.
- Si maioratus erectio fuerit facta per donationem inter vivos, aut causa mortis, an habeat locum revocatio, vel declaratio, & quando dicatur donatio inter vivos, vel causa mortis, ad hoc, ut possit revocari, vel non pag. 639. num. 298. & seqq. & an caducet per obitum donatarii ante mortem donantis, vel transeant ad heredes bona, vel revertantur ad donantem. n. 301. & 302.
- Erectio, aut donatio si fuerit dubia, licet perfecta, & irrevocabilis, potest à donante, aut institutore declarari, & asserere, de quo intellexit, & talis declaratio observanda est, quia non mutatur substantia vinculi, sed declaratur, de quibus loquutus fuit, & quando sit erectio irrevocabilis, vel revocabilis. p. 641.
- Si pater instituat maioratum irrevocabilem in filium, aut filios, & ejus descendentes, an possit ex intervallo declarare, quod intellexerit de filiis masculis, & non de feminis, & quid si verba sint dubia p. 641.
- Dilectum.
- Maioratus privatio, aut exclusio an habeat locum propter delictum commissum à futuro successore contra patrem, aut alium possessorem. p. 499. n. 483.
- Descendentes.
- Maioratus factus per viam dotis ad aliquod matrimonium, & ad illius descendentes, si deficiant, & existant transversales, an remaneant bona libera, & dotata possit de illis disponere, vel censeantur vocati transversales,

versales, & ad illos extendatur, vel non, & quando fuerit erectus ad certas personas, an illis deficientibus extingatur, vel ad transversales pertineat, vel non, & quando pag. 202. & 203. & seqq. ubi etiam, an transversales sint de linea recta, vel tantum descendentes, & quando succedant, vel non, ad multa usque ad pag. 216. ubi multis concluditur, & numer. 217. & usque ad pag. 226.

Ad maioratus erectionem renuntiatio facta intuitu Religionis, eo quod renuncians in Religione profiteri vult: tunc in omnem eventum renuntiasse censetur, & fideicommissum, aut maioratus censetur institutus, quamvis descendentes, ad quorum contemplationem factus fuit maioratus, vivo patre deficiant, & illis deficientibus, succedit primo loco institutor, & renuncians potius, quam transversalis. pag. 225 num. 123. & pag. 226. ubi etiam quod si deficiant, succedit Monasterium.

Si maioratus titulo sit facta à patre donatio, vel melioratio contemplatione certi matrimonii in favorem filii, vel descendendum suorum, in eorum defectum substituti, & vocati sint transversales consanguinei, si matrimonium dissolvatur per mortem filii, nullis liberis relictis, an cesset maioratus, vel possit revocari respectu transversalium. p. 226. n. 125.

In maioratu prohibitio alienationis in favorem descendendum, & filiorum an, & quando fieri possit. pag. 404 num. 139. & seqq. ubi etiam de differentia inter alienationem prohibitivam, & præceptivam ex verbis, peço, e rogo, pag. 404. ad fin. & pag. 405. ubi quod prohibita alienatione, valida est in vita alienantis, sed post mortem resolvitur. Et quid quando est permissa inter aliquos, & prohibita inter alios, & vide contr. p. 406.

Si pater instituat maioratum in filium irrevocabilem, aut filios, & ejus descendentes, an possit ex intervallo declarare, quod intellexit de filiis masculis, & non de feminis, & quid si verba sint dubia. p. 641.

Determinatio.

Nisi maioratus fuerit erectus, & institutus ad matrimonium, vel ad certas personas limitatus, & institutor exprimeret aliquas conditiones, aut vocationes, reservavit, & non apparet determinatio certa: tunc enim manet maioratus erectus, & quomodo, & quando, & an succedant transversales. pag. 226. num. 126. & p. 227.

Dies.

Maioratus an dicatur erectus à die emptionis

bonorum ad maioratum factæ ab eo, qui apud se habebat pecunias, & solvebat redditus, an vero à die sententiæ approbationis. p. 266. n. 294. vers. ex quibus.

Dissipare. Dissipator.

Maioratus possessor si dissipat bona, privandus venit à successione maioratus. pag. 498 num. 475.

Actio pro consequendis bonis maioratus non potest intentari à curatore tutore, aut administratore minoris successoris maioratus, quando est dissipator, aut habet litem cum minore circa res maioratus, aut debita illius. p. 536 n. 664 & seqq.

Et ex tali causa potest removeri. Ibidem num. 667. ubi etiam quando dicatur suspectus, & possit removeri.

Distractus.

Quando competat actio successoris maioratus pro consequendo censu illius, & cui pro pretio distractus, aut redemptionis p. 547 num. 721 & seqq. & p. 548.

Divisio. Dividere.

Divisio operis laudatur, & quem effectum producat p. 1.

Divisio bonorum si non intervenit probat bona esse maioratus, si ut talia possessa sunt. pag. 10. n. 19.

Divisionem potest facere pater inter filios in vita, & observanda est, adeo ut, non possit revocari. p. 78. n. 148.

De præjudicio divisionis in maioratu. pag. 161. n. 365.

Ex divisionis, & alienationis prohibitionem maioratus conjectura resultat, & quid veniat appellatione alienationis. pag. 161. n. 263. & quomodo, & quando procedat & pag. 364 & 365.

Divisio quanto tempore præscribatur. pag. 249. n. 202.

Factus, & erectus maioratus ex dispositione expressa potest institutor eligere bona ad hoc, ut vincula maneat, & si habeat filios, potest assignare bona ad legitimam vinculanam, aut ad tertiam in maioratus erectionem, & secundum hanc voluntatem debent fieri partitiones, & divisiones, & solutionem dare ad maioratum pag. 232. numer. 154. & seqq.

Maioratus manent bona adjudicata & aggregata ex divisione, & partitione, & assignatione testatoris, & vinculum erectum est, & si adjudicentur alia diversa vinculo, nihil valet, & potest successor tertiæ, aut bonorum assignatorum petere titulo maioratus declarata, & assignata. & si filius non fecerit inventarium, licet bona assignata excedant tertiam, & habita fuerint sicut bona maioratus,

- ratus, & ut talia scripta, observari debet vinculum, & in omnibus dicitur erectum pag. 232. n. 155. & 156 & pag. 233 pag. 237. & p. 241.
- Maioratus bona ut dicantur, requiritur quod sint adjudicata in partitionibus, & divisionibus, & non sufficit dispositio de illis facta, ad hoc ut dicantur vinculatæ pag. 237. n. 175 & quare n. 176 & p. 241.
- Nisi constiterit in divisione assignata, & adjudicata esse bona ad maioratum, non dicuntur bonâ maioratus p. 237 & 238.
- Et ante divisionem, partitionem, & assignationem hæres maioratus habet jus reale, & verum dominium in bonis, quia transactio, aut illius continuatio non tollitur ex incertitudine sicut in possessione. pag. 240. n. 180. & quare. p. 241.
- Si aliquis fecit maioratum per contractum inter vivos de omnibus bonis suis, & postea contraxit matrimonium, ex quo filii nati sint, licet bona sint nominata, & habitasicuti bona maioratus, tantummodo monet institutus in tertia, & non potest successor talia bona reivindicare, nec divisionem, aut partitionem de dictis bonis facere. p. 244. n. 191.
- Vinculum maioratus debet regulari secundum divisionem, aut partitionem factam in iudicio divisorio, & ex illa debet erigi maioratus apud iudicem residuorum, licet jam sit erectum per alias partitiones, quæ reformatae fuerunt propter debita institutoris, quia ultima divisio servanda est, & juxta illam faciendum est vinculum, & erigi debet maioratus. pag. 273 numer. 308. & 309 & pag. 274.
- Divisio facta contra transactionem, & sententiam latam est nulla p. 454. n. 306.
- Si non constat de adjudicatione divisionis, aut partitionis ad maioratum, dicuntur bona libera, & non maioratus, maxime si non constat de residuo, ex quo erectus fuit. pag. 322. n. 548.
- Maioratus bona non possunt dividi, nec bona Coronæ, & si dividantur, præsumitur esse libera p. 375 n. 43.
- Conjectura maioratus resultat ex conservacione bonorum, & divisione p. 412 n. 176.
- Maioratum probatur institutum esse, si in divisione separata fuerunt bona, ut maioratus, aut in inventario confessus fuit hæres ultimi possessoris, talia bona esse maioratus, & de confessione uxoris post mortem viri facta in inventario, maxime si fuerit approbata per sententiam, aut arbitros. pag. 416. n. 177. & p. 417.
- Maioratus divisio quando repetatur, aut dicatur permissa ab institutore in duobus vocatis, vel non. pag. 522 col. 1. & 2. & 523.
- Et quando bona maioratus sunt divisa inter aliquos competit actio reivindicacionis successoris, aut possessori maioris partis maioratus p. 554. n. 744 & 745.
- Dolus.
- Dolus non præsumitur, & quomodo probetur, & an habeat locum in dubio eventu. pag. 70. n. 107.
- Dominium.
- Maioratus possessor, an habeat dominium illius p. 70. n. 106.
- Maioratus quando acquiratur, vel non, dominium per annexationem, aut obligationem annexandi p. 75 n. 128 & seqq.
- Dummodo probetur, quod bona maioratus vinculo affecta sunt, & in dominio institutoris. Ibid. & p. 248.
- Dominium alicujus maioratus, aut Capellæ, ex quibus probari possit fuisse de aliqua familia, & ex quibus præsumatur identitas familie, & an, & quando, & quibus competat actio etiam contra titulum possidentem pro eis recuperandis p. 438. n. 201.
- Reivindicare desiderans agrum maioratus, quem dicit esse illius, quando est possessus à tertio, debet principaliter probare institutorem fuisse dominum, & habere dominium illius rei, de qua agitur. pag. 444 numer. 231. 232. 233 & 234.
- Dominium maioratus in antiquis quomodo probetur, & quando competat reivindicatio ex illius probatione p. 451.
- Maioratus successoris non competit reivindicatio, nisi probet rem esse in dominio institutoris, ut requiritur, ad hoc ut institutio valeat. p. 366 col. 2.
- Maioratus alicujus, aut Capellæ dominium, ex quibus probari possit, fuisse de aliqua familia, & ex quibus præsumatur identitas familie, & an, & quando, & quibus competat actio etiam contra titulum possidentem pro eis recuperandis. p. 438. n. 201.
- Reivindicare desiderans agrum maioratus, quem dicit esse illius, quando est possessus à tertio debet principaliter probare, institutorem fuisse dominum, & habere dominium illius rei, de qua agitur. pag. 444 num. 231. 232. 233 & 234.
- Maioratus dominium in antiquis quibus modis probetur pag. 451. Et quando competat reivindicatio ex illius probatione pag. 452. & pag. 457. & pag. 561. & seqq. explicatur.
- Maioratus quando constat esse bona, & possessa ab uno successore, licet postea dividantur, probatur dominium, & competit actio successoris. pag. 459. col. 1. & 2. ubi etiam

- quando disposuit de medietate bonorum.
- Si Reus probet bona petita non esse maioratus, & Actor non probaverit dominium, venit Reus absolvendus, quia sine dominii probatione non potest obtinere in reivindicatio- ne. p. 481 & 482. n. 422.*
- Si petens maioratum non probet concludenter dominium, excludendus est, & quare, & quomodo probare debeat. pag. 491. num. 470. verj. potest, & p. 461. & seqq.*
- An, & quando probetur bona esse maioratus, & dominium institutoris ad hoc, ut actio competat pag. 546. num. 715. & seqq. & pag. 547.*
- At ut competat reivindicatio pro bonis maioratus consequendis, requiritur ex parte Actoris probatio dominii, & ex parte Rei possessio p. 561. n. 761.*
- Et in hac actione probatio dominii debet esse concludens, & clara, & non conjecturalis, quæ solum admittitur, quando agitur incidenter per exceptiones, & non quando agitur principaliter de reivindicatio, & quibus modis probetur tale dominium, late ostenditur pag. 561. & seqq. & n. 761. & seqq. usque ad pag. 569 ubi etiam, an probetur ex possessione, & ibi multa de probatione dominii, & quod deficiente probatione dominii Reus absolvendus venit.*
- Domus.
- Maioratus, an inducatur ex verbo, Domus, & an sit idem, quod maioratus, & quid significet, & an concessio Regis para a casa sit perpetua, & quid in nomine, & quid sit nomen. p. 390*
- At que ita probari debet bona esse maioratus, aut de maioratu, ut in facto de domo, dicuntur etiam de maioratu bona adjacentia, & insula injuncta domui p. 438.*
- Vide verb. Concessio.*
- Donatio.
- De donatione, quæ nuncupatur de Camera Cerrada, & facta nomine arrarum, & quando valeat inter sponsam, & sponsam. p. 111. n. 22. 23. 24. & seqq. ubi explicatur.*
- Donatio ab sponso in sponsam collata, cujus effectus in futuri matrimonii tempus conferatur, est nulla pag. 11. n. 25. & pag. 12. n. 26. & 27. explicatur usque ad n. 34. & p. 13.*
- Donatione non potest facere possessor maioratus in præjudicium successoris. pag. 70. n. 100. & seqq.*
- Donatione, an habent locum evictio. p. 71. n. 114.*
- Donatario quando transferatur dominium, & competat actio reivindicatio. p. 76. n. 131. & 132.*
- Donatio, an dicatur nova, quando confirmatur, p. 166. n. 386,*
- Si maioratus titulo sit facta à patre donatio, vel melioratio cõtemplatione certi matrimonii in favorem filii, vel descendantum suorum, in eorum defectum substituti, & vocati sint transversales consanguinei, si matrimonium dissolvatur per mortem filii nullis liberis relictis, an cesset maioratus, vel possit revocari respectu transversalium. p. 226. n. 125.*
- Maioratus donatio an, & quando fit ex causa, & contemplatione certi matrimonii sit matrimonium causa finalis, vel impulsiva. pag. 280 n. 353.*
- Donatio maioratus facta in causa dotis continet conditionem, si matrimonium sequatur, licet in scriptura dotali non dicatur, intelligitur, si nuptiæ sequantur, & non sequutis nuptiis non debetur dos, nec erectio maioratus sustinetur, & revocari potest p. 281.*
- Maioratus institutor si reservet facultatẽ alterandi, & non appareat revocatio, aut dispositio, vinculum subsistit secundum primam erectionem, sicut sustinetur donatio inter virum ad uxorem, quia si non revocetur, morte confirmatur, & in aliis donationibus, & erectionibus, & etiam facultate nominandi, & quis debeat tunc succedere p. 288. col. 1. ubi etiam, an bona reservata pertineant ad hæredem, vel successorem.*
- Maioratus institutio facta per donationem, & dotem inter vivos an, & quando sit revocabilis, vel irrevocabilis, & inter vivos, non obstante mentione mortis. p. 351.*
- Si aliquis fecit donationem simpliciter inter vivos, & postea fecit testamentum, in quo de dictis bonis fecit maioratum vocans donatarium, & ille capiat possessionem virtute testamenti, aut faciat aliquem actum approbationis, tunc censentur bona donata esse de maioratu, & ex his actibus approbationis probatur. p. 438 n. 200.*
- Alienatio facta in fraudẽ maioratus creditoris revocatur, & intra quod tempus revocari debeat. p. 513. n. 561. 562. & 563. ubi an producat in donatione facta titulo lucrativo, vel etiam in oneroso.*
- Si maioratus fuerit institutus per contractum, aut donationem, non potest revocari eo prætextu, quod non fuerit donatio, aut institutio insinuata, quia in maioratus institutione non requiritur insinuatio. pag. 610. numer. 147.*
- Maioratus factus, & erectus per contractum, & donationem ex filiorum nativitate intra legitimas revocatur, & solum sustinetur in tertia. p. 611. n. 148.*
- Si maioratus fuerit factus per donationem factam filio existenti sub patria potestate per viam*

viam dotis ad matrimonium contrahendum, aut talis donatio, aut dos possit consistere inter patrem, & filium, & sic revocabilis, aut irrevocabilis, ita ut non possit postea pater erectionem maioratus, aut vinculum facere de ipsismet bonis, & titulo maioratus relinquere in præjudicium hæredum filij, nepotis, aut uxoris, aut aliorum pag. 632 numer. 266 & seqq. & pag. 634. numer. 280. Quibus modis possit pater facere donationem, aut dotem filio in capitulis matrimonialibus, & quando nepotes succedere possent, ut hæredes, aut ex propria persona, & quid si detur approbatio, & capiat possessionem ex titulo revocante, & censeatur prima dispositio renuntiata. pag. 638. numer. 294. 295 & 296. ubi explicatur.

Si maioratus erectio fuerit facta per donationem inter vivos, aut causa mortis, an habeat locum revocatio, vel declaratio, & quando dicatur donatio inter vivos, vel causa mortis, ad hoc ut possit revocari, vel non. pag. 639. numer. 298. & seqq. & an caducet per obitum donatarii ante mortem donantis, vel transeant bona ad hæredes, vel revertantur ad donantem. n. 301. & 302.

Donatio, aut erectio maioratus quando dicatur perfecta ad hoc, ut non possit revocari. pag. 640. n. 312.

Erectio, aut donatio si fuerit dubia, licet perfecta, & irrevocabilis, potest à donante, aut institutore declarari, & asserere, de quo intellexit, & talis declaratio observanda est, quia non mutatur substantia vinculi, sed declaratur, de quibus loquutus fuit, & quando si erectio irrevocabilis, vel revocabilis. p. 641.

Dotare.

Dotare, vel alimentare, an teneatur possessor maioratus, vel non, & quando pag. 165. numer. 376.

De dotatis bonis, an possit disponi per testamentum. p. 198 n. 18.

Dotes quomodo solvendæ sint. p. 224

De dotis differentia, quando est factus ad favorem filie, aut filii ut extranei, & quando possit agi ad restitutionem. p. 248. n. 197.

Ex dote non potest dotans facere maioratum. p. 248. n. 199.

Dos soluto matrimonio integra, & sine ulla diminutione debet uxori restitui. Ibid.

Obligatio facta de bonis dotalibus ad nihil reducitur etiam facta cum uxoris consensu. p. 248 n. 199.

Dotem promittens certæ quantitatis quotannis, si præstet alimenta in domo censeatur solvisse ex dictis alimentis. p. 268. col. 2.

Dotata si fuerit hæres mariti, an possit repetere dotem sibi debitam. Ibid.

In dotem dari potest maioratus commoditas in vita possessoris. p. 180. n. 430.

Ad maioratum si renuntietur legitima, & monialis antequam professionem emittat, ac postea cum clausula, ut in illis succedat persona certa, & determinata, an possit facere maioratum talium legitimarum, nec vinculum in illis erigere contra pactum renuntiationis factæ à monasterio, sed potest vinculum instituire ex tertia, & eligere proprietatem ad hoc, & quid si fiat per viam dotis, & de filii legitima, si ille facit, consentit pag. 181 pag. 438 & 439 & pag. 182. & seqq. ubi etiam de dotis interesse, & estimatione, & quando debeantur.

Maioratus factus de dotalibus bonis, & dotatis, an comprehendat bona empta cum usufructu honorum, & in illis consistere possit, & dicatur factus, & erectus. pag. 193. n. 507.

Si per viam dotis cum aliquo nuptiæ sequantur, aliud est facere maioratum, aliud promissio faciendi maioratum. pag. 197. numer. 2.

Maioratus factus irrevocabiler si constitueus maioratum in scriptura dotali in matrimonii favorem dicat factas habere vocationes in testamento facto, si tale testamentum non apparet, licet ostendatur aliud factum post dotem, non dicitur factus maioratus, nec habetur pro facto, nec regulari debet per vocationes testamenti posteriores, quia de rebus donatis non potest facere testamentum, illius enim factio impeditur in rebus donatis. pag. 198 numer. 17. & seqq.

In institutione maioratus si non apparet testamentum relatum, ad quod fuerunt relatæ vocationes, non est regulanda successio per vocationes testamenti posterioris ex quo non potest maioratus haberi pro facto in præjudicium dotatæ, sed tantummodo constituenda est Capella absque vinculo, & in bonis illius succedere debet nominatus à dotata decedente absque liberis ipsius matrimonii, cujus contemplatione dos constituta fuit per viam maioratus cum relatione ad testamentum factum, de quo non constat, & non ad testamentum faciendum exhibitum, ex quo non potest haberi maioratus pro facto, sed solum erigenda est Capella in forma illius facta in dote, & ex bonis solum deducenda legata pia, & cætera bona manent libera ad hoc, ut dotata de illis disponat & indivisa conserventur. pag. 199 n. 21. & seqq.

- Maioratum asserens esse factum, ut constabat ex scriptura, licet postea dotet bona absque vinculi mentione, an censeatur ex una, & altera institutione maioratus erectus, vel censeatur per ultimam dispositionem revocatum p. 202 n. 27. usque ad 32.*
- Maioratus factus per viam dotis ad aliquod matrimonium, & ad illius descendentes, si deficient, & existant transversales, an remaneant bona libera & dotata possit de illis disponere, vel censeantur vocati transversales, & ad illos extendatur, vel non, & quando fuerit erectus ad certas personas, an illis deficientibus extingatur, vel ad transversales pertineat, vel non, & quando pag. 202. & 203. & seqq. ubi etiam, an transversales sint de linea recta, vel tantum descendentes, & quando succedat, vel non, ad multa usque ad pag. 216. ubi multis concluditur. & n. 217. & usque ad p. 226.*
- Maioratum qui facit per viam dotis, an censeatur apponere clausulas consuetas ad successionem illius necessarias, ad hoc ut conservetur in omnibus transversalibus, vel in aliquibus. Ibid. & pag. 205 & 206 & pag. 216. & 217. ubi respondetur ad Molinae argumenta in contrarium. & pag. 218. & 219. ubi etiam quando detur extensio de casu ad casum, vel de persona ad personam ex verbis maioratus, & usque ad p. 226.*
- Si filios non habeat institutor, servanda est ejus voluntas, & si eos habeat in tertia assignata, in quibus manet erectus maioratus, nisi sint aliena, aut dotata, & Judex residuorum non potest in hac materia procedere. p. 245. n. 192. & p. 246.*
- Maioratus nulliter subjiciuntur bona dotata, & quare p. 248. n. 199.*
- Maioratus debitum concurrans cum debito dotis, quod habeat preferentiam, & an detur hypotheca p. 269 col. 2.*
- Maioratus erectus si fuerit in contractu dotali, ex quo filii habent jus questum, nec per ingratitudinem potest revocari, sed manet irrevocabilis. p. 276. n. 325.*
- Si in contractu dotis fuit promissa certa quantitas pecunie cum vinculo maioratus, ad hoc ut emerentur bona ad illius erectionem, & postea empta fuerunt absque declaratione à marito, an hæc bona dicantur empta ad erectionem maioratus ex dicta pecunia ad emendam rem tradita, & si postea vendantur, competat successorii reivindicatio, ad hoc ut declaretur, talem emptionem fuisse factam ad maioratum p. 279. n. 346.*
- Utrum maioratus erectio facta in dote, & in capitulis matrimonialibus restricta, & limitata ad filios unius matrimonii, eo non se-*
- quato extendatur ad filios alterius matrimonii, vel cesset maioratus, & possit revocari p. 281. n. 357.*
- Si bona erant data per titulum dotis de bonis donatis, non potest vinculum postea factum sustineri, sed est constitutio, & erectio maioratus nulla p. 291. n. 406 & seqq.*
- Maioratus si fuerit erectus, & institutus à marito, & uxore, & vocatis ad illius successionem duobus filiabus, post illorum mortem cum facultate nominandi si filia è vi a decedant absque successione, possit superstes nominare consanguineum, & an possit revocare, seu alterare maioratum per viam dotis & maneat erectus, & factus, licet nominatus successisset, post ejus obitum devolvitur successio titulo maioratus. pag. 316 num. 528. & seqq. usque ad pag. 321. ubi ad multa.*
- Quando dos reperitur facta illi personæ, quæ ad vinculum post mortem alicujus vocata erat, nihil facit dotans, quam citius dominam facere maioratus quæ traditus ad illum deventurus erat, & an talia bona comprehendantur in vinculo. p. 321. n. 546.*
- Post maioratus institutionem factam, si de illa non utatur, sed potius contrarium, & præcedat dos, non dicitur factus maioratus, sed præscriptus. p. 373. n. 36 & p. 374.*
- Dotare. Dos.*
- Maioratus bona an possint alienari pro solutione dotis p. 535. n. 661.*
- Quando bona vinculanda sunt in maioratu, contra quem competat actio, ad hoc ut vinculentur pag. 542 num. 700. & 701. & pag. 543. & quid si bona sint dotata, & emphyteutica, & an in dote sit necessaria licentia domini directi, vel non, & teneatur solvere hæres beneficiatus vel non, & hæreditas dicatur solvendo, vel non. & pag. 544 & 545.*
- Erectio maioratus facta per viam dotis & acceptata, est irrevocabilis & etiam facultas nominandi data in ea, licet habeat clausulas importantes libertatem revocandi per verba, poterit & quomodo intelligantur, & quid si concedatur nominandi facultas inter filios, consanguineos, & illis deficientibus, secundum suum arbitrium, an possit nominari extraneus, & omitti consanguineus, & ad multa circa materiam. pag. 611 num. 149. & seqq. & pag. 612. An possit revocare facultatem, & ibi multa de intellectu verbi, pollum, poterit, poterit. & pag. 613. & 614.*
- Si maioratus fuerit factus per donationem factam filio existenti sub patria potestate per viam dotis ad matrimonium contrahendum, an*

an talis donatio, aut dos possit consistere inter patrem & filium, & sit revocabilis, aut irrevocabilis, ita ut non possit postea pater erectionem maioratus, aut vinculum facere de ipsismet bonis & titulo maioratus relinquere in præjudicium hæredum, filii, nepotis, aut uxoris, aut aliorum pag 632 numer. 266 & seqq & pag 634 numer 280. Quibus modis possit pater facere donationem, aut dotem filio in capitulis matrimonialibus, & quando nepotes succedere possent, ut hæredes, aut ex propria persona, & quid si detur approbatio, & capiat possessionem ex titulo revocante, & censeatur prima dispositio renuntiata pag 638 num 294. 295 & 296. ubi explicatur.

Dubitatio. Dubium.

Institutor maioratus, licet non possit revocare, nec alterare maioratus substantiam, potest tamen per viam declarationis declarare vocationes, in quibus dari potest dubitatio, & facere maioratum regularem, licet factus fuisset irregularis ex facultate nominandi, ex qua permisit primum vocatum eligere debere de duobus filiis, illum, qui fuisset magis obediens, & ne dubitaretur qualis esset, potest revocare hanc electionem, & nominationis facultatem, & vocare primogenitum relicto juniore, ut dubia evitentur, & declarare de illo intellexisse, ad multa p. 621 numer. 188. & seqq ubi etiam de verbis: Qual the for mas obediens, & quomodo intelligi debeant, & nominatio dicatur libera, vel restricta, & maioratus nominationis possit reduci ad maioratum successionis. & p. 622. & seqq.

Quando nominatio maioratus dependet ex futuro eventu, & potest esse, vel non esse facta nominatio de uno, & antequam nominetur, non detur jus acquisitum, potest revocari facultas nominandi, & admitti declaratio potest ab instituyente, ex qua declarat, de quo intellexisset, ut dubia evitentur & ipse, de quo fecit declarationem, admittendus venit ad maioratus successionem p 622. numer. 97. & seqq.

Duo.

Maioratus erectus ex duabus causis, an si una cesset, alia existat, sufficiat ad illum sustinendum pag. 281. col. 2. ad fin. & pag. 282. ubi etiam, an duret in transversalibus, & quid si interveniant clausule reservationis. ususfructus, & constituti, & an sit revocabilis, vel irrevocabilis erectio. & num. 358.

De eo qui possidebat terras Coronæ, de quibus fuit spoliatus, & postea se composuit cum Rege, utrum ex antiquo titulo, vel novo

eas habere videatur, & an convalescat maioratus ex eis factus à patre, vel ab avo possessoris, vel tanquam ex novo titulo acquisita libera maneat, & de duobus titulis, ex quibus possidere dicatur. pag. 288. n. 384. & 385.

Si maioratus duæ institutiones inveniantur cū relatione unius ad alteram, quomodo intelligendæ sint, & quomodo succedatur, & etiã quando datur relatio ad certum maioratum p 365. n 32.

E

Ebrius.

Maioratus erectio ad hoc, ut non possit revocari, an sufficiat acceptatio personæ incapacis disponendi, ut est ebrius durante ebrietate, aut alii relati. pag. 638. n. 296.

Eligere. Electio.

Vide verb. Nominatio.

Factus, & erectus maioratus ex dispositione expressa, potest institutor eligere bona ad hoc, ut vincula maneat, & si habeat filios potest assignare bona ad legitimam vinculandam, aut ad tertiam in maioratus erectionem, & secundum hanc voluntatem debent fieri partitiones, & divisiones, & solutionem dare ad maioratum p. 232 n. 154. & seqq.

Institutor maioratus, licet non possit revocare, nec alterare maioratus substantiam, potest tamen per viam declarationis declarare vocationes, in quibus potest dari dubitatio, & facere maioratum regularem, licet fuisset factus irregularis ex facultate nominandi, ex qua permisit primum vocatum eligere debere de duobus filiis illum, qui fuisset magis obediens, & ne dubitaretur qualis esset, potest revocare hanc electionem, & nominationis facultatem, & vocare primogenitum relicto juniore, ut dubia evitentur, & declarare de illo intellexisse, ad multa p. 621. num. 188. & seqq. ubi etiam de verbis; qual the for mais obediens. Et quomodo intelligi debeant, & nominatio dicatur libera, vel restricta, & maioratus nominationis possit reduci ad maioratum successionis. pag. 622. & seqq.

Maioratum nominare, idem est quod eligere, & qui habent facultatem nominandi, eam habent eligendi pag. 624. num. 216. & p 625. n. 220 explicatur.

Emerere. Emptio.

Ad maioratus emendam rem si aliquis suscipit mandatum, & ei tradita fuit ad erectionem, & emptionem pecunia, & quando emit, fecit

- fecit suo nomine, & postea declaravit face-
re emptionem ad maioratum, vel simplici-
ter emit, præsumitur fecisse nomine illius,
à quo accepit pecuniam, & non suo nomine.
pag. 176. numer. 327. & 328. & p. 277. n. 329.
& p. 278. & 279.
- Si in contractu dotis fuit promissa certa quan-
titas pecunie cum vinculo maioratus, ad hoc
ut emerentur bona ad illius erectionem, &
postea empta fuerunt absque declaratione à
marito, an hæc bona dicantur empta ad ere-
ctionem maioratus ex dicta pecunia ad
emendam rem tradita, & si postea venian-
tur, competat successorie reivindicatio, ad hoc
ut declaretur talem emptionem fuisse fa-
ctam ad maioratum p. 279. n. 346.
- Ex pecunia maioratus res empta efficitur ma-
ioratus cum omnibus qualitatibus, & quid
quando subrogantur bona, & quando sub-
rogatio probet bona esse maioratus, & quã-
do subrogatio valet in utilitatem maiora-
tus, & ex consensu successorum, & competat
actio, vel non, & de effectu subrogationis
honorum p. 533. n. 648. & 649.
- Maioratus rerum emptores cum facultate
Regis debent omnem habere securitatem.
p. 538. n. 682.
- Maioratus bona si sint subhastata, aut vendi-
ta uti libera, & emptor proponit actionem
evictionis propter vinculum inventum. quo-
modo procedendum sit, & quis teneatur, vel
non pag. 575. num. 844. & seqq. & quid data
scientia onerum, & quando competat evi-
ctionis actio, & detur ad pretium, damna &
interesse, & an venditio rescindatur. pag.
577.
- Vide verb. Maioratus.
- Emphyteusis Emphyteuticari.
- Emphyteusis an possit vinculari maioratui, &
quomodo, & quando, & an comprehendatur
in vinculo omnium honorum, vel debeat ven-
di, ad hoc ut emantur stabilia pag. 88. n. 24.
& pag. 89. num. 21. & pag. 91. num. 38. & pag.
100. n. 90. & seqq. & pag. 101. & seqq. usque
ad pag. 114. pag. 211. n. 52.
- In emphyteusi nominationis, an gravamen, aut
conditio possit apponi pag. 109. numer. 131. &
132. & p. 110. n. 133.
- Emphyteuticus titulus obstat reivindicanti
proprietaem titulo maioratus. pag. 209. in
princip.
- Emphyteutica concessio, est titulus habilis ad
dominium transferendum, & accedente pos-
sessione utilem actionem parit, pro rebus à
quocunque possessore vendicandis, & compe-
tit vocatis in investitura, & competit etiam
ex sola renovatione. pag. 209. numer. 45. 46.
& 47.
- Emphyteusis potius præsumitur concessa ad
vitas quam in perpetuum p. 211. n. 53.
- In emphyteusi an possit succedere filius natu-
ralis nobilis p. 212. n. 58. & 59.
- De præscriptione, & transactione facta circa
emphyteusim, & quando noceat, vel non em-
phyteuta p. 530. & 531.
- De promissione emphyteusis, & quando pro il-
la consequenda detur actio p. 609. n. 138.
- Maioratus bona an possint emphyteuticari, vel
non, & quando & quomodo, & pag. 496. num.
473. & pag. 497. 498. & 499. numer. 481. &
pag. 500. num. 489. & seqq. & pag. 502. num.
506. & seqq. & pag. 503. & 529. & pag.
615.
- Quando bona vinculanda sunt in maioratu,
contra quem competat actio, ad hoc ut vin-
culentur pag. 542. num. 700. & 701. & p. 543.
& quid si bona sint dotata, & emphyteuti-
ca, & an in dote sit necessaria licentia do-
mini directi, vel non, & teneatur solvere
hæres beneficiatus, vel non, & hereditas dic-
tatur solvendo, vel non, & pag. 544. & 545.
Episcopus.
- Maioratum an, & quando possit instituere Epis-
copus, aut Archiepiscopus. pag. 51. n. 9.
Epistola.
- Maioratus declaratio, aut contractus an, &
quando possit erigi per epistolam. pag. 585. n.
27. & 28.
Equites.
- Equites Melitenses an possit disponere de fru-
ctibus suarum commendarum p. 50. col. 2.
- Equites aut Commendatores Melitenses, &
trium Ordinum Militarium, an possint fa-
cere maioratum pag. 48. col. 2. & p. 49. & 50.
p. 51. n. 8. in fin.
- Erectio. Erectus. Erigi.
- Erectio vide verb. Maioratus.
- Erectus, & factus maioratus ex dispositione
expressa, potest institui or eligere bona, ad hoc
ut vincula maneat, & si habeat filios, potest
assignare bona ad legitimam vinculandam,
aut ad tertiam in maioratus erectionem, &
secundum hanc voluntatem debent fieri
partitiones, & divisiones, & solutionem dare
ad maioratum p. 232. n. 154. & seqq.
- Maioratus manent bona aggregata ex divi-
sione & partitione, & assignatione testatoris,
& vinculum erectum est, & si adjudicentur
alia diversa vinculo, nihil valet, & potest
successor tertie, aut honorum assignatorum
petere titulo maioratus declarata & assigna-
ta, & si filius non fecerit inventarium, licet
bona assignata excedant tertiam, & habita
fuerint sicut bona maioratus, & ut falsa
scripta, observari debet vinculum, & in om-
nibus dicitur erectum pag. 232. num. 155. &
156.

156 & pag. 233. pag. 237. & pag. 241.
Maioratus vinculum si est factum per iudicem residuorum, & bona ad illud sunt applicata per sententiam, & approbatum sit à successore absente, non potest contradici ab emptore bonorum asserendo esse sua, nec à futuro hærede, sed bona manent vincolata, & pertinent successori cum fructibus, & petere rationes emptionum ad erectionem maioratus ei competit actio contra hæredes ultimi possessoris, & quando habeat locum, vel non. pag. 256. num. 238 & 239 & pag. 257. & seqq.
Maioratus an dicatur erectus à die emptionis bonorum ad maioratum factæ ab eo, qui apud se habebat pecunias, & solvebat redditus, an vero à die sententiæ approbationis. p. 266 n. 294 vers. ex quibus.
Et si testamentum sit productum in iudicio residuorum, donec decidatur nullitas, & habitatio in iudicio ordinario, non admittitur successor, ut pars, sed tantummodo, ut quilibet de populo, & pars ad petendam erectionem maioratus est Promotor, vel Procurator Capellarum p. 273. n. 307.
Vinculum maioratus debet regulari secundum divisionem, aut partitionem factam in iudicio divisorio, & ex illa debet erigi maioratus apud iudicem residuorum, licet jam sit erectum per alias partitiones, quæ reformatæ fuerunt propter debita institutoris, quia ultima divisio servanda est, & juxta illam faciendum est vinculum, & erigi debet maioratus. p. 273. n. 308 & 309 & p. 274.
Circa erectionem maioratus sententia lata, an possit retractari ex instrumentis de novo repertis. p. 273. & 274 n. 311.
Maioratus erectio pertinet ad iudicem residuorum secundum concordatæ formam, & potest cogere hæredes, aut executores ad hoc, ut tradant bona ad illius erectionem, quæ competit iudici residuorum seculari in suo mense, & ecclesiastico in suo juxta alternativæ formam, & si aliquis ex illis se intromittat in erigenda Capella, aut maioratu in mense non suo, nulliter procedit. pag. 274. n. 313 314 315. & p. 275.
In maioratus formatione, aut erectione debet iudex residuorum observare partitiones factas in iudicio ordinario, aut voluntatem testatoris, si fecerit inventarium, & si solutis debitis, & legatis nihil inveniatur in bonis, nihil manet ad maioratus vinculum, & cessat dispositio, quando testator residuum relinquit ad maioratus erectionem. pag. 276. n. 320.
Maioratus erectus de pluribus bonis, si instituens unam rem illarum alienaverit, quoad

illam est revocatus maioratus, & quamvis dictam rem rehabeat, non reincident in maioratum. pag. 274. n. 321 & 323. & quod idem procedit in legatis. & n. 324 explicatur.
Ad emendam rem maioratus si aliquis suscepit mandatum, & ei tradita fuit ad erectionem, & emptionem pecunia, & quando emit fecit suo nomine, & postea declaravit facere emptionem ad maioratum, vel simpliciter emit, præsumitur fecisse nomine illius, à quo accepit pecuniam, & non suo nomine. p. 276 n. 327 & 328. & pag. 277. num. 329. & p. 278 & 279.
Si in contractu dotis fuit promissa certa quantitas pecuniæ cum vinculo maioratus ad hoc, ut emerentur bona ad illius erectionem, & postea empta fuerunt absque declaratione à marito, an hæc bona dicantur empta ad erectionem maioratus ex dicta pecunia ad emendam rem tradita, & sic postea vendantur, competat successor rei vendicatio ad hoc, ut declaretur talem emptionem fuisse factam ad maioratum p. 279 n. 346.
Maioratus erectus ex duabus causis, an si una cesset, alia existat, sufficiat ad illum sustinendum pag. 281. col. 2. ad fin. & pag. 282. ubi etiam, an duret in transversalibus, & quid si interveniant clausulæ reservationis, usufructus, & constituti, & an sit revocabilis, vel irrevocabilis erectio & n. 358.
Maioratus an dicatur erectus, ad favorem filiorum, vel extraneorum, ex verbis: Ouintorgo, quero, consinto, mando, e he minha vontade, que a minha quinta de tal parte a possa deixar, e mandar, por via de morgado, a qualquer filho, ou neto seu, com as limitaçoens, condiçoens, e vinculos, que elle quizer, e em qualquer morgado que fizer. pag. 283. ubi etiam, an inducatur ex verbis: Possa deixar, & an sint liberae voluntatis, vel necessitatis. n. 364 & seqq. & ex verbis: Quero, consinto, mando, que possa deixar, e mandar.
Maioratus declaratio, aut contractus, an, & quando possit erigi per epistolam. pag. 585. n. 27 & 28.
Erectio maioratus ad hoc, ut non possit revocari, an sufficiat acceptatio personæ incapacis disponendi, ut est ebrius durante ebrietate, aut alii relati. pag. 638 n. 296.
Ætas.
Ad maioratus successionem quatuor qualitates attendi debent; primò linea, postea gradus, tunc sexus, ultimò ætas, ita ut dum quisquis sit in meliori linea, non attendatur gradus, in proximiori gradu non attendatur sexus, in potiori sexu non attendatur ætas, & quomodo procedat. pag. 37. num. 94 & 95. ubi explicatur,

plicatur, & quomodo procedat, resolvitur, & p. 41 n. 119. & 120 & p. 160.
 Quid si institutor aliud disposuerit. Ibid. num. 96.

Eviçtio.

Heres aut filius alienans bona maioratus potest illum reivindicare, sed tenetur de eviçtione p. 548 col. 2.

An competat actio contra possessorem bonorũ maioratus, in quibus fuit concessa subrogatio, antequam ad effectum producat, effecta tamen consignatione, & contra quem competat, & an extincta sit, & resoluta, & quomodo & quando pag. 549 numer. 728. 729 & pag. 550. & 551. ubi de effectu consignationis, & contractus, qui accepit legem à conventionem contrahentium, & quando detur recursus contra consignantem. pag. 552. ubi etiam quid in eviçtione.

Maioratus bona si sint subhastata, aut vendita uti libera, & emptor proponit actionem eviçtionis propter vinculum inventum, quomodo procedendum sit, & quis teneatur, vel non pag. 575. num. 844. & seqq. & quid data scientia onerum, & quando competat eviçtionis actio, & detur ad pretium, damna, & interesse, & an venditio rescindatur. & p. 577.

Exceptio.

In maioratus successione, & in omnibus qui habent regulam pro se, habet suam intentionem fundatam, donec exceptio, vel limitatio expresse probetur p. 625. n. 218. & 219.

Actio competens successori maioratus non excluditur cum exceptione transactionis, aut prescriptionis & quando, aut quomodo. pag. 528. n. 621. 622. & p. 529.

In maioratus successione, quando admittatur jus tertii exclusivum juris agentis, vel non, allegatum à Reo, late exornatur. pag. 483. numer. 424. & seqq. & agitur de exceptione juris tertii, & alius te præcedit, & tua non interest, & pag. 485. ubi etiam, an requiratur consensus tertii & pag. 523. n. 601.

Executio.

Pro consequendis bonis maioratus, an detur hypotheca. pag. 511. & 512. & seqq. ubi etiam de executione debitoris, & quomodo, & quando faciendæ sit & p. 517.

Executor.

Executor testamenti si non adimplet disposita à defuncto, privatur emolumento hereditatis, seu relictæ. p. 539. n. 690.

Et an possit privari statim, vel requiratur processus ordinarius. p. 540.

Executio.

Executio an possit fieri in Capella maiori, & jure sepulture, & patronatu constituto ad

maioratum, & quando, & quomodo patronatus transeat, vel non, & ad quem iudicem pertineat cognitio, & quando licita sit talis venditio, & detur simonia in tali venditione. pag. 296. 297. 298. 299. 300. & 301.

Maioratus bona si adjudicentur in partitionibus, non habet locum executio partitionis contra successorem, nec contra eum competit reivindicatio. p. 542 n. 698. & 699.

Exemplum.

In maioratus successione exemplum institutionis, aut exemplum exempli, an probet, vel non, & de requisitis ad hoc necessariis. pag. 350. numer. 6. & seqq. & pag. 351. 352. col. 2. 353. 355. pag. 360. 362. num. 19. & seqq. ubi explicatur, & pag. 363.

Exhibere.

Et ad hoc debet exhiberi propria & originalis scriptura institutionis, aut foundationis maioratus & non sufficit exemplum, maxime si opponatur, quia tunc producenda est originalis institutio p. 350. n. 345. & 6.

Exclusus. Exclusio. Exclusivus.

Maioratus censetur institutus per nominationem legitimorum, & exclusionem illegitimorum. p. 210. n. 48 in med.

In maioratus successione, quando admittatur jus tertii exclusivum juris agentis, vel non, allegatum à Reo, late exornatur pag. 483. n. 424. & seqq. & agitur de exceptione juris tertii, & alius te præcedit, & tua non interest, & pag. 485. ubi etiam, an requiratur consensus tertii, & p. 523. n. 601.

Exclusus à maioratu non potest succedere, & habetur, ac si natus non fuisset, & quare. p. 491. numer. 468. 469. & 470. ubi etiam quod exclusus non facit lineam, nec gradum.

Exclusio, aut privatio maioratus, an habeat locum propter delictum commissum à futuro successore contra patrem, aut alium possessorem. p. 499 n. 483.

Actio competens successori maioratus non excluditur cum exceptione transactionis, aut prescriptionis, & quando, & quomodo pag. 528. n. 621. 622. & p. 529.

Expensa.

Expensæ funerales, ex quibus bonis solvendæ sint. p. 383. col. 1.

Extraneus.

Extraneus heres, quis dicatur. pag. 432. num. 193. vers. extraneus.

Extendi. Extensio.

Maioratus factus per viam dotis ad aliquod matrimonium, & ad illius descendentes, si deficient, & existant transverales, an remaneant bona libera, & dotata possit de illis disponere, vel censeantur vocati transverales,

les, & ad illos extendatur, vel non, & quando fuerit erectus ad certas personas, an illis deficientibus extinguatur, vel ad transversales pertineat, vel non, & quando pag 202. & 203. & seqq. ubi etiam, an transversales sint de linea recta, vel tantum descendentes, & quando succedant, vel non, ad multa usque ad pag 216 ubi multis concluditur, & n. 217 & usque ad pag 226.

Maioratum qui facit, an censeatur apponere clausulas consuetas ad illius successionem necessarias, ad hoc ut conservetur in omnibus transversalibus, vel in aliquibus. Ibid. & pag. 205. & 206. & pag 216. & 217. ubi respondetur ad Molinae argumenta in contrarium. & pag 218 & 219. ubi etiam quando detur extensio de casu ad casum, vel de persona ad personam ex verbis maioratus, & usque ad p. 226.

Maioratus factus in uno casu non extenditur ad alium, & erectus sub tali conditione, sub contraria censetur ademptus. & manent bona libera pag 306 num. 472. & seqq. ubi multa de maioratu conditionali non verificata conditione, sed contraria, & de substitutionibus conditionalibus. & p. 307. & 308.

F

Factum. Factus. Fieri.

F Actum defuncti tenetur observare hæres. p. 378.

Nisi maioratus factus fuerit, erectus, & institutus ad matrimonium, vel ad certas personas limitatus, & institutor exprimeret aliquas condiciones, aut vocationes reservavit, & non apparet determinatio certa, tunc enim manet maioratus erectus, & quomodo, & quando, & an succedant transversales. p. 226 n. 126. & p. 227.

De maioratu, ut dicantur bona, debet de identitate constare plene, & concludenter, & debet fieri specifica probatio ab eo, qui identitatem allegat, & per signa, & demonstrationes certas, & infalibiles, non vero per vagas, incertas, communes, aut generales, & quando, & quomodo probari debeant, & quibus modis, & conjecturis, late traditur in specie & per exempla. pag 445. num. 234. & seqq. ad multa, & pag 452. 454. 455. 456. 457. & 458.

Maioratus possessor si nulliter alienavit, suum proprium factum potest impugnare. p. 538. 684. & pag. 544. quid in hærede cum beneficio inventarii. & pag 545. n. 712.

Facultas.

Facultatem si pater impetret à Rege, ut in suo testamento maioratū instituat, an possit eum condere in codicillis pag. 18. numer. 54. in fine.

Facultate Regia precedente si maioratus fuerit institutus, an illa, an vero virtute legum Regiarum erectus iudicetur. p. 19. n. 58.

Facultas concessa ad maioratum non admittitur absque scriptura p. 115. n. 174.

Maioratus an possit erigi in Commendis, & an Commendæ concessæ ad vitas cum facultate libera nominandi possint intra illas vinculari, & nominari in successoribus maioratus per substitutiones pag 115 numer. 177. & seqq. & pag. 116 & seqq. & pag. 132 num. 258 & seqq. & pag 134. n. 271.

Facultatem habens nominandi, si non nominat, succedit nominatio legalis ex juris dispositione p. 143 n. 315 & seqq.

Facultas nominandi libere concessa secundum arbitrium alicujus quomodo intelligatur in Commendis durantibus vitis, & an omnes possint nominari. p. 132 n. 258. & seqq.

Maioratus quando est instituendus in Regno Castellæ cum facultate, ut dicatur erectus, & factus, necessaria est facultas, sine qua non dicitur factus p. 227 n. 130.

Quando maioratus possit formari, & erigi cum facultate Regia, & sit necessaria, vel non, vel possit, & debeat confirmari à Rege, & facultas sit valida, vel subreptitia, & quid debeat impetrans declarare p. 227.

Maioratus quando fuit erectus cum facultatis, aut potestatis excessu susinetur in tertia. p. 228 n. 132 & n. 133.

Maioratum erigendi facultas, an sit personalis, vel transeat, vel non ad hæredes. p. 280. n. 351.

Maioratum faciendi facultas si non sit erectus ab executore, an habeatur pro facto, & competat actio consanguineo proximiori, ad hoc ut hæres commissarii restituat bona ab eo possessa, etiam quando relicta fuerunt secreta p. 280.

Ad maioratus foundationem si pater habet facultatem in uno ex filiis, an possit erigi in nepote sine filii consensu, & si eam habeat ad duos maioratus erigendos, an possit facere unum, aut è contra pag. 306. n. 469. & numer. 470. ubi explicatur.

Maioratus si fuerit erectus, & institutus à marito & uxore, & vocatis ad illius successionem duabus filiabus, post illorum mortem cum facultate nominandi si filia è vita decedat absque successione, possit superstes nominare consanguineum; & an possit revocare, seu alterare maioratum, per viam dotis, & maneat erectus, & factus, licet nominatu

minatus successisset, post ejus obitum devolvitur successio titulo maioratus. pag. 316. n. 528 & seqq. usque ad pag. 321. ubi ad multa.

In maioratu nominationis, an facultas nominandi extendatur ad successores, & an possit nominans, extra familiam nominare pag. 387. 388. 389. col. 1.

Maioratus conjectura resultat ex licentia petita Principi ad permutanda, aut subroganda alia bona in maioratu, & quid in licentia, aut facultate petita Judici. pag. 418. n. 178. & quare n. 179 & 180.

Maioratus possessor si vendidit census in bonis maioratus precedente facultate Regia, an successor teneatur, & quid si facultas fuit data etiam ad bona Coronæ, & si omittatur, an ad illa extendatur. pag. 468. num. 360. & an extendatur de una specie ad aliam, & de unis bonis ad alia, & in dubio ad bona Coronæ, vel maioratus. pag. 469. 470. & an post decennium facultas prescribatur. & p. 471. & 472. & vide ad aliū casum. p. 485. & p. 490. & p. 491. & n. 471. & p. 492. & p. 537.

Ad maioratus bona alienandi facultas est dispensatio, & ut talis non extenditur. pag. 471. n. 376.

Si maioratus alienatio fuit facta cum promissione impetrandi facultatem Regiam, & sub ea fuerunt à primis fundamentis ædes, aut domus diruptæ, & confusa extitit area cum fundo, & de novo edificatæ absque eo, quod remaneret vestigium aliquod antiquæ alienatæ domus, an competat successorii maioratus reivindicatio, vel tantum actio ad estimationem petendam pag. 485. numer. 438. usque ad pag. 489. ubi etiam, an detur penitentia in tali contractu, antequam impetretur facultas, & an hæres alienantis possit impugnare alienationem. & pag. 490. num. 462. 463. & 464. & pag. 491.

An possessor maioratus intrusus, aut putativus possit facere alienationem etiam cum facultate Regia. p. 492. col. 1.

Et quid si locavit, & dedit in emphyteusim cum facultate Regia, & propter hoc accepit pecuniam. pag. 492. & 493. & quando facultas sit, vel non subreptitia, & pag. 494. ubi etiam quid data læsione, & quando dicatur probata & pag. 495. & pag. 502. num. 506. & seqq.

Actio pro consequendis bonis maioratus competit, quando alienans putabat potuisse ex facultate alienandi concessa alienare. p. 334. n. 657. & 658.

An contra reivindicatōnem actio intentata pro recuperandis bonis maioratus possit opponi à Reo de excessu adjudicationis ad maioratum,

vel de subrogatione, aut facultate Regia, & quando, & quomodo, & an cum excessu valeat. p. 536. n. 671. 672. & pag. 637. ubi etiam de solemnitatibus requisitis, & quando competat actio, vel non contra possessorem rei, quæ dicitur maioratus. & p. 538. 539.

Maioratus rerum emptores cum facultate Regis debent omnem habere securitatem. pag. 538. n. 682.

Quando competat actio contra possessorem maioratus subrogantem in præjudicium Ecclesiæ, aut Monasterii, ubi Missæ dicuntur, ut ei reficiatur, licet subrogatio sit facta cum facultate Regia pag. 571. numer. 822. & 823.

Fæminæ.

Per fæminas an conservetur memoria institutoris. p. 21. n. 11. & seqq.

Et quid si sint in eodem gradu, aut diverso. Ibid.

Pro fæmina in dispositione generali resultante ex proæmio sumenda est interpretatio. p. 21. n. 17.

Quando vocatur familia, comprehenduntur, tam masculi, quam fæminæ. p. 21.

Fæminæ & masculi comprehenduntur, quando vocantur hæredes. pag. 22. n. 18. aut successores. n. 19.

Fæmina, & masculi comprehenduntur, quando vocatur ad memoriæ, aut familiæ conservationem linea directæ. p. 22. n. 20.

Appellatione descendentiū ad familiæ conservationem an, & quando veniant fæminæ, aut masculi. p. 22. n. 21.

Quando appellatione filiorum, aut nepotū veniant fæminæ, aut masculi. p. 21. n. 22.

Quando appellatione generationis veniant fæminæ, aut masculi. Ibid. & n. 23.

Maioratu factō, utrum licentia seu dispensatio Apostolica ad instantiam Monachi, ut possit revocare clausulam excludentem fæminam à successione maioratus ab eodem erecti, valeat in præjudicium agnatorum, seu masculorum. p. 51. vers. de quare.

Maioratus pertinet masculo, & præcedit in successione filiæ, aut sorori, nisi habuerit cessionem senioris fratris, quia tunc fæmina durante vita cedentis præferentiam habet. p. 504. n. 522. & seqq.

Familia.

Vide verb. Maioratus, & verbo Verbum Familia.

Maioratus institutor præsumitur voluisse anteponere familiam suam alienæ. p. 63. col. 2. ad fin.

Maioratus alicujus, aut Capellæ dominium ex quibus probari possit, fuisse de aliqua familia, & ex quibus præsumatur identitas fami-

familie, & an, & quando, & quibus competat actio etiam contra titulum possidentem pro eis recuperandis. pag. 438. n. 201.

Falsa.

Falsa demonstratio an vitiet actus, & dispositiones. pag. 466. n. 344.

Maiores non deficit, quando aliquis illum fecit de certis bonis inter duos. Unum vocavit ad successionem, alterum sub conditione, si sine filiis, & illis deficientibus dixit, quod talia bona unirentur maioratui, quia in hoc casu si vocatus decedat absque liberis, bona revertuntur ad maioratum, & in omnibus bonis censetur erectus, nisi constiterit testamentum esse falsum, quia tunc devolvuntur ad consanguineum proximorem tamquam heredem ab intestato, & cessat vinculum. pag. 309. numer. 481 & 482. & seqq. ubi etiam quomodo probetur falsitas.

Maiores institutio quando est supposita, aut falsa, non sufficit ad illius probationem. pag. 312. n. 505. & seqq.

Feudum

De feudalibus bonis, an possit maioratus erigi. p. 114. n. 166. ubi explicatur.

Vide verb. Maiores.

Fideicommissum.

Fideicommissum relictum esse ex quibus probetur p. 53. n. 21. & seqq.

Et an probari debeat per testamentum, aut codicillum, vel testes tantum sufficiant. Ibid.

Fideicommissum reputatur odiosum in iure, & quomodo interpretari debeat. pag. 173. & p. 174. n. 395.

Maiores an dicatur institutus ex verbis: Deixo a terça a quatro filhas, e por morte de huma ás outras, e por morte da ultima ficará em morgado. Affirmativa est resolutio, quia est provisio per fideicommissum, & post substitutiones manet in ultima erectus, & est provisio per fideicommissum. p. 232. n. 153.

Maiores si fuerit factus in eo casu, in quo sit Monialis vocata, an sustineatur eo casu quo matrimonium contraxit. pag. 289. n. 386. & seqq. ubi etiam quando ex dispositione inducatur fideicommissum purum, aut conditionale. & pag. 290. & 291. ubi etiam de exclusionem illius.

In maioratu, an habeat locum consuetudo. Oldradi, & quando conditio, sine liberis, posita primo vocato censeatur repetita in ceteris substitutis, & ex quibus conjecturis, & in tali conditione posita gravato, ut restituat fideicommissum cum dicta conditione, si sine liberis decesserit, sufficiat, quod nascantur, & si post mortem patris moriantur, ut sub-

stitutum excludant à fideicommissio aut maioratu erecto hac conditione, & quæ conjecturæ ad hoc sufficiant pag. 326. n. 570. & seqq. & pag. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. & 336. ubi etiam de repetitione, & de omnibus substitutionibus, & conditione negativa, si liberos non habuerit, & an sit idem cum affirmativa.

Maiores si fuerit factus, & erectus eo casu, quo vocati è vita deederent, absque statu conjugali, vel religionis, si matrimonium contraherent, aut in religione obirent, substitutio, aut maioratus, aut fideicommissum cessat, & non habet locum erectio maioratus. p. 336. n. 637. & seqq. & p. 337.

De differentia inter maioratum, & fideicommissum, & an, & quando sit simplex, & illius bona dividantur, & quomodo, & qua forma inter consanguineos pag. 369. & seqq. & quomodo in fideicommissio succedatur.

Acquisita per heredem gravatum, aut possessorem maioratus ex causa transactionis an sibi, vel hereditati, fideicommissio vel maioratus acquisivisse dicatur, ita ut acquisita bona maioratus esse dicantur pag. 438. num. 202. & 203. & pag. 439. & pag. 442. n. 223.

In maioratu quando transactio dicatur utilis, & solemnis, & utrum gravatus de fideicommissio, aut maioratu restituendo possit super bonis maioratus aut fideicommissi transigere pag. 440. numer. 207. & seqq. & pag. 241. ubi etiam quando ex illius titulo, aut antiquo dicatur possidere, & pag. 442. num. 221. & 222.

Sustinetur maioratus ex clausula codicillari in tertia, non obstante preteritione filii naturalis institutricis. pag. 441. num. 215. & 220. & pag. 440. num. 204. & pag. 442. in princip. quod ad maioratum aut fideicommissum petendum competit actio.

Filius.

Filii naturales, & spurii non dicuntur de familia, & insuccessibiles sunt, tam ab intestato, quam ex testamento p. 32. n. 72.

In maioratu relicto à transversali non intelligitur conditio si sine filiis decesserit. pag. 34. n. 81. in fin.

Maiores suorum bonorum potest instituere quælibet persona libera cum clausulis sibi bene visis de omnibus bonis, si non habet filios, & si eos habet, tantum de tertia p. 46. num. 1.

Et potest revocari à filiis. Ibid. numer. 2. & pag. 47. col. 2.

Maiores factus de residuo tertiae ad tempus mortis restrictus cum reservatione ad illius tempus faciendi institutionem, & vocationes,

Qqqq ij

potest

- potest revocari à filiis. pag. 47. col. 2. Sicuti etiam si est factus de omnibus bonis.
- Filius familias an possit instituire maioratum, & quando, & quomodo p. 47. n. 5.
- Maioratum an possit facere pater ad favorem filii subpositi, & si fecerit, quibus competat successio, & an sit valida institutio talis facta ab aliquo institutore. pag. 79. num. 158.
- Et si institutor assignavit filio omnia sua bona specialiter, & nominatim, & ea nominavit ut talia, probatur identitas omnium bonorum à testatore possessorum, & deinde fecit maioratum de omnibus bonis suis, censentur hæc comprehensa in dispositione maioratus, licet dubitetur de identitate p. 83. n. 4.
- Et tunc debet fieri liquidatio, & quomodo. pag. 84. n. 5. 6. 7. & 8. & pag. 85. numer. 9. 10. 11. & pag. 86. num. 12. & pag. 87. num. 13. & seqq. ubi etiam quando debeat agi ordinarie, & p. 88. 89. & 90.
- De legitima filii, si ille consentiat, potest pater facere maioratum & quomodo, & quando, & quibus requisitis, & an admittatur contra vinculum pag. 96. n. 76. & seqq. & pag. 97. 98. & 99. & p. 164.
- In maioratu an possit succedere filius naturalis, & quando pag. 210. num. 51. ubi etiam de conjecturis ad hanc successionem necessariis, & p. 211. & 213. & p. 214. n. 71. & p. 215. p. 216. & 217.
- In maioratu quando appellatione filiorum veniant nepotes, & quomodo intelligatur conditio, si sine liberis, & quos comprehendat. p. 215. p. 219. 220. 221. & 222. ubi etiam quod deficiat dispositio, si conditio non verificatur, & p. 240.
- In maioratus successione, an substitutio deficiat, si filius non vivat tempore mortis gravati. p. 219. 220. 221. 222. & 240.
- Si maioratus titulo sit facta à patre donatio, vel melioratio contemplatione certi matrimonii in favorem filii, vel descendendum suorum, in eorum defectum substituti, & vocati sint transversales consanguinei, si matrimonium dissolvatur per mortem filii, nullis liberis relictis, an cesset maioratus, vel possit revocari respectu transversalium pag. 226. n. 125.
- Idem in nostro Lusitania Regno requiritur, quando maioratus fit omnium bonorum per viam dotis ad unum filium. pag. 227. numer. 131.
- Si aliquis fecit maioratum per contractum inter vivos de omnibus bonis suis, & postea contraxit matrimonium, ex quo filii nati sint, licet bona sint nominata, & habita sicuti bona maioratus, tantummodo manet institutus in tertia, & non potest successor talia bona reivindicare, nec divisionem aut partitionem de dictis bonis facere pag. 244. num. 191.
- Maioratus erectio & donatio etiam ob causam, habet tacitam conditionem, si donator, aut institutor filios non susceperit, & eis susceptis ipso jure revocatur. p. 245. & quomodo & quando, & an transeat jus revocandi ad hæredes, vel tantum revocare possit institutor, ex L. si unquam Cod. revocand. don. & an procedat, quando maioratus est erectus, in favorem extraneorum, vel filiorum, & d. p. 245. distinguitur.
- Si filios non habeat institutor, servande est ejus voluntas, & si eos habeat in tertia assignata, in quibus manet erectus maioratus, nisi sint aliena, aut dotata, & Judex residuorum non potest in hac materia procedere. p. 245. n. 192. & p. 246.
- Utrum maioratus erectio facta in Capitulis matrimonialibus restricta, & limitata ad filios unius matrimonii, eo non sequuto, extendatur ad filios alterius matrimonii, vel cesset maioratus, & possit revocari. p. 281. n. 357.
- Maioratus dicitur approbatus, si absque contradictione fructus fuit filius post divisionem, & separationem ad maioratum. pag. 306. n. 470.
- Maioratus non defecit, quando aliquis illum fecit de certis bonis inter duos. Unum vocavit ad successionem, alterum sub conditione, si sine filiis, & illis deficientibus dixit, quod talia bona unirentur maiorati, quia in hoc casu si vocatus decedat absque liberis, bona revertuntur ad maioratum, & in omnibus bonis censetur erectus, nisi constiterit testamentum esse falsum, quia tunc devolvuntur ad consanguineum proximiorum tanquam hæredem ab intestato & cessat vinculum. p. 309. num. 481. & 482. & seqq. ubi etiam quomodo probetur falsitas.
- In maioratu an habeat locum consil. 21. Oldrad. & quando conditio, sine filiis, posita primo vocato censeatur repetita in cæteris substitutis, & ex quibus conjecturis, & in tali conditione posita gravato, ut restituat fideicommissum cum d. conditione, si sine filiis decesserit, sufficiat quod nascantur & si post mortem patris moriantur, & substituti excludant à fideicommissum, aut maioratu erecto hac conditione, & quæ conjecturæ ad hoc sufficiant pag. 326. num. 570. & seqq. & pag. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. & 336. ubi etiam de repetitione, & de omnibus substitutionibus, & de conditione negativa, si liberos non habuerit, & an sit idem